



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2024 a 31/07/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/115

131.2024	Sessão Ordinária - CD	02/07/2024-15:20
Publ.: DCD - 03/07/2024	Domingos Sávio-PL -MG	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com a votação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Criticou o tratamento dado ao cooperativismo, alegando que o Governo quer excluí-lo de direitos importantes, afetando setores como crédito, consumo e saúde. Condenou mudanças na composição da cesta básica, que excluiriam carnes e outros itens. Acusou o Governo de irresponsabilidade fiscal e criticou a Gestão do Presidente Lula, afirmando que o aumento do dólar é resultado dessa falta de equilíbrio e responsabilizando o Governo pelas altas taxas de juros.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado,
Presidente Gilberto Nascimento.

Eu quero manifestar minha grande preocupação com a votação, que se aproxima, do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que busca regulamentar a reforma tributária.

Por que minha preocupação? Porque há algumas coisas que o Governo coloca no projeto que são absurdas, como o capítulo que trata do cooperativismo. O Governo praticamente quer acabar com o cooperativismo no Brasil! Ele quer excluir do direito às questões do ato cooperativo o cooperativismo de crédito, de consumo, de saúde. Mas não é só isso. A própria cesta básica é um absurdo, uma cesta básica composta apenas de feijão com arroz, da qual querem retirar todas as carnes, etc.

Precisamos, portanto, estar atentos a isso, porque o Presidente Lula insiste em não fazer o equilíbrio fiscal e em jogar a culpa no Presidente do Banco Central. Eu acabo de ouvir um pronunciamento em que foi dito que a culpa é de Campos Neto. Os Ministros que o Presidente indicou para estarem com Campos Neto votaram da mesma forma, à unanimidade, pela manutenção da taxa de juros. Por quê? Porque há uma gastança irresponsável no Governo Federal, não há preocupação com o equilíbrio fiscal, o que faz o dólar disparar,



por falta de responsabilidade fiscal do Governo.

O Governo ignora a realidade do Brasil. Ele é negacionista. Aliás, este, sim, é negacionista. O Presidente diz que não há invasão de terras no Brasil e, depois que ele assumiu, viraram um disparate as invasões de terras.

É bom que o Presidente Lula acorde para a realidade!

Documento 2/115

131.2024

Publ.: DCD - 03/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Bia Kicis-PL -DF

02/07/2024-18:56

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o Presidente Lula, afirmando que ele traiu promessas de campanha ao tributar a carne, conforme propôs no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que determina que a carne fique fora da cesta básica no âmbito da reforma tributária e por sugerir que o povo consuma partes menos nobres do frango. Segundo a Parlamentar, Lula deseja manter a população dependente do Governo, oferecendo políticas que perpetuam a pobreza e a desnutrição. Acusou o Presidente de desvalorizar a moeda e aumentar a inflação, além de atacar jornalistas críticos. Prometeu trabalhar no Congresso para garantir a isenção da carne na cesta básica e melhorar a situação da população mais carente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, nós estamos na iminência da votação dos projetos de lei complementar que irão regulamentar a reforma tributária. E aí, é claro, vem a surpresinha Lula.

O Lula, que prometeu durante a campanha que o povo ia voltar a comer picanha, agora taxa a carne e diz que o povo tem que comer o quê? Pé de galinha, pescoço de galinha. Carne ficou na promessa! Carne ficou na ilusão daqueles que foram trouxas o suficiente para fazer o L e acreditar nas promessas do pai da mentira!

A carne compõe a cesta básica de alimentos dos brasileiros. Pelo menos é o que diz o Decreto nº 11.936, de 2024, que fala da composição da cesta básica no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Dizer que um alimento faz parte da cesta básica no Brasil significa afirmar que ele é essencial à alimentação da população; que faz parte de um conjunto de produtos que são regularmente monitorados pelo Governo para garantir a sua disponibilidade e acessibilidade. Mas o Lula resolveu que a carne, que integra



a cesta básica, não vai ter a isenção que os demais produtos da cesta básica terão.

Além disso, cada vez que o Lula abre a boca o dólar dispara, a inflação dispara, o real cai, as pessoas se desesperam. Nem os jornalistas que passam pano, aqueles que são militantes, puxadinhos do PT, estão mais conseguindo passar pano. Está difícil, ainda mais depois que o Lula disse que jornalista que o critica é cretino. Dessa eles não gostaram. Ah! mas não gostaram mesmo, não é? Ficou difícil passar pano para o Lula depois que ele chamou os jornalistas de cretinos.

Mas sempre pode piorar. E aí nós vimos o UOL, hoje, fazer a seguinte publicação, com a imagem de um prato de sopa cheio de pés de galinha. E aí — lindo! Lindo o que disse o UOL — o UOL disse que pé de galinha faz bem para a pele.

Vocês sabiam disso, minha gente? Eu não sei se vai dar para ver. Eu queria poder mostrar essa imagem do pé de galinha.

(Exibe imagem.)

Aí vem no uol.com.br/vivabem: *Alimentação. Deixa a pele mais bonita? Conheça os reais benefícios do pé de galinha.*

Gente, é uma coisa linda!

Vocês sabem que em Cuba eles já descobriram que pé de galinha faz bem para a pele? É, porque em Cuba a população faz um sopão à noite cheio de pé de galinha e divide entre si, naquela dieta de 600 calorias por dia, por pessoa. E é para isso que o Lula quer encaminhar a população brasileira, gente: para a alimentação à la cubana, com pé de galinha!

E aí vem o UOL passador de pano dizer o quê? Que pé de galinha faz bem para a pele. Esqueçam a picanha! Picanha é gordurosa, gente! Picanha faz mal para o coração; entope as artérias! Esqueçam a picanha! Bom mesmo é o pé de galinha!

Então, minha gente, o Lula propôs ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que determina que a carne fica fora da cesta básica no âmbito da reforma tributária. A grande verdade é que Lula está apenas cogitando que os pobres tenham acesso facilitado ao máximo, e no máximo, ao pé e ao pescoço do frango.

Nós vamos trabalhar no Congresso para atender à população mais carente! Nós vamos trabalhar para isentar a carne! Nós vamos trabalhar para que o pobre possa comer carne, apesar do Lula, apesar desse Governo que só gosta de pobre para pedir voto, para enganar na época das eleições e para multiplicar — porque é isso que ele gosta de fazer.



Quem gosta realmente das pessoas quer o melhor para elas. Faz políticas sociais, por exemplo, para que as pessoas sejam capacitadas, recebam educação, formação e possam se libertar das amarras do Governo, das amarras do Estado. O Lula, não! Ele quer o pobre ali, cada vez mais dependente do Governo, recebendo bolsa isso, bolsa aquilo, e cada vez mais magrinho, cada vez mais subnutrido, que é para não ter capacidade de entendimento. Como diz o Lula, se o povo estuda, não vota no PT — foi ele que disse. Então, é preciso manter o povo subnutrido, carente e ainda, quem sabe, Líder, agradecendo um pé de galinha, porque lá para frente pode ser que nem pé tenha; pode ter só o dedinho da galinha, talvez até com as unhas, como diz o UOL, porque aí fica melhor ainda, já que ajuda no colágeno. Se o pé de galinha vier com unha, será melhor ainda.

É uma esculhambação! A cada vez que o Lula abre a boca este País afunda — afunda! É por isso que nós precisamos, Deputada Adriana, que o Lula cale a boca, que o "Dilmo" cale a boca, para parar de prejudicar este País, para deixar o Brasil sobreviver até 2026, quando nós poderemos eleger alguém que preste e que saiba governar este País.

Muito obrigada.

Documento 3/115

131.2024

Publ.: DCD - 03/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

02/07/2024-19:28

Domingos Sávio-PL -MG

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou a prisão de Filipe Martins, ex-assessor para Assuntos Internacionais do Governo Bolsonaro, alegando perseguição política pelo Ministro Alexandre de Moraes, e chamou atenção do Senado para essa situação. Criticou a manutenção da prisão com base em acusações que considerou fraudulentas. Alertou para problemas no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, como a falta de clareza no relatório e impactos negativos no cooperativismo. Destacou que a cesta básica proposta não inclui proteínas, contrariando a emenda constitucional, e acusou o Governo de prometer picanha e agora tributar carnes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Sr. Presidente, prezado amigo Deputado Sóstenes.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero abordar questões ligadas à reforma tributária, mas antes eu tenho o dever de trazer não só uma denúncia, mas um



alerta para esta Casa, em especial para o Congresso Nacional e mais precisamente para o Senado da República. Nós temos no Brasil um preso político que não cometeu absolutamente nenhum crime e que está sofrendo perseguição política do Sr. Alexandre de Moraes há aproximadamente 5 meses. Isso já começa a expor o Brasil a uma situação constrangedora, a ponto de veículos com alcance internacional, como *The Wall Street Journal*, publicar uma matéria dando o cronograma da atitude absurdamente criminosa e inconstitucional desse despotismo que hoje, no meu entendimento, envergonha o STF, Casa pela qual eu sempre tive enorme respeito.

O que nós vemos acontecer neste momento, Sr. Presidente, é algo inaceitável. Houve a prisão ilegal de Filipe Martins, e talvez a única explicação que o Sr. Moraes possa ter é o fato de que ele foi assessor do Presidente Bolsonaro.

Para prender Filipe Martins, já há quase 5 meses, a alegação é de que ele teria saído do País sem a autorização devida, no final de 2022, mais precisamente em um voo presidencial do dia 30 de dezembro de 2022. Só que ele não saiu do Brasil. Ele não esteve nos Estados Unidos. Ele já comprovou isso com os dados da imigração americana e da imigração brasileira. Ele já comprovou, inclusive, com a demonstração de passagem aérea do dia 31, ou seja, poucas horas depois do voo que saiu daqui para os Estados Unidos. Era impossível ele ir lá, voltar e, no dia 31, estar embarcando de Brasília para o Sul do Brasil, para Curitiba.

Portanto, é algo que não é só estranho. É vergonhoso um Ministro do STF manter uma prisão apenas porque quer fazer perseguição política a quem é ligado a Bolsonaro. A única explicação que se pode ter é essa. A Procuradoria-Geral da República já se manifestou pela libertação de Filipe Martins. Não há acusação contra ele, a não ser essa fraudulenta de dizer que ele saiu do País ilegalmente, sem ter solicitado autorização.

Obviamente, alguém fez essa denúncia ao Sr. Moraes, alguém que é adversário político de Filipe Martins, por ele ter sido assessor de Bolsonaro, e o Sr. Moraes simplesmente disse: "*Então, coloquem-no como foragido*". Ele se apresentou e disse: "*Não. Eu estou aqui no Brasil. Eu nunca saí do Brasil*". O Sr. Moraes mandou prendê-lo com base em uma prova fraudulenta; já está exaustivamente demonstrado para ele que é fraudulenta, e ele ignora.

Por que eu disse que é preciso alertar o Congresso e, mais precisamente, o Senado? O Sr. Senador Rodrigo Pacheco é meu conterrâneo. Eu encontro inúmeros que, como eu, dizem: "*Puxa vida! Votamos nele para não votar na Dilma*".

Sr. Rodrigo Pacheco, acorde! O Senado da República está tendo o seu nome jogado na lama. Por ali já passaram ilustres mineiros, como Tancredo e tantos outros. O Senado da República, que, sem dúvida, deve ser um guardião também da Constituição, porque é a única Casa que tem poder de acompanhar, fiscalizar os atos e até de fazer *impeachment* de Ministros do Supremo, se



omite, mas não o Senado como um todo.

Hoje mesmo, o Senador Izalci Lucas denunciava isso. Tantos outros Senadores, 16 ou 17 Senadores, pediram ao Ministro Alexandre para visitar Filipe. O Ministro Alexandre ignorou o pedido por meses, até que finalmente disse: *"Olhe, eu vou despachar"*. Ele ignora o Senado da República, e o Presidente do Senado não faz nada? Pelo contrário, parece que está ocupado com as sinalizações de Lula, que vai a Minas dizer que o Senador Rodrigo deve ser o candidato dele a Governador.

É com esta inclusão na sua biografia que V.Exa. pretende ver o seu nome novamente apreciado pelos mineiros? Quer incluir na sua biografia a omissão criminosa de não defender a democracia, a liberdade, de não ter a coragem de questionar o STF? Sr. Rodrigo Pacheco, V.Exa. deve uma resposta ao Brasil, em especial aos mineiros.

Sr. Presidente, nos minutos que me restam, eu quero fazer um alerta. Eu sempre disse: *"Desejo que façamos uma reforma tributária, porque ela é necessária"*. Na emenda constitucional, eu manifestei minha preocupação com a votação de forma atabalhoadas, rápida. Nós temos um grupo de trabalho sério, com Parlamentares extremamente competentes, mas que ainda não puderam nos dar uma resposta clara de qual é o relatório.

No projeto de lei, por exemplo, nós temos um capítulo sobre cooperativismo que destrói o cooperativismo brasileiro; acaba com o cooperativismo de crédito; acaba com o cooperativismo de consumo; acaba com o cooperativismo médico, porque acaba com qualquer tratamento justo ao cooperativismo. Não queremos privilégio, mas o tratamento justo, próprio do ato cooperativo.

No projeto de lei que veio do Governo, há uma cesta básica famigerada que não tem proteína, que desrespeita a emenda constitucional que diz que a cesta tem que ser saudável. Portanto, o Lula, que prometeu picanha, agora quer tributar todas as carnes. Ele já admite liberar o frango, mas a picanha, não! Ela tem que ser tributada, não pode ir para os mais pobres, só na hora da campanha.

Ora, chega de enganar os brasileiros! Queremos reforma tributária, e não aumento de imposto.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que nós Parlamentares precisamos estar atentos. Eu vejo vários colegas dizendo: *"Na semana que vem, nós temos que votar."* Votar o quê? Nós ainda não temos sequer o relatório. São quase 500 artigos.

Precisamos ter a prudência de votar uma reforma tributária conscientes e, primeiro, ter problemas como esses absolutamente esclarecidos e sanados. O cooperativismo tem que ser respeitado.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/115

133.2024 Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-15:16

Publ.: DCD - 04/07/2024 Zé Neto-PT -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da regulamentação da reforma tributária, prevista para ser apresentada à Câmara dos Deputados na próxima semana. Ele elogiou o trabalho dos Deputados Claudio Cajado, Reginaldo Lopes, Hildo Rocha, Joaquim Passarinho, Augusto Coutinho, Moses Rodrigues e Luiz Gastão, que participaram do grupo de estudo destinado ao exame da matéria. Ressaltou que, apesar do texto não ser ideal, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) representará um passo decisivo na modernização do sistema tributário brasileiro. Ao concluir, pediu que a regulamentação fosse tratada com responsabilidade, visando as necessidades do Brasil.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, neste momento, fazer uma manifestação, diria, das mais importantes para a semana que vem, com o encerramento na quarta-feira. Parece que amanhã nós teremos o anúncio oficial do texto elaborado pelo grupo de trabalho que será apresentado à Câmara dos Deputados e à sociedade sobre a regulamentação da reforma tributária.

Eu quero dizer da importância deste instante, até porque nós não podemos fazer com que a regulamentação da reforma tributária caia no fosso de disputas políticas, ideológicas e partidárias.

Em tempo, aproveito este momento para saudar, publicamente, o Deputado Claudio Cajado, do PP da Bahia; o Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais; o Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão; o Deputado Joaquim Passarinho, Presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo, da qual sou Vice-Presidente; o Deputado Augusto Coutinho, do Republicanos de Pernambuco; o Deputado Moses Rodrigues, do UNIÃO do Ceará; e o Deputado Luiz Gastão, do PSD do Ceará.

Estes Deputados tiveram a capacidade de dialogar e de fazer com que o grupo de trabalho acumulasse mais de mil horas de debates, de diálogos e de construções. Portanto, é nesta Casa, é neste Parlamento, é este o momento para entregaremos ao povo brasileiro, ao setor produtivo nacional um texto à altura



daquilo de que o Brasil necessita. O texto não é o ideal, não tem como ser o ideal. Nós não temos como pensar em construção ideal, especialmente diante do momento difícil que enfrenta o Brasil.

O IVA vem para o Brasil como um passo decisivo na modernização do que já acontece em grande parte do mundo. Aliás, mais de 90% dos países que têm uma atividade econômica construída e bem pautada adotam o Imposto sobre Valor Agregado — IVA. Agora, o Brasil dá este passo.

Esta Casa, na semana que vem, com muita maturidade e muita responsabilidade, olhando para as grandes necessidades do nosso Brasil, entregará a reforma tributária para a sociedade.

Portanto, fica este chamamento para que, acima de tudo, a dimensão, a compreensão e o tamanho da responsabilidade que nós temos, possamos, na semana que vem, entregar ao Brasil a reforma tributária regulamentada.

Documento 5/115

133.2024 Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-15:16
Publ.: DCD - 04/07/2024 Eduardo Bolsonaro-PL -SP
-
BREVES
COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Presidente Lula, mencionando declarações do líder petista sobre alimentação, diversidade no governo e jornalistas. Comparou Lula ao presidente norte-americano Biden, sugerindo debilidade mental. Leu tuítes antigos de Lula criticando a política econômica, e alertou sobre a desvalorização do real e suas consequências para o custo de vida. Acusou Lula de estelionato eleitoral e disse que as promessas de campanha não foram cumpridas. Criticou a reforma tributária proposta e previu prejuízos para o setor agropecuário. Concluiu pedindo o impeachment de Lula, alegando ser a melhor solução para o País.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, muito obrigado pela gentileza.

Em apenas 2 dias, Lula mandou o pobre comer pé de galinha, disse que não acha negro e mulher para trabalhar no Governo e ainda chamou os jornalistas de cretinos.



Bem-vindos à democracia!

Parabéns àqueles que fizeram o L!

E não para por aí! Com essas bobagens que ele anda falando, parece até o Biden, lá dos Estados Unidos, com alguma espécie de debilidade mental avançada. Eu vou ler alguns tuítes do descondenado.

Este tuíte é de 2020: *"Ontem eu vi o Presidente do Banco Central dizendo que não dá pra imprimir dinheiro porque gera inflação. Será que esse maluco sabe o que está acontecendo com o povo? Será que ele já viu o tamanho da queda da demanda? É tempo de guerra"*.

Este outro tuíte é de 2021: *"A quem interessa o teto de gastos? Aos banqueiros? Ao sistema financeiro? Gasto é quando você investe um dinheiro que não tem retorno. Quando você dá 1 bilhão pra rico é investimento e quando vc dá R\$ 300 pro pobre é gasto?! Nós vamos revogar esse teto de gastos"*.

Por que eu estou falando isso aqui, Presidente? Principalmente quem tem acesso a informação, quem tem boa formação, prezado Deputado Junio Amaral, não pode dizer que está surpreso com o Lula agora.

O dólar já está quase batendo a casa dos 6 reais. Já há gente prevendo que vai chegar perto dos 6 reais quando chegar ao fim o mandato do Presidente Roberto Campos Neto à frente do Banco Central. O Lula vai indicar sabe-se lá quem para o lugar dele — ou sabe-se bem quem —, e, no Brasil, vai entornar o caldo.

Ele acha que consegue enganar a população pagando a imprensa, mas isso vai bater lá no mercado, no preço do arroz, no preço do feijão. O cara que prometeu picanha, além de não te dar picanha, vai deixá-la mais cara ainda, porque vai taxar a picanha. Isso é inacreditável! Isso é estelionato eleitoral! Eu não tenho como falar outra coisa, a não ser o seguinte: se você é eleitor do Lula e continua petista, lulista ou seja lá o que for, você tem que tatuar "otário" na sua testa. Você fez o L achando que teria picanha e cervejinha de graça — inclusive, ele já aumentou o imposto da cerveja também —, mas agora está vendendo tudo isso que ele está fazendo.

Eu tenho aqui um tuíte da base do Lula, do Deputado Boulos, que estava aqui há pouco, mas não está mais: *"Pra maioria dos brasileiros o aumento do dólar significa menos poder de compra. Mas parece que pro Ministro da Economia significa lucro milionário de sua empresa em paraíso fiscal no exterior"*.

Deputado Boulos, estão lucrando muito no paraíso fiscal, agora, vocês do PSOL, do PT? Será que agora não há impacto para a população? Vocês não têm pena do pobre, não?



Pelo amor de Deus, Presidente! Pelo amor de Deus!

Agora virá uma reforma tributária daquele jeito que nós já sabemos, para aumentar imposto certamente, para criar gatilho ambiental. Essa pseudopreservação do meio ambiente vai ferrar o pessoal do agro, porque, na cabeça deles, o produtor rural não bota o prato de comida na nossa mesa e é mais um bolsonarista. Então, eles vão fazer de tudo para ferrar o agro.

Enquanto isso, temos esse bêbado dirigindo o País.

Presidente, quanto antes fizermos o *impeachment*, melhor será para a Nação.

Muito obrigado.

Documento 6/115

133.2024

Sessão Ordinária - CD

03/07/2024-15:44

Publ.: DCD - 04/07/2024

Carol Dartora-PT -PR

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou o aumento dos recursos para o Plano Safra pelo Governo Lula, destacando 76 bilhões de reais para crédito rural e 85,6 bilhões para agricultura familiar em 2024/2025, um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Ela destinou 1,4 milhão de reais via CONAB para o Programa de Aquisição de Alimentos em comunidades quilombolas do Paraná, visando promover seu desenvolvimento e acesso a programas como PAA e PNAE. Propôs emendas à reforma tributária para beneficiar produtores da agricultura familiar com isenções e reduções de impostos, visando uma agricultura sustentável e alimentação saudável.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todas e todos.

Presidente, hoje é um dia muito especial, um dia de comemoração: o Governo Lula aumentou os recursos para o Plano Safra. Serão 76 bilhões de reais para o crédito rural e 85,6 bilhões de reais para a agricultura familiar em 2024/2025. Houve um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Além disso, como Deputada, também tenho compromisso com os agricultores familiares e destinei 1,4 milhão de reais, via CONAB, para o Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando comunidades quilombolas do Estado do Paraná, que



são produtoras historicamente.

Nosso objetivo é apoiar o desenvolvimento dessas comunidades, para que acessem programas governamentais como o PAA, o PNAE e o Plano Safra. Também estou propondo emendas à reforma tributária para incentivar isenções e reduções de impostos a produtores da agricultura familiar.

Vamos juntos por uma agricultura sustentável e uma alimentação saudável.

Presidente, peço a V.Exa. que minha fala conste do programa *A Voz do Brasil* e dos canais de comunicação da Casa.

Documento 7/115

133.2024 Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-16:24

Publ.: DCD - 04/07/2024 Dr. Frederico-PRD -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o atual Governo por aumentar os problemas do Brasil, citando questões como tentativas de usurpação de propriedades privadas pelo STF, legalização de drogas psicoativas, e a polêmica em torno da portaria do Conselho Federal de Medicina sobre aborto tardio. Expressou preocupações com liberdade de expressão, corrupção crescente, e problemas econômicos. Contestou as políticas econômicas do Presidente Lula, especialmente suas críticas sobre o impacto no dólar. Opôs-se à reforma tributária em andamento, descrevendo-a como prejudicial aos mais pobres e conduzida sem transparência adequada.

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, povo brasileiro, estamos na segunda metade do ano. Infelizmente, os problemas e dificuldades do Brasil com este desgoverno só aumentam. Apoiados pelos togados do STF tentam usurpar propriedades privadas, através do marco temporal; atuam para legalizar drogas psicoativas com efeitos catastróficos para quem as consome e para toda a sociedade, além de derrubarem portaria do Conselho Federal de Medicina, autorizando o assassinato de crianças no ventre materno, entre 22 semanas e 9 meses, através de injeção de cloreto de potássio, que paralisa o coração. É a chamada assistolia fetal.

Isso é só a ponta do *iceberg*. Muitas dessas medidas são cortinas de fumaça. Precisamos ainda defender constantemente a liberdade de expressão;



precisamos lutar contra a corrupção, que tem dado claros indícios de que está aumentando; precisamos lutar contra os graves problemas econômicos. Discordo da Deputada Jandira. O Presidente Lula vem sendo realmente uma espécie de Viagra do dólar. Ele abre a boca, o dólar sobe. Hoje o dólar está caindo porque ele está quieto. Se ele abrir a boca, o dólar vai subir de novo. Isso já foi documentado até pela Rede Globo.

Sr. Presidente, tudo isso nos deixa numa situação difícil, porque nós somos 120 Deputados, 150 Deputados de oposição que têm a coragem de enfrentar este desgoverno, mesmo com todas as retaliações, todas as dificuldades. Só que é difícil lutar em tantas pautas, mas nós não podemos fraquejar, não podemos desanimar e, de jeito nenhum, desistir. Por isso, estou nesta tribuna.

Esta semana começamos a batalha da regulamentação da reforma que está criando o maior imposto do mundo. Isso é muito difícil, porque essa reforma está sendo feita com poucos Parlamentares num grupo de trabalho que nem está previsto no Regimento Interno, ligados a alguns partidos, ligados ao Governo. Esse trabalho está sendo feito sem audiência pública, sem reuniões, sem comissões, de forma atropelada, porque eles estão com medo do resultado. O maior imposto do planeta, Sr. Presidente, certamente cairá sobre os ombros dos mais pobres, encarecendo os alimentos, aluguéis, energia, comunicação, transporte, dificultando ainda mais a vida de quem ganha o salário mínimo ou 600 reais de bolsa-família.

O Presidente Lula, sabendo da covardia que se abaterá sobre as costas dos mais pobres, faz discurso hipócrita contra banqueiros, mas entregou os maiores lucros da história do Brasil, 144 bilhões, para esses bancos. O Presidente Lula diz apoiar os pobres, mas todo mês coloca um imposto novo nas costas deles. Diz não trabalhar pelos ricos, mas faz tudo para aumentar o dólar, aumentando o lucro das empresas exportadoras.

Já sabemos que o texto final da regulamentação do maior imposto do mundo será liberado na calada da noite, Sr. Presidente, e, na mesma noite, será tratorado, para que haja uma aprovação instantânea, sem que a grande maioria dos Deputados e Deputadas saibam pelo menos o que estão votando. O texto vai chegar na última hora. Ninguém vai saber o que está sendo votado e vai votar aqui sob pressões políticas.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, se essa reforma fosse boa para o Brasil, não precisaria ser constituída às sombras e rodeada de mistérios. Por isso, lutarei contra esse absurdo que vai colocar em xeque o futuro de todos os brasileiros e convoco os nobres pares a...

(Desligamento do microfone.)



133.2024

Sessão Ordinária - CD

03/07/2024-16:44

Publ.: DCD - 04/07/2024

Julia Zanatta-PL -SC

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o Governo do Presidente Lula em seu discurso, destacando diversos pontos negativos de suas políticas. Acusou o Governo de irresponsabilidade econômica, atribuindo ao Presidente a culpa pelo aumento do dólar e da inflação. Mencionou a taxação de produtos como carne e bebidas como prejudicial aos mais pobres, sugerindo que tais medidas aumentam o custo de vida e restringem o acesso a alimentos básicos. Criticou a suposta falta de transparência e eficiência em decisões como a importação de arroz, enfatizando a importância de valorizar a produção nacional.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Trouxe aqui para todos alguns *prints*. Este aqui é de um *post* de 1º de janeiro de 2023 do Deputado Lindbergh Farias: "*Diziam que, se o Lula ganhasse, o Brasil ia afundar, que o dólar ia subir e as pessoas iam passar fome*". Pois é o que está acontecendo agora. O Brasil derrete, e o dólar sobe, com todas as irresponsabilidades deste Governo revanchista e vingativo, que não pensa no povo brasileiro trabalhador, só pensa em uma coisa: censurar as redes sociais para que o povo não possa nem sequer reclamar do que está acontecendo.

Taxou as blusinhas, quer taxar até as carnes nobres, mas é muito burro. Diz ele: "*Vamos taxar as carnes mais nobres, porque o povo, o povo pobre, não tem acesso a elas*".

Quanto mais você taxar, Lula — não sabe fazer conta? —, menos acesso as pessoas vão poder ter. Prometeu picanha, mas está entregando o quê? Abóbora e pé de galinha.

Lula vai taxar a cervejinha do fim de semana, com o "imposto do pecado". O pobre não vai mais poder nem beber a sua cervejinha e fazer a sua carninha em paz, porque Lula não quer.

Lula quer você dependente do Estado, meu amigo, com migalhas, para pisar em cima de você e fazer videozinho programado, como fez lá no Rio Grande do Sul. Não vemos Lula com o povo, só o vemos como se fosse em novela do PROJAC, programando, botando para lá, botando para cá.

Vamos trazer outro *print* aqui, porque *print* é eterno. Simone Tebet, em 20 de setembro de 2022, escreveu: "*Toda vez que a gente vê o Presidente falar besteira*" — ela estava se referindo a Bolsonaro; que saudade! —, "*vemos o*



dólar subir, a inflação. Precisamos devolver a segurança jurídica e institucional ao nosso País para atrair investimentos. Presidência é lugar de dar exemplo! Vamos mudar o Brasil de verdade!" Está aqui.

Será que Simone Tebet está vendendo o dólar a 5,60 reais? Está em 5,60 reais pelas besteiras que o Lula fala diariamente, pela irresponsabilidade dele. Cadê o decoro do cargo? Cadê os Ministros do STF dando 48 horas para o Presidente se explicar, como fizeram com Bolsonaro? Mas está tudo certo, porque o amor venceu. Porém, à picanha, à cervejinha, o pobre não vai poder ter acesso.

Diz um militante lulista: *"Dólar a quase 6 reais é política do Governo Bolsonaro"*. Não, é política do Governo Lula. O dólar está caro, está alto no Governo Lula, e isso se reflete na vida da população brasileira, nos preços dos produtos importados, etc.

Além disso, Presidente, há os gastos. Este é um Governo que gasta muito. Ele diz que está gastando para botar o pobre no Orçamento, mas o pobre está sentindo na pele que as coisas estão todo dia mais caras, mais inacessíveis, porque, repito, o objetivo do Governo Lula não é que o pobre coma carne ou tome cerveja. O que ele quer é dar ao povo ração, como já quis dar arroz importado.

Hoje o Ministro da Agricultura disse que o Governo não vai mais fazer leilão, porque pressionamos, porque deu errado. Alguém estava querendo ganhar alguma coisa com aquele leilão para a compra de arroz importado. E ele teve que falar o óbvio, aquilo que nós estamos falando desde o começo: não é preciso importar arroz, basta valorizar a produção nacional. Nossa arroz é suficiente, e quem falou isso foram os próprios produtores de arroz.

Então, meus amigos, quem fez o "L" deve estar muito arrependido.

Documento 9/115

133.2024	Sessão Ordinária - CD	03/07/2024-17:04
Publ.: DCD - 04/07/2024	Átila Lins-PSD -AM	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado informou que a regulamentação da reforma tributária será debatida, na Câmara dos Deputados, nas próximas semanas. Destacou a importância dessa regulamentação para todas as regiões do País, especialmente para o Estado do Amazonas e a Zona Franca de Manaus. Ressaltou também a preocupação em evitar prejuízos para a Zona Franca na nova regulamentação.



Além disso, mencionou reuniões da bancada amazonense, liderada pelo Senador Omar Aziz, com técnicos e o Governador do Amazonas, Wilson Lima, resultando em um documento já encaminhado ao grupo de trabalho da reforma tributária. Por fim, anunciou uma reunião para debater e defender esses pontos, visando manter a competitividade da Zona Franca.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa vai começar a debater com mais intensidade, nos próximos dias, a regulamentação da reforma tributária.

É claro que há uma decisão do Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, de fazê-la ser votada no plenário desta Casa antes do início do recesso parlamentar, que começa exatamente no dia 15 do mês de julho.

É evidente, Sr. Presidente, que essa reforma e a sua respectiva regulamentação mexem com todo o arcabouço dos tributos do nosso País. É uma reforma que vem sendo tentada há muitos anos. Eu já estou nesta Casa há mais de 30 anos e sempre ouvi falar na reforma tributária. Finalmente, nós chegamos a um bom termo, aprovando a emenda constitucional que a colocou em vigor. Agora, vamos regulamentá-la.

Todas as regiões estão buscando fazer com que os seus Estados, nessa regulamentação, não venham a ter prejuízos que os tornem insustentáveis. Este é o nosso caso no Estado do Amazonas, onde temos a Zona Franca de Manaus, que é um projeto vitorioso, um projeto que tem permitido o desenvolvimento do Estado sem desmatamento. O Estado com o menor nível de desmatamento é o Amazonas exatamente, por esta ferramenta criada no Governo da Revolução, a Zona Franca de Manaus, em 1967, que permitiu que o Estado se desenvolvesse e crescesse sem a necessidade de desmatar a Região e o Estado do Amazonas. Daí a nossa preocupação sempre presente para não deixar que qualquer dispositivo ou qualquer mal-entendido possa gerar prejuízo, meu caro Deputado Paulo Magalhães, à nossa Zona Franca de Manaus.

A bancada já se reuniu, fez várias reuniões com o nosso coordenador, o Senador Omar Aziz, Presidente do meu Partido, o PSD, no Amazonas, e toda a bancada de Deputados e Senadores. Nós elaboramos um documento, ouvindo os técnicos que entendem da Zona Franca, da sua legislação, e também o Governo do Estado, o Governador Wilson Lima. Nós preparamos um documento que seria uma espécie de emenda, e ela já foi encaminhada ao grupo de trabalho que está tratando disso.

Na próxima segunda-feira, às 18 horas, teremos uma reunião com o grupo de trabalho para debater e defender os pontos de vista que apresentamos nesse documento, que é indispensável para que a Zona Franca de Manaus possa coexistir sem causar maiores sobressaltos à sua manutenção e para permitir o desenvolvimento do nosso Estado, da nossa Região, sem a necessidade de desmatar, nem de depredar a natureza, que não é o caso da nossa Região e do



Estado do Amazonas.

Portanto, Sr. Presidente, eu venho aqui dizer que nós todos do Amazonas estamos na expectativa dessa reunião do grupo de trabalho para preservar e conservar os direitos e a competitividade da Zona Franca de Manaus na regulamentação da reforma, que será aprovada, com certeza, ainda no mês de julho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nas redes de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 10/115

133.2024 Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-17:36
Publ.: DCD - 04/07/2024 Marangoni-UNIÃO -SP
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância de incluir os pets na reforma tributária, ressaltando que o Brasil possui a terceira maior população de animais de estimação do mundo. Informou que o setor pet teve um faturamento de 41,9 bilhões de reais em 2022, crescendo 17,2% em relação ao ano anterior. Além disso, defendeu a redução de tributos para planos de saúde pet e serviços veterinários, visando manter a acessibilidade aos cuidados dos animais, especialmente para populações vulneráveis. Argumentou também pela isenção de impostos para rações, equiparando-as a itens básicos de alimentação. Por fim, apelou ao Grupo de Trabalho da Reforma Tributária por atenção específica às questões dos animais nos debates legislativos.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu estou aqui para falar sobre a inclusão dos *pets* na reforma tributária, Sr. Presidente, que estão esquecidos nela. Nós estamos em um país que conta com a terceira maior população de animais de estimação do mundo. No ano de 2022, o Brasil possuía 167,6 milhões de *pets*, um número que ultrapassa a população brasileira de até 50 anos de idade.



A maioria dos *pets* são cães, 67,8 milhões, seguidos por aves canoras e ornamentais, 41,3 milhões, e gatos, com população de 33,6 milhões. O setor de *pets* gerou, em 2022, um faturamento de 41,9 bilhões de reais, com crescimento de 17,2%, Sr. Presidente, em relação ao ano anterior.

Garantir o acesso ao serviço de saúde é uma das principais responsabilidades do poder público e, principalmente, zelar pelos mais vulneráveis. Nós estamos falando aqui de três pontos: planos de saúde *pet*, serviços veterinários e também rações.

Eu vou falar agora dos serviços de saúde. Planos de saúde de animais de estimação fazem a intermediação entre as famílias e os prestadores de serviço. Oferecem proteção às famílias, evitando gastos elevados com a saúde dos animais de estimação, que podem superar duas ou três vezes o salário mínimo. Tornam a saúde animal mais acessível e promovem investimentos e melhorias no setor.

Atualmente, as empresas de planos de saúde *pet* são tributadas pelo ISS, PIS, COFINS, além dos tributos sobre o lucro corporativo — uma carga indireta de 11,25%. Sr. Presidente, é fundamental que elas entrem na redução de alíquota em 60% para poder manter o equilíbrio competitivo com o setor da saúde veterinária. Com isso, poderão garantir a continuidade dos serviços, principalmente para aquela população mais vulnerável que possui seus *pets*. Um aumento de 30% nos serviços veterinários inviabiliza que a população mais pobre cuide dos seus animais *pets*.

Eu queria falar também, Sr. Presidente, da ração animal. Só quero destacar que a Portaria nº 635, de 2023, do Ministério da Saúde, inclui o médico veterinário nas equipes multidisciplinares de atenção primária à saúde. Isso porque, nobres colegas, 60% das doenças humanas provêm das zoonoses. Então, não tem o menor cabimento tirar a saúde dos *pets* do redutor de 60% da saúde.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos que equiparar as rações dos nossos animais com item de cesta básica, com alimento. O arroz e o feijão equivalem a item básico da alimentação humana. O que é a ração para o nosso animal, se não o item básico da sua alimentação, que hoje está tratada simplesmente como objeto, como produto, sendo esquecida a espécie?

Estamos misturando o gênero produto e esquecendo a espécie ração animal. Então, a ração animal tem que, obrigatoriamente, entrar como item de isenção, como item básico da cesta básica. Por que damos isenção a item básico de alimentação para o ser humano, e não a damos para a dos nossos animais?

Então, Sr. Presidente, hoje, 50% do valor pago pelo alimento animal é tributo. Como é que a população mais pobre vai conseguir alimentar os seus *pets*? Isso é criminoso.

Então, Sr. Presidente, eu queria trazer esse esboço e fazer um apelo ao GT da Reforma Tributária para que dê atenção aos nossos animais na tributação do



setor de saúde veterinária, plano de saúde e alimentação básica dos nossos animais.

Peço que nosso pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 11/115

133.2024 Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-18:16
Publ.: DCD - 04/07/2024 Reimont-PT -RJ
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a necessidade de uma reforma tributária que seja sustentável, saudável e solidária, enfatizando a taxação dos super-ricos, a desoneração de alimentos da agricultura familiar e a imposição de taxas mais altas sobre a produção com agrotóxicos. Além disso, criticou o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos, acusando-o de sabotar o País ao implementar políticas econômicas divergentes da eleição de 2022, onde Luiz Inácio Lula da Silva saiu vitorioso. Expressou a necessidade de alinhamento do Banco Central às políticas do governo para enfrentar os desafios econômicos atuais.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Muito boa tarde a todas e a todos.

Presidente, quero trazer o tema da reforma tributária. Lutamos por uma reforma tributária que fosse sustentável, saudável e solidária. Deve-se, portanto, taxar os super-ricos, desonrar ou pelo menos diminuir a taxação daqueles alimentos que são alimentos de verdade, da agricultura familiar e do pequeno agricultor, e meter uma taxação pesada na produção com agrotóxicos. Precisamos entender que uma reforma tributária que dê conta de discutir os rumos do nosso País deve ser saudável, solidária e sustentável.

Outro ponto que eu queria tocar aqui, Presidente, é lembrar que, no Brasil, nós temos um sabotador. O sabotador do Brasil neste momento chama-se Roberto Campos, Presidente do Banco Central. O Sr. Roberto Campos acha que pode governar o País. Se ele quer governar, que coloque seu nome junto ao TSE e vá

para o escrutínio das urnas. É preciso que a equipe bolsonarista, que está de plantão no Banco Central, saiba que quem ganhou a eleição em 2022 foi Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, é preciso que o Banco Central se alinhe às políticas econômicas do Governo, pois a inflação está abaixando, mas os juros têm aumentado.

Documento 12/115

133.2024
Publ.: DCD - 04/07/2024 -

**Sessão Ordinária - CD 03/07/2024-22:00
Cabo Gilberto Silva-PL -PB
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO**

Sumário

O Deputado criticou o Presidente Lula, afirmando que a situação do Governo é complicada e que Lula prometeu picanha na campanha, mas agora a taxou. Sugeriu que os Parlamentares peçam um prêmio ao Presidente Arthur Lira por terem que defender o indefensável, destacando a dificuldade em apoiar as ações do Governo atual.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Reimont já falou demais.

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pelo seu senso democrático. Mais uma vez, agradeço a todos os servidores da Casa por fazerem a Câmara dos Deputados funcionar. Agradeço a toda a imprensa, agradeço a todos os Parlamentares. Desejo a todos um excelente fim de semana. Até a próxima semana, se Deus permitir.

Também quero mandar um recado para o Presidente Lula. A situação dele não é fácil, porque se trata de defender o indefensável, Sr. Presidente. A situação não é fácil de verdade. V.Exa. viu que, na campanha, ele prometeu picanha. E agora o que ele fez? Taxou a picanha. Então, a situação é muito difícil, é muito complicada.

Eu já falei aqui para os Parlamentares solicitarem ao Presidente Lira, no fim do ano, um prêmio a todo mundo, porque defender o indefensável não é fácil.

Boa noite.

Documento 13/115

133.2024

Sessão Ordinária - CD

03/07/2024-22:04



Sumário

A Deputada expressou sua preocupação com a reforma tributária em discussão. Explicou que votou contra a reforma por entender que ela não traz redução significativa de impostos e pode resultar na maior alíquota de imposto único do mundo. Destacou o impacto negativo na cidade de Santos (SP), que perderá cerca de 600 milhões de reais anuais em arrecadação de ISS devido às movimentações do Porto de Santos. Enfatizou a necessidade de trabalhar pela redução de danos e garantir que o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que vai regulamentar a reforma tributária, inclua isenções e incentivos para o setor portuário, visando proteger Santos e outras cidades portuárias.

A SRA. ROSANA VALLE (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente. Boa noite, colegas Parlamentares.

Eu subi a esta tribuna hoje para deixar registrado aqui que nós estamos acompanhando esta semana a definição do texto da lei complementar que vai regulamentar a reforma tributária. Então, eu me dirijo à população de Santos e da Baixada Santista. Deixo registrado que eu votei contra a reforma tributária por entender que ela traz pouca redução de impostos, traz pouca simplificação e não traz nada de diminuição de impostos. Ao contrário, com a reforma tributária, nós estamos prestes a implantar a maior alíquota de imposto único do mundo.

Eu me posicionei contra a reforma tributária também porque, para a minha cidade de Santos, essa reforma tributária é péssima. Santos tem uma importante arrecadação de ISS por conta das movimentações do seu porto, o Porto de Santos. Santos vai perder no seu orçamento cerca de 600 milhões de reais por ano com a reforma tributária. Pior do que isso: não sabemos até agora como essa compensação vai ser feita para o nosso Município de Santos, que vai deixar de arrecadar. E o efeito não é só agora, o efeito é gradual. Santos vai perder arrecadação.

Então, esta semana, com a definição do texto final da regulamentação da reforma tributária, no meu entendimento como Parlamentar, nós temos que trabalhar pela redução de danos. Temos que fazer com que o melhor texto, dentro do possível, seja aprovado, para que as cidades portuárias não sejam ainda mais penalizadas. Esse é o meu papel como Parlamentar, como Deputada Federal que defende a Baixada Santista, que defende as cidades portuárias e que defende Santos.

É preciso incluir no texto da lei complementar da reforma tributária as isenções para o nosso setor portuário, os incentivos para o nosso setor portuário, para que a cidade de Santos não seja ainda mais penalizada. Isso, sim, é defender o

Porto de Santos, e isso, sim, é defender a nossa cidade de Santos.

Obrigada, Presidente.

Documento 14/115

135.2024 Sessão Ordinária - CD 08/07/2024-17:36
Publ.: DCD - 09/07/2024 Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

O Deputado mencionou o Grupo de Trabalho que está analisando o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, cujo relatório seria apresentado em breve. Destacou a participação democrática na elaboração dos PLP nº 108 e do Projeto de Lei (PL) nº 68, ambos de 2024, relacionados à reforma tributária. Enfatizou a necessidade de uma nova ordem tributária para reestruturar a economia brasileira, enfrentando problemas como o maior contencioso tributário do mundo e altos custos de compliance. Defendeu também mudanças significativas nos impostos sobre medicamentos e alimentos, buscando alíquotas reduzidas e maior eficiência no sistema tributário. Por fim, ressaltou que as alterações propostas poderiam revitalizar a economia brasileira e reduzir o déficit público crônico.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Charles Fernandes, a minha agenda aqui na tribuna da Casa é a agenda positiva do Brasil.

O Grupo de Trabalho 2 está analisando o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Daqui a pouco, no Plenário 2 das Comissões, vai ser apresentado o relatório desse projeto. Em tempo recorde, o GT 1 e o GT 2 trataram do PLP 68 e do PLP 108. Foi uma verdadeira maratona, ouvindo toda a sociedade. Os dois projetos foram democratizados, com a participação de cerca de mil pessoas e mais de duas centenas de entidades. Até há pouco, estávamos recebendo várias entidades, uma atrás da outra.

Quero dizer que essa é a agenda positiva da reforma tributária que vai reestruturar a economia brasileira a partir da reconstrução dos preços relativos da economia. Como todos sabem, o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo. Isso é comprovado pelo Banco Mundial e por dezenas de outras instituições. E o Brasil precisava, há mais de 3 décadas, de uma nova ordem tributária e econômica, para dar segurança à conquista da estabilidade



econômica que já tivemos no Plano Real.

Conseguimos combater a inflação, mas não conseguimos fazer o Brasil crescer. O Brasil vem crescendo muito pouco nas últimas 4 décadas, e as maiores responsáveis têm sido as inadequações, as impropriedades, as inconsistências do sistema tributário, que acumula o maior contencioso tributário do mundo, de 90%, equivalente a 7,5 trilhões de reais, uma das maiores dívidas ativas do mundo. As empresas e as pessoas devem para o Governo mais de 5 trilhões de reais. Temos o maior custo burocrático de *compliance* de pagamento de impostos do mundo, de 200 bilhões de reais por ano, e uma das maiores sonegações do mundo, de 800 bilhões de reais por ano. Fomos o último grande país do mundo a dar incentivo fiscal para empresas do imposto pago pelo consumidor final na ordem de 600 bilhões de reais por ano. Nós vamos resolver grande parte desse problema através do IVA, do IBS e da CBS.

Quero defender pautas para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 68, relativo ao GT 1. Eu participo do GT 2, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 108. Primeiro, nós legisladores do Brasil decidimos que medicamentos, comida, transporte, habitação e alimentação são temas fundamentais, constantes do art. 6º da Constituição brasileira como direitos que as pessoas têm e dever do Estado. O que eu estou defendendo? Para os medicamentos de tarja preta, alíquota zero. Para todos os demais medicamentos, 60% de redução. Não queremos uma terceira tabela. Como disse, queremos alíquota zero para o medicamento de tarja preta, como os de doenças raras, e 60% de redução da alíquota para medicamentos, com alíquota de 10% a 11%, e não de 25%.

Seguimos a mesma regra para os alimentos. A cesta básica terá alíquota zero, com 15 itens a 20 itens. Os demais itens da alimentação brasileira terão 60% de redução. Não queremos uma terceira lista de alimentos, mas apenas duas: alíquota zero e 60% de redução. No futuro, queremos trocar essas reduções de alíquota pelo *cashback*. Eu entendo que isso é muito melhor, muito mais eficiente e muito mais profícuo em favor daqueles que ganham menos no Brasil.

Quero também pontuar que a regra de cobrança deverá ser a mais moderna do mundo. Demoramos 50 anos para implantar o nosso IVA e ele será o mais moderno do mundo, com cobrança automática 5.0 no ato da liquidação da compra, com a retenção do imposto e o crédito financeiro, e a cobrança será no destino.

Eu poderia falar muito mais aqui, mas o tempo é exíguo. Essas mudanças vão ajudar a fazer com que todo o setor produtivo — rural, industrial, comercial, prestadores de serviço — se torne uma verdadeira máquina de produção, não só para o mercado exterior, mas principalmente para o consumo das famílias brasileiras, que precisam, porque o mercado interno é muito limitado em virtude da elevada carga tributária do consumo sobre as famílias brasileiras. São elas que pagam o imposto de consumo.



Ao implantar esse modelo, vamos reduzir em mais de 30% a atual carga tributária sobre os preços de bens e serviços para as famílias brasileiras. Dessa forma, elas terão mais dinheiro. Com a diminuição do custo de produção e de comercialização, o Brasil vai se tornar novamente uma grande locomotiva de produção e geração de emprego e renda. O que faltava para o Brasil era isso.

A questão do déficit público, que tem sido crônico todos os anos no Brasil, diz respeito à falta de crescimento econômico. Ele não cresce e não tem dinheiro, está sempre com despesas maiores do que a arrecadação.

Em outro momento, falarei disso. Agora, vou ao Plenário 2, para fazer a leitura do relatório final aos demais colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 15/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-14:08
Publ.: DCD - 10/07/2024 General Girão-PL -RN
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a reforma tributária proposta pelo Governo, destacando o impacto negativo sobre as santas casas e hospitais filantrópicos, como o Hospital Varela Santiago, no Rio Grande do Norte, que atende milhares de crianças mensalmente. Além disso, comentou sobre a tributação de motoristas de aplicativos, alertando que a nova medida deixará esses profissionais com uma pequena parte dos ganhos, prejudicando suas condições de trabalho. Por fim, enfatizou a importância do setor salineiro do Rio Grande do Norte, responsável por 93% da produção nacional de sal, e criticou a proposta de taxação do produto sem incluí-lo na cesta básica.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria, inicialmente, de dar boa tarde a todos e de dizer que estamos muito felizes também com o aniversário do nosso amigo Deputado Gilberto Nascimento.

Todos os aniversariantes de 9 de julho, especialmente os paulistas, realmente estão de parabéns, porque dia 9 de julho marca o início da Revolução Constitucionalista de 1932, uma data que nos lembra da luta dos brasileiros contra o cerceamento da liberdade.



Eu vou usar a tribuna hoje, Sr. Presidente, para comentar três assuntos importantes, todos eles pautados na reforma tributária.

O primeiro deles diz respeito às santas casas e aos hospitais filantrópicos.

Deputado Coronel Ulysses, veja só, como se não bastasse o PT do Rio Grande do Norte querer matar as pessoas nas estradas, agora o PT no Brasil também está querendo matar as pessoas nos hospitais. Os hospitais filantrópicos e as santas casas cumprem o papel de tapar o buraco — na verdade, o rombo — da saúde pública no Brasil, especialmente por estar nas mãos de quem nós sabemos que ela está. Então, os problemas da saúde pública no Brasil são cobertos pelos hospitais filantrópicos e pelas santas casas. Agora, a tributação que estão querendo fazer incidir sobre essas entidades vai fazer com que essas casas de atendimento à saúde fechem, porque elas não terão condições de continuar com o atendimento.

No Rio Grande do Norte, há o Hospital Varela Santiago, um hospital filantrópico que faz o atendimento de crianças de todo o Estado. São, em média, 13 mil atendimentos por mês — façam as contas do número de atendimentos por dia —, realizados por 510 colaboradores e 100 médicos. Façam as contas de quantas pessoas são atendidas por dia neste hospital! No entanto, a reforma tributária do PT quer jogar isso tudo no lixo. As pessoas vão morrer nos hospitais. Essa é a realidade da saúde neste Governo do Presidente "Lulalóquio".

O segundo tema é sobre a tributação dos motoristas por aplicativos. Eu não sei se V.Exas. sabem, mas os motoristas por aplicativos, no Brasil todo — isso não é demagogia não, é realidade —, ficarão mais ou menos com a seguinte situação: do valor de uma corrida, aproximadamente 61% irão para as mãos de quem não está prestando o serviço. O aplicativo fica com aproximadamente 39%, o Governo vai ficar com pouco mais de 26%, e a mixaria que sobrar vai ficar na mão da pessoa que está dirigindo o carro, correndo riscos, suportando as despesas com aluguel ou com o carro que possui, com combustível e com a alimentação da família. Vai sobrar o quê? O Bolsa-Família? Só pode ser isso.

O Governo do PT quer manter todo mundo no cabresto. Brasileiros, vamos acordar! Já passou da hora de aceitarmos esse assistencialismo barato. Isso é um absurdo! Não dá para entender isso daí. Sinceramente, eu espero que consigamos mudar essa realidade em relação aos motoristas de aplicativos.

E, para concluir, Sr. Presidente, eu preciso falar sobre o setor salineiro. Aproximadamente 93% do sal produzido no Brasil é fabricado no Rio Grande do Norte. Deputado Otoni de Paula, 93% do sal do Brasil! São 15 milhões de toneladas por ano — 15 milhões de toneladas por ano! Com o Presidente Bolsonaro, nós conseguimos, no fim de 2019, que o sal fosse reconhecido como sendo uma atividade que gera empregos, que gera benefício social e que não onera o meio ambiente. Por quê? Porque alguns xiitas, procuradores da República, queriam interditar as salinas. Meu Deus do Céu! Bolsonaro corrigiu isso, mas agora o Governo do PT quer taxar o sal. E o pior de tudo não é isso:



querem taxar o sal de forma absurda e não consideraram a inclusão dele na cesta básica.

Eu pergunto a vocês: algum ser humano ou algum animal, irracional ou racional, sobrevive sem o sal? Não. Os criadores de gado, os criadores de animais, sabem que precisam colocar o sal no cocho. Então, o sal é um elemento essencial para o ser humano, quer seja ele racional, quer seja ele irracional, e não está na cesta básica. Faremos uma emenda de Plenário para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus nos proteja desses maus governantes, que só querem a destruição do Brasil!

Documento 16/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-14:48
Publ.: DCD - 10/07/2024 Coronel Chrisóstomo-PL -RO

-
BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou sua euforia ao iniciar seu discurso no plenário, destacando a ausência de representantes da Esquerda. Elogiou o sucesso do CPAC, onde esteve ao lado do ex-Presidente Bolsonaro e do Presidente da Argentina, Milei, enfatizando a importância de ambos para a América do Sul. Além disso, lamentou a grave seca em Rondônia, que afeta a produção de energia e a logística, e criticou o Governo Federal por não apresentar soluções. Ele se opôs à reforma tributária, alertando que ela trará mais impostos e prejuízos ao povo brasileiro, e pediu que os colegas se informassem sobre o projeto antes de votar. Por fim, fez um apelo para o retorno de Bolsonaro ao Governo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil! Obrigado, Sr. Presidente. Hoje, fui o zero um para falar em plenário. Obrigado, Presidente, pela observação.

Estou eufórico hoje, meu Deus do céu! É uma pena que a Esquerda não esteja sentadinha ali. Há só uns dois ou três representantes. Não está ali a Esquerda para ouvir o que eu tenho a dizer, senhores coronéis. Há vários coronéis neste



plenário. Graças a Deus, Rondônia! Graças a Deus, Brasil! Coronel é nego de rocha, é guerreiro, e não dá mole para bandido.

Senhores, eu estou feliz da vida. Grande e antigo Ministro Osmar Terra, o CPAC foi um sucesso! Foi um grande sucesso para o Brasil, senhores. Mas quem estava lá? O grande homem que o Brasil ama, nosso Presidente Bolsonaro, com um discurso pontual em prol dos brasileiros, e acompanhado de quem? Ora, quem? O Presidente Milei, uma grande inspiração para a América do Sul e, quiçá, para a América Latina. Os dois juntos, meu Deus do céu, são duas grandes autoridades desse mundão.

Parabéns, Presidente Bolsonaro, pelo seu posicionamento no CPAC. E que bom que tomamos vários cafezinhos juntos. Eu estava do lado dele, é lógico! Tenho que estar ao lado do Presidente Bolsonaro.

Senhores, o meu Estado está passando por um grande problema de seca. O Estado de Rondônia encontra-se em estado de emergência. O Rio Madeira, um dos maiores rios do Brasil, está secando, como no ano passado, quando praticamente faltou água no rio e dava para cruzá-lo a pé. Este ano a situação vai ficar pior. Estamos num sufoco para produzir energia e as embarcações foram afetadas, porque a logística de Rondônia para Manaus funciona muito via embarcação. Como fazer para minimizar a dificuldade do meu Estado e dos nossos Municípios em Rondônia? O que fazer? Pergunto isso ao Governo Federal. Os rios de que estou falando são rios federais.

Os rios federais são de responsabilidade da União. E o que o Governo desse irresponsável e mentiroso já apresentou para Rondônia? Nada! Nada! Agora, ele apresentou algumas coisas boas, mas negativas: aumentou a luz, aumentou a energia elétrica, aumentou a gasolina, aumentou o gás de cozinha, e vai aumentar o preço da carne na reforma tributária.

Eu já disse: vou votar "não" nessa reforma! E peço aos Deputados Federais que façam o mesmo, que tomem esse caminho. É "não"! Brasil, é o Coronel Chrisóstomo que está falando. À reforma tributária nosso voto é "não"! Não podemos trazer mais impostos para o povo, não podemos aceitar isso. Eles apresentam um monte de flores, de rosas, mas são só mentiras. Quando vamos lá olhar, quando começamos a folhear, vemos que só há prejuízo ao brasileiro.

O que eu estou falando é real; basta os senhores folhearem para verificar. Prestem atenção, senhores. Não basta virem aqui votar. Vão estudar o projeto! Quando começarem a estudá-lo, vão entender o que eu estou dizendo. Essa reforma vem para arrebentar os brasileiros e os rondonienses, e nós não queremos isso.

Precisamos fazer o Brasil alavancar. Eu sei que, neste Governo, isso é difícil. Vamos esperar 2026.

Bolsonaro, volte! Bolsonaro, nós o estamos esperando!



Fiquem com Deus!

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Excelência.

Documento 17/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-15:44

Publ.: DCD - 10/07/2024 Dr. Frederico-PRD -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a tentativa de imputar um crime ao ex-Presidente Bolsonaro, sugerindo que ele deveria enfrentar um processo administrativo. Em seguida, expressou profunda preocupação com a saúde pública, destacando que as Santas Casas de Misericórdia enfrentam uma grave ameaça devido à reforma tributária. Ele denunciou que a nova regulamentação exigirá que essas instituições filantrópicas paguem impostos sobre compras anteriormente isentas, incluindo importações de equipamentos. Alertou que essa mudança inviabilizará as Santas Casas e piorará a já precária situação da saúde no Brasil, enquanto os hospitais particulares manterão créditos tributários.

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, o que nós percebemos sempre neste Parlamento é uma famosa cortina de fumaça. Claramente, o ex-Presidente Bolsonaro deveria sofrer um processo administrativo, e estão querendo imputar um crime a ele. Este momento é tão importante que eu vou deixar essa questão de lado para falar de um assunto, Sr. Presidente, que está me preocupando demais em relação à saúde de todos os brasileiros.

Estamos sendo intensamente procurados pelas Santas Casas de Misericórdia de todo o Brasil. Na regulamentação absurda dessa reforma tributária, está ocorrendo uma infração constitucional. Querem que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos paguem impostos pelas compras que sempre realizaram com isenção, inclusive, importação de equipamento, compra de dispositivos. Agora, as Santas Casas vão precisar pagar imposto, pagar IBS, CBS, sobre esses equipamentos. Isso, que nunca foi feito, vai inviabilizar as Santas Casas. Na reforma tributária, tratada de forma tão sigilosa, está claro que as Santas Casas não poderão ter o seu crédito tributário, ao contrário dos hospitais particulares.

No fundo, talvez, depois dessa reforma consumada, as Santas Casas de



Misericórdia vão pagar mais impostos do que os hospitais particulares. E quem vai sofrer é o povo, porque a saúde já é péssima e vai piorar muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 18/115

138.2024

Sessão Ordinária - CD

09/07/2024-15:48

Publ.: DCD - 10/07/2024

Sidney Leite-PSD -AM

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a condução da reforma tributária, argumentando que ela não simplifica o sistema tributário nem promove justiça tributária. Ele destacou que poucos Deputados participaram das discussões e que não houve um debate amplo. Expressou preocupação com o impacto negativo da reforma sobre as cooperativas médicas e o setor de serviços, prevendo aumento na demanda do SUS. Criticou também a retirada de vantagens da Zona Franca de Manaus e de áreas de livre comércio na Amazônia, contradizendo o compromisso de preservação da Região. Ressaltou que a reforma, como está, aumentará a concentração de riqueza no Sudeste e Sul, ampliando a pobreza e desigualdade no País.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, como ainda há pouco falou o colega, esta Casa, este Parlamento se propôs a discutir uma reforma tributária para simplificar o sistema tributário e fazer justiça tributária. No entanto, o que vemos é o inverso, até porque da discussão da proposta vinda do Governo participaram poucos Deputados, e não tivemos sequer o direito de ser ouvidos, de discutir amplamente uma reforma que muda a vida das pessoas.

Deputado, com a mesma proposta em relação às cooperativas médicas, o SUS que se prepare para receber mais pacientes, porque a reforma, do jeito que está, criará muita dificuldade, principalmente para o setor de serviço.

Quero aqui destacar outra coisa, Sr. Presidente. Havia um compromisso do Presidente Arthur Lira, como também do Governo, de manter o que a Zona Franca de Manaus tem hoje. E o que faz o Governo e o Grupo de Trabalho? Retiram essas vantagens, não só da Zona Franca de Manaus, mas também das áreas de livre comércio no Estado do Acre, no Estado de Rondônia, em Macapá e Santana e no Estado de Roraima. Isso é uma grande contradição de um Governo, como também aqui do Grupo de Trabalho, que se diz



comprometido com a Amazônia, com a causa indígena, com a preservação.

O Amazonas mantém 97% da sua cobertura vegetal intacta graças a esse modelo. Essa conta não bate, é uma tremenda contradição. E quem vai pagar o ônus disso são homens e mulheres que vivem na Amazônia.

Eu fiz parte da discussão da PEC da Reforma Tributária. Não foi essa a proposta que nós discutimos, seja para o setor de saúde, seja para as Santas Casas, seja para as cooperativas, seja para os prestadores de serviço deste País. E nós não podemos votar uma reforma tributária, Deputado Capitão Alberto Neto, a toque de caixa, como se nós estivéssemos aqui votando um PL que não interferisse na vida das pessoas. Isso vai interferir sobremaneira na vida de toda a população. A simplificação tributária é bem-vinda, como foi feita na França, o primeiro país que fez isso desse jeito e que diminuiu o contencioso. No entanto, punir o pobre, punir o pequeno, isso está errado.

Hoje, Deputado, o Sudeste e o Sul do Brasil, nada contra ninguém, representam 72% do PIB da indústria deste País. Com a reforma tributária, essa concentração vai aumentar, gerando mais pobreza e desigualdade neste País. É isso que esse Parlamento quer? É essa a preocupação com a Amazônia? É essa a preocupação com os povos originários? Há uma grande contradição em relação a isso. E aí nós vamos ver quem vota, quem fala, quem diz a verdade, quem efetivamente tem compromisso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 19/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-15:48

Publ.: DCD - 10/07/2024 José Nelto-PP -GO

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado esclareceu a confusão frequente entre ele e o Deputado Zé Neto (PT). Ele manifestou preocupação com a reforma tributária, classificando-a como secreta e criticando a falta de acesso ao texto. Destacou os impactos negativos da reforma sobre as Santas Casas e as cooperativas, especialmente as de crédito, afirmando que tributar esses setores é prejudicial ao País. Ele defendeu os bancos cooperativos SICOOB e SICREDI, além das cooperativas de consumo e produção, enfatizando sua importância para a economia.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Muito



obrigado, Sr. Presidente.

Há uma dúvida neste Parlamento: muita gente confunde o Deputado Zé Neto, do PT, com o Deputado José Nelto, do PT, do PMDB ou do PP. Isso porque eu já fui do PMDB, do PT, e agora estou no PP. Tirando essa confusão, eu peço 1 minuto para iniciar minhas palavras.

Então, o Deputado Zé Neto é do PT, e o Deputado José Nelto é do PP.

Sr. Presidente, eu estou muito preocupado com essa reforma tributária. É aquilo que disse o Deputado Sidney Leite. Realmente é uma reforma meio secreta — a palavra é esta: secreta. Não temos acesso à reforma, não temos acesso ao texto.

E o que me preocupa muito não são apenas as Santas Casas — tributar as Santas Casas do Brasil é um crime, como disse o Deputado aqui, contra o SUS —, mas também as cooperativas, cooperativas de créditos e todas as cooperativas no nosso País.

Então, não posso votar a favor de uma matéria que prejudica o cooperativismo de crédito no nosso País e as outras cooperativas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que conste no programa *A Voz do Brasil* a nossa voz firme ao lado dos bancos cooperativos, SICOOB, SICREDI, ao lado também das cooperativas de consumo, de produção do nosso País. Não podemos taxar e prejudicar esse setor que ajuda muito o crescimento da nossa economia.

Muito obrigado.

Documento 20/115

138.2024

Sessão Ordinária - CD

09/07/2024-15:52

Publ.: DCD - 10/07/2024

Cobalchini-MDB -SC

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou os 30 anos do Plano Real, implantado em 1º de julho de 1994 pelo Presidente Itamar Franco. Ele destacou a desconfiança inicial da população devido a planos econômicos anteriores que falharam, como o Plano Cruzado e o Plano Collor, e mencionou a diferença positiva trazida pelo Governo de Itamar Franco. Ressaltou a importância do Deputado catarinense Neuto de Conto, Relator do Plano Real, e mencionou a luta contra a hiperinflação que o Brasil enfrentou entre 1968 e 1998. Também elogiou o



trabalho do Deputado Baleia Rossi na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que resultou na reforma tributária, e destacou a necessidade de um consenso para beneficiar o Brasil.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Quero saudar os colegas Deputados, as colegas Deputadas, o povo brasileiro, especialmente o povo de Santa Catarina.

Há 30 anos, Sr. Presidente, no dia 1º de julho de 1994, o Presidente Itamar Franco, na liderança de um governo de união nacional que buscava reconstruir o País após a grave crise do *impeachment* do Presidente Collor, anunciava a implantação do Plano Real.

O Brasil recebia anúncios, num primeiro momento, com bastante desconfiança, afinal víñhamos de uma sequência de planos econômicos que deram errado: Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Collor. Todos esses prometiam acabar com a inflação e acabavam entregando apenas mais uma crise. No Plano Collor, houve ainda o trauma do confisco de todos os ativos financeiros do País, só que com Itamar a coisa foi diferente.

Tendo militado por quase toda a sua vida no nosso MDB, partido pelo qual foi eleito Senador em 1974, Governador de Minas Gerais em 1998, e, mais uma vez, Senador por Minas Gerais em 2002, Itamar sabia como fazer as coisas darem certo. E o principal, como sempre, foi cercar-se de pessoas corretas.

No Congresso Nacional, o destaque ficaria por conta do Deputado catarinense Neuto de Conto, um baluarte do MDB do meu Estado, que foi Relator do Plano Real nesta Casa.

Neuto, um gigante, foi ladeado pelo nosso também companheiro Wagner Rossi, pai do Presidente Baleia Rossi, que também relatou várias leis relacionadas ao Plano Real.

Entre 1968 e 1998, o Brasil teve uma inflação acumulada de 970 trilhões por cento. O número parece assombroso, e de fato o é. Essa foi a realidade que vivemos por décadas. Os dados que citei estão no livro *O Milagre Real*, lançado pelo próprio Deputado e Senador Neuto de Conto, que resgata os bastidores da aprovação daquele novo pacote monetário que seria definitivo.

Presidente, antes de encerrar as minhas palavras, quero fazer menção ao nosso Presidente do MDB, Deputado Baleia Rossi, autor da PEC 45, que se transformou na reforma tributária aprovada por esta Casa e também pelo Senado da República. Estamos a poucos dias de votar a complementação, a regulamentação da reforma tributária. Que ela venha para simplificar, desburocratizar, diminuir os impostos, fazer justiça com o País. Essa reforma



não é de partido A nem de partido B, é do povo brasileiro.

Por isso, nós torcemos muito para que aqueles que estão debruçados sobre ela possam encontrar o consenso e o melhor texto, não para esse ou aquele partido, mas para o Brasil.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação no programa *A Voz do Brasil* da nossa manifestação.

Muito obrigado.

Documento 21/115

138.2024	Sessão Ordinária - CD	09/07/2024-16:00
Publ.: DCD - 10/07/2024	Átila Lins-PSD -AM	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou grande preocupação com a reforma tributária e sua regulamentação, particularmente em relação ao impacto na Zona Franca de Manaus. Ele destacou que, apesar de terem apresentado várias sugestões para ajustes no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, nenhuma foi acatada pelo respectivo Grupo de Trabalho. Ele enfatizou a importância de manter a competitividade da Zona Franca de Manaus, crucial para o desenvolvimento do Amazonas, e apelou aos Deputados e ao Presidente Arthur Lira para reconsiderarem e aceitarem as emendas propostas pela bancada do Amazonas, que foram reduzidas de 19 para 6 sugestões prioritárias.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Amazonas e o povo do Amazonas estão realmente muito preocupados com a reforma e a regulamentação da reforma tributária. Isso porque, mesmo a despeito de nós termos apresentado uma série não de emendas, mas de sugestões para fazer ajustes ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a parte mais importante da reforma tributária, a informação que chega ao nosso conhecimento é que nenhuma dessas sugestões foi acatada pelo Grupo de Trabalho.

Houve um debate ontem à noite, do qual participaram os técnicos e os Deputados do Grupo de Trabalho, a bancada do Amazonas, comandada pelo nosso coordenador, Senador Omar Aziz, e os técnicos do Amazonas. Nesse debate, de 19 sugestões, nós priorizamos 6 sugestões, exatamente fazendo



pequenos ajustes para não trazer prejuízo para a Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente.

Há o compromisso do Presidente Arthur Lira, há o compromisso do Presidente Lula de que essa reforma não trará nenhum prejuízo, nenhuma possibilidade de transtorno para a Zona Franca de Manaus, até porque ela já sofre um boicote feroz dos setores de meio ambiente internacionais, que não deixam o nosso Estado e a nossa região se desenvolverem. Só há lei proibitiva, e a Zona Franca tem sido a ferramenta que tem desenvolvido o Estado do Amazonas e as áreas de livre comércio. Daí a nossa decisão de lutar até o último momento no sentido de que essas sugestões que vão manter a competitividade da Zona Franca de Manaus possam ser acatadas — se não foram pelo Grupo de Trabalho, que sejam pelo Plenário desta Casa, já que vamos apresentar as emendas necessárias com essa finalidade.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós viemos aqui dirigir um apelo aos companheiros Deputados e Deputadas no sentido de que a nossa ação, as emendas que a bancada do Amazonas vai apresentar possam ser examinadas com muito carinho, em função da necessidade que temos de manter a competitividade da Zona Franca de Manaus, o que está na Constituição, até o ano de 2073. Para tanto, precisamos de pequenos ajustes, que a reforma tem que conceder na regulamentação que está sendo decidida nesta semana.

Portanto, é esse o apelo que eu dirijo aqui, Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ao nosso Presidente Arthur Lira, para que ele reexamine esse quadro no sentido de que possamos realmente fazer com que esses pequenos ajustes... Vejam como nós fomos bastante acessíveis: de 19 sugestões, baixamos para 6 sugestões, exatamente o mínimo para que a Zona Franca não tenha nenhum prejuízo nessa regulamentação.

É esse o apelo ao Presidente Arthur Lira e às Lideranças e bancadas nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 22/115

138.2024

Sessão Ordinária - CD

09/07/2024-16:12

Publ.: DCD - 10/07/2024

Nelson Barbudo-PL -MT

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou suas preocupações com a reforma tributária em debate, enfatizando o impacto potencialmente negativo de aumentos de impostos sobre



os empregadores brasileiros. Ele argumentou que penalizar as empresas, que são os motores da economia, não apenas não fortalecerá a economia, mas também criará um ambiente de negócios adverso para o crescimento e a inovação. Destacou a necessidade de incentivar o empreendedorismo e o investimento, propondo reduções significativas na carga tributária para produtos agropecuários, aquicultura, pesca, florestas, extrativismo, vegetais e insumos de energia solar. Ele assegurou aos produtores de Mato Grosso que está trabalhando para que a reforma seja simplificada, desburocratizada e resulte em menos impostos. Concluiu reiterando o compromisso de sua bancada em apoiar aqueles que impulsionam a economia nacional.

O SR. NELSON BARBUDO (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar os senhores e senhoras e aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* e também pelos outros meios de comunicação.

Sr. Presidente, o Brasil está preocupado; o Brasil está de olho na votação da reforma tributária, e nós não podemos de maneira alguma penalizar aqueles que sustentam a economia brasileira. Como poderemos combater o desemprego, Sr. Presidente, se aumentarmos a carga tributária sobre os empregadores? É um contrassenso absoluto.

Precisamos lembrar que são as empresas que impulsionam o crescimento, que inovam, que investem em tecnologia e criam as oportunidades de trabalho para milhões de brasileiros. Aumentar impostos sobre as empresas não resultará em economia mais robusta, mas sim em um ambiente de negócio mais hostil e menos propício ao crescimento.

Precisamos buscar soluções que incentivem o empreendedorismo, a inovação e o investimento. Apenas assim poderemos construir um Brasil mais próspero e com mais oportunidade para todos.

Portanto, conclamo meus colegas a refletirem sobre os impactos das nossas decisões. Espero que possamos avançar com a reforma tributária e que ela realmente simplifique o sistema, sem aumentar a carga tributária; que possamos apoiar aqueles que, com seu trabalho e dedicação, constroem a base da nossa economia.

Sr. Presidente, lá no Estado do Mato Grosso, muitos produtores estão preocupados com o aumento da carga tributária. E lá em Pontes e Lacerda um grande amigo, Dito Braga, tem liderado um movimento para que a bancada do Mato Grosso faça a diminuição dos impostos.

Eu quero dizer ao meu grande amigo, produtor, comerciante Dito que nós já estamos, no grupo de trabalho, Dito, pleiteando, no substitutivo, que os produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais, extrativistas, vegetais e *in natura* tenham 60% menos impostos. E para terminar, Sr. Presidente, incluímos no substitutivo de minha autoria que os insumos da energia voltaica



tenham também uma diminuição de 60% no faturamento dos produtos.

Então, o Estado do Mato Grosso fique tranquilo que, no substitutivo da reforma tributária, o PL está trabalhando incessantemente para que não se torne um elefante branco esta reforma tributária. Nós estamos tentando simplificar, nós estamos tentando desburocratizar e nós estamos tentando diminuir a carga tributária.

Está aqui para você, José Renato Dias, incluindo que os insumos à energia voltaica tenham também uma diminuição de 60%. A bancada do Mato Grosso, junto com o PL — PL de Jair Bolsonaro e tantos companheiros —, está lutando para melhorar a vida daqueles que produzem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 23/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-16:24
Publ.: DCD - 10/07/2024 Capitão Alberto Neto-PL -AM
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o projeto de reforma tributária em discussão, alertando que o texto atual representa uma tragédia para o Brasil. Ele enfatizou que a proposta prejudica severamente a Zona Franca de Manaus, vital para a preservação da Floresta Amazônica e essencial para a economia nacional. Também expressou preocupação com o impacto sobre os aposentados e com o setor de serviços, fundamentais para o emprego no País. Destacou que a atual proposta não beneficia o Brasil como uma verdadeira reforma tributária, mas sim como uma ameaça econômica e ambiental.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos prestes a votar a reforma mais importante da nossa história. Mas, com o texto atual, eu vou dizer que não se trata mais da reforma tributária, mas da reforma da tragédia do Brasil. Trata-se de uma tragédia anunciada, uma tragédia que está prejudicando, lá no meu Estado, a Zona Franca de Manaus.

O texto atual é uma tragédia para a Zona Franca de Manaus. E eu aviso aos Parlamentares: prejudicar a Zona Franca de Manaus prejudica o País.

Hoje, graças à Zona Franca, protegemos 98% da Floresta Amazônica. Esse é o

maior projeto ambiental do mundo. Ninguém vai querer comprar carne, ninguém vai querer comprar soja do Brasil se avançarmos no desmatamento da floresta.

Além do mais, a carne está ficando mais cara e estão atacando os fundos de pensão. O aposentado vai sofrer nessa reforma tributária.

Nós estamos atacando o setor de serviços que mais emprega neste País. Não é a reforma tributária; é a reforma da tragédia.

Documento 24/115

138.2024 Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-16:24
Publ.: DCD - 10/07/2024 - Pompeo de Mattos-PDT -RS
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com a proposta de taxação dos fundos de pensão e planos de saúde de autogestão no contexto da reforma tributária. Ele destacou a presença na Casa de entidades representativas como ABRAPP, PREVI, ANAPAR, CASSI, PETROS e FUNCEF, ressaltando que esses fundos são essenciais para a poupança e investimento no Brasil, especialmente entre trabalhadores e servidores públicos. Expressou contrariedade à ideia de taxar recursos que não têm lucratividade e são fundamentais para garantir a dignidade daqueles que pouparam ao longo de suas vidas. Concluiu reforçando a mobilização contra essa medida, defendendo a resistência e a proteção dos recursos dos fundos de pensão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilson Daniel, eu quero fazer o registro da presença na Casa de entidades representativas dos fundos de pensão de todo o nosso País.

Todos eles, com sua importância e com sua representatividade, são liderados pela ABRAPP. Estão presentes a nossa PREVI, a ANAPAR, a CASSI, a PETROS e a FUNCEF.

Estão aqui o nosso sempre Deputado Christino Aureo e também o Augusto Carvalho, além de vários mandatos na Casa.

A nossa angústia, Presidente, é exatamente sobre a questão da reforma tributária, em que os planos de pensão fechados ou os planos de saúde de autogestão estão sendo ameaçados de taxação — o que é uma coisa impressionante —, como se eles tivessem lucratividade, como se fossem especuladores do mercado, quando, na verdade, a poupança do Brasil está



exatamente nos fundos de pensão.

Por isso, queremos deixar bem clara a nossa contrariedade, a nossa contestação. Não há como cobrar lucro de quem não tem lucro, ou de quem faz a poupança deste País, ou de quem investe neste País!

Aliás, trata-se de servidores públicos que, ao longo de uma vida, pouparam, pouparam, pouparam e agora vão ver os seus recursos serem taxados em 4%, ou em 5%, ou em 6%, ou em 8%, ou em 10% — conforme o caso, em até 12%. Tanto os aposentados, Presidente, estão sendo ameaçados como aqueles que estão na ativa e estão se aposentando.

Então, quero deixar aqui a nossa indignação, em nome de toda a mobilização desses fundos de pensão. São bilhões e bilhões da poupança dos brasileiros! Na sua grande maioria, de trabalhadores ou de servidores públicos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da PETROS, enfim, de vários segmentos que têm agora sua poupança ameaçada de ser confiscada, de ser taxada, de se colocar imposto sobre ela. Ora, isso aqui não é dinheiro de banco! Não é dinheiro que tem rentabilidade ou lucratividade. Não! Isso aqui é para pagar a dignidade daqueles que, durante uma vida inteira, trabalharam em favor das suas famílias, em favor da sua luta, em favor da sua labuta.

Por isso, Presidente, contra essa taxação é a nossa mobilização!

Muito obrigado, Christino Aureo.

Muito obrigado, Augusto Carvalho.

Muito obrigado, FUNCEF.

Muito obrigado, PETROS.

Muito obrigado, PREVI.

Muito obrigado a todos os fundos de pensão. Nós vamos resistir, e é preciso resistir nesta hora!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 25/115

138.2024

Sessão Ordinária - CD

09/07/2024-17:48

Publ.: DCD - 10/07/2024

Jandira Feghali-PCdoB -RJ

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

A Deputada destacou a importância da votação da proposta de regulamentação da reforma tributária, ressaltando ajustes cruciais. Informou que um dos pontos discutidos foi a inclusão de carne e peixe na cesta básica, fundamentais para a alimentação saudável. Também enfatizou a necessidade de tributar mais bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde, e criticou a exclusão de armas do Imposto Seletivo, argumentando contra benefícios para quem vende armamentos. Além disso, mencionou o indiciamento do ex-Presidente Bolsonaro e outros por corrupção, peculato e associação criminosa, incluindo o caso das joias do Estado brasileiro. Por fim, expressou posição contra a extrema-direita, denunciando seus atos e ressaltando a importância de manter o avanço nas políticas sociais e democráticas do Brasil.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, nós fomos chamados esta semana para uma votação extremamente importante, para a votação da proposta de regulamentação da reforma tributária.

A proposta de emenda à Constituição já apontava um conjunto de diretrizes, que nós aqui aprovamos — e foi uma vitória importante para o País —, e agora, na fase de regulamentação, os grupos de trabalho foram intensos, dedicados, ouviram e apresentaram um projeto com vários eixos. No entanto, é necessário que alguns ajustes sejam feitos, e nós estamos debatendo esses ajustes.

Um deles, Sr. Presidente, é o ajuste na cesta básica. A carne precisa estar na cesta básica. A cesta básica precisa ter proteína além do ovo. É muito importante que consigamos incluir a carne e o peixe na cesta básica, porque são fundamentais para a alimentação saudável da população brasileira. É a proteína. O segundo ajuste é sobre aqueles alimentos que prejudicam a saúde. A PEC já diz: *"prejudiciais à saúde e ao meio ambiente"*. Portanto, nós fizemos emenda sobre a inclusão no Imposto Seletivo, o que tributa mais, das bebidas açucaradas e dos alimentos ultraprocessados, e precisamos que esta Casa aprove, porque são muito prejudiciais para as crianças e causam obesidade infantil e outras doenças decorrentes da má alimentação. Por último, cito o ajuste referente às armas. As armas ficaram de fora do Imposto Seletivo. Quem quer vender arma tem que pagar tributos, não pode ser beneficiado na sociedade brasileira. Nós sabemos o que a violência é hoje no Brasil, o que o feminicídio é hoje no Brasil e tudo o que significa a venda de armas com facilidade.

Por falar em armas, eu preciso passar agora para o outro tema da semana. O Sr. Bolsonaro foi indiciado — ele e muitos outros da sua trupe, por corrupção, peculato, associação criminosa, venda de joias, uso do avião presidencial. Ele está indiciado pela Polícia Federal e vai virar réu no Supremo Tribunal Federal.

Nós sabemos aonde isso vai dar e precisa dar. Por esse tipo de crime é preciso pagar. É preciso responder pela corrupção. Além deste, há outros inquéritos: sobre atos contra a democracia, milícia digital e lá vai — são 24. Essa questão da joia é indefensável. Não adianta usar argumento, porque esses não eram presentes pessoais, eram do Estado brasileiro, eram patrimônio público, e isso tudo foi desviado e vendido de forma corrupta.

Por último, realço que esse tipo de ação da extrema-direita no Brasil, que vai da corrupção à antidemocracia. Nós vimos aqui a bizarrice do encontro entre um Chefe de Estado e um ex-Presidente aqui, que deu "medalhinhas" que não têm significado nenhum.

Não se enganem. Nós estamos vendo que no mundo começa a haver viradas. Foi emocionante ver a eleição na França. Como foi importante a eleição na Inglaterra. Aqui, nós não vamos deixar essa turma retomar o poder, porque retomar o poder é retrocesso profundo, na violência, na discriminação, na fome, no desemprego, na anticiência, contra a educação, contra a cultura, contra todas as políticas construídas durante todos esses anos. Portanto, nós vamos avançar, construir, reunificar este País, para garantir que a sociedade brasileira alcance convivência harmônica, cultura de paz e a possibilidade real de ter qualidade de vida.

Essa extrema-direita que rouba, que corrompe, que rouba presentes e joias, que rouba do País, que roubou na compra da vacina — e a CPI provou isso —, que fez luta contra a democracia, que tentou golpe de Estado, essa vai ter que pagar, porque não há anistia para crimes desse tamanho, Sr. Presidente.

Sem anistia para golpista e sem anistia para corrupto!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 26/115

138.2024

Publ.: DCD - 10/07/2024

Sessão Ordinária - CD

09/07/2024-18:00

Pedro Alhara-PRD -MG

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regula a reforma tributária. Destacou o impacto negativo nas Santas Casas e nos hospitais filantrópicos, que seriam impedidos de aproveitar créditos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), resultando em uma carga tributária de cerca de 26,5%. Enfatizou ainda a imunidade tributária constitucional



desses estabelecimentos, que realizam um trabalho essencial para a saúde pública, com metade dos leitos hospitalares do Brasil. Por fim, citou a Santa Casa BH como exemplo, ressaltando sua importância no SUS e a necessidade de emendas para garantir justiça tributária e sustentabilidade para essas instituições.

O SR. PEDRO AIHARA (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito boa tarde.

Está na iminência de começar a votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que é justamente a regulamentação da reforma tributária. E um dos trechos das prescrições que estão presentes lá muito nos preocupa. Refiro-me ao impacto que vai ser gerado nas nossas Santas Casas, nos nossos hospitais filantrópicos, católicos, evangélicos. A forma como o texto está apresentado impede que as Santas Casas aproveitem os créditos do IBS e da CBS — o Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição sobre Bens e Serviços — incidentes nas operações anteriores. Isso faz com que esses estabelecimentos passem a ter que arcar com aproximadamente 26,5% de carga tributária. Obviamente, isso é um absurdo, porque a nossa própria Constituição já garante imunidade tributária a esse tipo de estabelecimento pela importância estratégica que tem. Basta nós pensarmos que 50% dos leitos hospitalares no Brasil estão nas Santas Casas, nos hospitais filantrópicos.

A Santa Casa BH, por exemplo, na minha cidade, é a responsável pelo maior atendimento do SUS em número de internações da América Latina. São mais de 1.200 leitos, muito bem administrados pelo Dr. Roberto Otto e sua equipe — e eu aproveito para cumprimentá-los aqui. Recentemente, a Santa Casa BH completou 125 anos a serviço do povo mineiro. Da forma como o texto está, a operação de uma Santa Casa, de um hospital filantrópico, que pelo seu próprio objetivo não tem fins lucrativos, acaba sendo mais penosa do ponto de vista tributário do que a de em um hospital privado. Esse, sim, pode se beneficiar desse aproveitamento de créditos.

Então, eu concito aqui todos os meus colegas Parlamentares a suprimirmos esses incisos do texto, para que consigamos dar dignidade tributária e, principalmente, reconhecer a importância do atendimento desses estabelecimentos. Só em Minas Gerais, há mais de 300 Santas Casas. São 2.500 hospitais do gênero no País, e todos esses hospitais desenvolvem uma atenção fundamental, sobretudo para aquela pessoa que mais precisa.

A Santa Casa BH, por exemplo, é uma unidade 100% SUS e é referência para mais de 90% das cidades no território mineiro. Então são pessoas do sul, do norte, do centro-oeste, do Triângulo Mineiro, que são atendidas lá em inúmeras especialidades. Não podemos deixar mais de 30 mil crianças, somente em Belo Horizonte, com um atendimento aquém do que elas merecem. E lembrando que, da forma como está o texto, também, as importações de equipamentos de ponta fundamentais, como os tomógrafos, os equipamentos para fazer



ressonâncias magnéticas, também ficam prejudicadas.

Então não podemos esquecer que o objetivo da reforma tributária...

(Desligamento do microfone.)

Documento 27/115

138.2024	Sessão Ordinária - CD	09/07/2024-20:12
Publ.: DCD - 10/07/2024 -	Zé Neto-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a votação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, destacando que a maioria dos países já adota o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Considerou um passo histórico na economia brasileira.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dos 193 países do mundo, 175 já adotam o IVA.

Nós precisamos de uma reforma tributária, sim. Essa reforma vai encaixar o Brasil no mundo, vai trazer para cá mais transparência, mais condição fiscal e, acima de tudo, mais justiça fiscal. Estamos dando um passo decisivo, e outros passos virão.

Este Congresso, esta Casa, esta Câmara, neste instante, dá um passo na história do País. Diria que, nos últimos 60 anos, não há passo mais importante na economia do que este que está sendo dado hoje, iniciado nesta Casa. V.Exa. está de parabéns, Presidente, na condução do processo! E vamos, sim, amanhã, votar a regulamentação da reforma tributária e dar um passo para o Brasil seguir em frente se desenvolvendo, gerando emprego, renda e riqueza.

Documento 28/115

138.2024	Sessão Ordinária - CD	09/07/2024-20:20
Publ.: DCD - 10/07/2024 -	Romero Rodrigues-PODE -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado mencionou a deliberação sobre o requerimento de urgência para



apreciação Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e a possibilidade de apresentar emendas. Ressaltou que, apesar de imperfeições, o processo foi democrático e expressou confiança na entrega da melhor reforma tributária para os brasileiros. Citou ainda a participação do Deputado Hauly, que trouxe informações atualizadas ao Podemos.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODE - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, antes de V.Exa. passar a palavra, eu queria, primeiro, dar os parabéns à V.Exa. pela condução dos trabalhos e reconhecer o esforço desta Casa.

Nós fomos representados, no grupo de trabalho, pelo Deputado Hauly, que está aqui ao meu lado e que sempre trouxe informações atualizadas para toda a bancada do Podemos.

Eu acho que é uma injustiça deixarmos de reconhecer que tudo ocorreu da forma mais lícita e transparente possível. Deliberamos, na noite de hoje, a questão do requerimento de urgência; amanhã teremos tempo de apresentar, se for necessário, algum tipo de emenda, algum destaque, e fazer a discussão no Plenário desta Casa.

Dessa forma, na minha modesta opinião, a coisa aconteceu, e está acontecendo da forma mais democrática possível. Claro que nem tudo é perfeito. Mas eu tenho certeza e convicção de que esta Casa vai entregar a melhor reforma tributária, tão sonhada pelos brasileiros.

Documento 29/115

138.2024	Sessão Ordinária - CD	09/07/2024-20:20
Publ.: DCD - 10/07/2024 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada elogiou o grupo de trabalho da regulamentação da reforma tributária, destacando o Deputado Hauly e os demais envolvidos. Ressaltou a necessidade de garantir oportunidades iguais a todos os Parlamentares e partidos no rito legislativo. Por fim, apontou um desbalanceamento na participação das regiões Sul e Sudeste na reforma tributária, apesar da competência do grupo, destacando problemas de acesso ao texto e debates.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu só quero elogiar o grupo de trabalho, o Deputado Hauly e todos



os Deputados que participaram do grupo de trabalho.

Eu sei do trabalho desse grupo de trabalho. Trabalharam noites em claro, ouviram todos. Não há nenhum demérito ao grupo de trabalho, e eu quero deixar isso claro. Eu acho que a questão toda é dar oportunidade, dentro do rito legislativo, a todos os Parlamentares, a todos os partidos.

Vemos, nos grupos de trabalho que trataram da reforma tributária, que há um desbalanceamento com relação à Região Sul, à Região Sudeste. Há questões muito relevantes. Por mais que os sete Parlamentares do grupo de trabalho sejam capacitados, tenham boa vontade, tenham tido um trabalho hercúleo, que eu respeito muito, nós tivemos, sim, problemas de participação dos Parlamentares, como, por exemplo, de acesso ao texto, de acesso ao relatório, de debate.

Eu que sou da Região Sudeste — e estou aqui ao lado da Deputada Daniela Reinehr, da Região Sul — posso dizer que não houve, na verdade, uma participação efetiva de quem contribui com o PIB do País.

Obrigada.

Documento 30/115

138.2024	Sessão Ordinária - CD	09/07/2024-20:44
Publ.: DCD - 10/07/2024 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, destacando sua complexidade e falta de clareza. Apontou que a reforma não cumpre a promessa de simplificação e não assegura que a carga tributária não será aumentada. Criticou especialmente a taxação de produtos como minério de ferro, sem relação com os princípios de um imposto seletivo. Além disso, ressaltou preocupações com a exclusão da carne da cesta básica e o impacto negativo nas cooperativas médicas, como a UNIMED. Por fim, apelou aos colegas para considerarem os destaques propostos ao PLP e reiterou preocupações com o impacto negativo da reforma na população de baixa renda e na saúde pública.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui discutindo — e amanhã debateremos mais ainda e debateremos o mérito — o PLP 68/24, o projeto de



lei complementar que regulamenta a reforma tributária aprovada por esta Casa.

A promessa dessa reforma tributária, desde o início, era de simplificação do sistema e até mesmo de redução da carga tributária ou, pelo menos, que não houvesse aumento de forma alguma nos primeiros momentos da carga tributária; e de criação do IVA, que é o imposto usado em diversos outros países e é, inclusive, recomendado pela OCDE.

Ocorre que o sistema que promete a não cumulatividade plena, na prática e com essa regulamentação que foi apresentada pelo Governo e trabalhada nesta Casa pelos grupos de trabalho, aliás, com um trabalho intenso, inclusive do colega do nosso partido, o Deputado Passarinho, e de vários colegas, para minimizar os problemas desse texto, deixa muito claro que não vai ser respeitado o princípio da não cumulatividade plena e também não há simplificação alguma. Essa reforma já começa complexa e cheia de exceções.

Então, fica muito complicado nós aprovarmos uma reforma quando sabemos que ela nem traz clareza, nem simplifica e nem garante que não haverá aumento da carga tributária, até porque vemos que o Governo Lula só pensa em arrecadar, só pensa em arrecadar. O próprio arcabouço fiscal já foi feito nesse espírito, nesse intuito de arrecadar cada vez mais, para que se pudessem fazer mais e mais despesas.

Por isso, nós aqui da Oposição, obviamente, colocamo-nos contrários a essa reforma e, agora, a essa regulamentação.

Existem várias distorções. Por exemplo, o Brasil terá um imposto seletivo na exportação do minério de ferro, do petróleo e do gás natural. Ou seja, o Brasil, ao invés de exportar produtos, vai exportar impostos. É um absurdo você onerar as pessoas que estão fora do Brasil também com mais impostos e onerar sempre o produtor, que é o que essa reforma acaba fazendo.

Isso não faz nenhum sentido, até porque o minério de ferro não tem nenhuma ligação com o tal imposto do pecado. O que é o Imposto Seletivo? Dizem que é o imposto do pecado, um imposto para, de alguma forma, tentar coibir o uso de substâncias que sejam maléficas para a saúde, como, por exemplo, o cigarro, a bebida alcoólica. Mas o que o minério de ferro tem a ver com isso? Nós ficamos até pensando: *"Não será isso aí uma retaliação do Lula, porque ele não conseguiu indicar o presidente da maior mineradora do Brasil, a Vale?"*

Então, esse é um ponto que realmente não faz o menor sentido. E nós estamos oferecendo destaques, aliás, nós fizemos mais de oito destaques, mais de oito emendas, e o PL vai apresentar quatro destaques, que são o nosso limite de destaques, para tentar minimizar os equívocos, minimizar os erros dessa reforma.

Quanto à promessa de preservar o cidadão de baixa renda com justiça social, o texto também não cumpre essa promessa na medida em que não contempla a carne na cesta básica. Então, a cesta básica, que é para exatamente possibilitar



uma alimentação àquelas pessoas mais vulneráveis, não traz a carne. O pobre vai receber lá o óleo de soja, o arroz, a farinha. E cadê a proteína, que sabemos que é fundamental na alimentação? Mas isso ficou aí na promessa de campanha do Lula, de que o pobre ia voltar a comer picanha, o pobre ia tomar cervejinha. E agora? Cadê a carne na cesta básica? Não tem. A carne está sendo taxada, e o pobre ficou a ver navios, apenas com a promessa de campanha do pai da mentira. Esse é mais um problema.

Também tem a questão aqui das cooperativas, que foram atendidas em várias questões, mas ainda estão extremamente preocupadas com o texto. Até o ato cooperativo está sendo atacado agora, o que dirá das cooperativas médicas como a Unimed?

A taxação dessas cooperativas, que está sendo proposta aqui, pode levar ao fechamento das cooperativas médicas. Falo da UNIMED, por exemplo. Sabemos que o SUS já está sobrecarregado. Imaginem se as pessoas que pagam um convênio, como o da UNIMED, por exemplo, perderem acesso ao convênio em decorrência do imenso aumento — gigantesco — sobre o valor da prestação devido à forte carga tributária que será imposta.

Imaginem, então, o não atendimento desse item, que foi solicitado nos grupos de trabalho. O Governo não quis abrir mão desse item, não quis, de forma alguma, tirar a tributação dessas cooperativas médicas, colocando a saúde pública em risco. Isso é muito sério.

Obviamente, nós da Oposição não podemos concordar com isso. Mais uma vez quem vai se lacrar é o pobre, é a classe média, aquela que paga o convênio da UNIMED. O convênio irá consumir uma grande parte do salário dessas pessoas, e a saúde vai para o brejo. Todos serão prejudicados, pois as pessoas que dependem do SUS também serão prejudicadas com a sobrecarga do sistema. Como se já não bastasse as filas... As pessoas saem de casa de madrugada, mas, muitas vezes, mesmo passando o dia inteiro nas filas, não conseguem ser atendidas. Imaginem como será quando essa proposta for aprovada.

É por isso que estamos encarecidamente pedindo aos colegas que, ainda que votem a favor, por compromissos ou por entenderem que a reforma está boa, acatem ao menos o destaque referente a essa matéria, que é tão importante, todas aquelas que foram citadas aqui.

Sr. Presidente, muito obrigada. Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 31/115

138.2024

Publ.: DCD - 10/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Julio Lopes-PP -RJ

09/07/2024-21:28



Sumário

O Deputado manifestou apoio o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, referente a Reforma Tributária, destacando a necessidade de ajustar os benefícios fiscais para academias de ginástica, considerando-as parte da educação e da saúde. Além disso, defendeu que o setor da construção civil também deveria receber benefícios semelhantes. Por fim, propôs direcionar recursos atualmente perdidos, como os ligados ao contrabando e à falsificação, para financiar essas reduções fiscais.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, eu queria me manifestar favoravelmente à enorme reforma que vamos votar amanhã, mas precisamos corrigir a questão das academias de ginástica. Elas são, sim, da área educacional e da área da saúde e, portanto, devem gozar do mesmo benefício, do mesmo desconto que a saúde e a educação têm. Hoje, a educação física é educação e é prevenção à saúde.

Outro assunto é a construção civil, Sr. Presidente, que também precisa gozar do mesmo benefício.

Nós podemos tirar esses recursos, Srs. Deputados, do Brasil ilegal, do Brasil que não paga impostos, do Brasil do contrabando, do Brasil da falsificação, do Brasil da pirataria. Isso é o que nós faremos aqui no segundo semestre, quando mostraremos como vamos trazer os recursos para baixar os impostos da área da educação física e da construção civil no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 32/115

138.2024

Publ.: DCD - 10/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Dr. Frederico-PRD -MG

09/07/2024-21:32

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com o atual debate sobre joias durante as discussões da Reforma Tributária, chamando atenção para o impacto negativo dessa questão como uma distração. Criticou a mídia por relatar inicialmente valores divergentes sobre o caso. Além disso, ressaltou não ter recebido apoio do ex-Presidente Bolsonaro, enfatizando sua filiação ao PRD, não ao PL. Argumentou que a situação atual é vergonhosa e prejudicial ao crescimento do



País. Por fim, lamentou o que percebe como extremismos na polícia, na Corte e na imprensa.

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PRD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero manifestar a minha opinião sobre uma situação muito triste que estamos vendo: essa questão das joias. No momento em que estamos tratando da Reforma Tributária, em que estamos decidindo pautas importantes para o País, essa questão das joias está servindo como uma cortina de fumaça.

A imprensa já passou vergonha noticiando que houve um desvio de 25 milhões de reais, que depois passou para 6 milhões de reais e agora está em 66 mil dólares, com itens que podem ser considerados personalíssimos.

Eu quero só destacar, Sr. Presidente, que eu não fui eleito com o apoio do Presidente Bolsonaro nem em 2018, nem em 2022. Eu não sou do partido do Presidente Jair Bolsonaro — eu sou do PRD, não do PL. Mas a situação está vergonhosa, e isso atrapalha o Brasil a crescer. Isso é uma perseguição, uma injustiça, uma questão que em nada faz melhorar o País.

E eu sinto muito, mas hoje ficam falando de extrema isso, extrema aquilo. Esta Casa, Sr. Presidente, tem Parlamentares moderados, tem Parlamentares da Esquerda com várias linhas ideológicas, tem Parlamentares da Direita com várias linhas ideológicas, mas hoje, Sr. Presidente, quem está sendo extremo é a extrema polícia, é a extrema Corte, é a extrema imprensa. E nisso esta Casa tem que colocar um freio, Sr. Presidente. Nós não precisamos desse enfrentamento, dessa injustiça, de censura para melhorar o nosso País.

Muito obrigado.

Documento 33/115

138.2024

Sessão Ordinária - CD 09/07/2024-21:44

Publ.: DCD - 10/07/2024 - Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo de Lula, apontando erros e contradições significativas. Referindo-se ao discurso recente do Presidente em Diadema (SP), onde Lula afirmou que representa o povo na Presidência, destacou uma tendência autoritária do Presidente similar aos ditadores descritos por Nietzsche. Criticou a gestão econômica falha, a falta de políticas públicas eficazes e o isolamento político do Governo. Também alertou sobre problemas



fiscais e cambiais, culpando indiretamente o próprio Presidente por indicações no Banco Central. Mencionou ainda a aprovação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, para assistência aos indígenas ianomâmis, criticando a demora do Governo em agir. Além disso, lamentou a inação frente aos desafios ambientais e econômicos, acusando o Governo de prejudicar os mais pobres com aumentos de preços e novos impostos, como os propostos para motoristas de aplicativos. Por fim, clamou por mudanças substanciais na Reforma Tributária proposta pelo Governo Lula.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho hoje, a esta tribuna, para falar sobre os erros, contradições e enganos do governo do Sr. Lula da Silva.

Na semana passada, em Diadema, o Sr. Lula disse textualmente: “Eu descobri que eu não sou eu. Eu descobri que eu sou vocês. E vocês que estão na Presidência da República deste país. Quando eu estiver fazendo alguma coisa errada, ao invés de dizer “o Lula está errando”, você tem de falar “eu estou errando, porque o Lula é o nosso povo na Presidência da República.” Lula da Silva incorpora, de vez, o absolutismo dos déspotas.

O petista torna-se o exemplo mais acabado do modelo ditatorial dos tiranos definido pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche que dizia: “O Estado é o mais frio de todos os monstros frios, e friamente diz mentiras, e esta mentira sai de sua boca: “Eu, o Estado, sou o povo”.

Lula da Silva, desde que assumiu a presidência não conseguiu sair do palanque. Profere absurdos como uma cortina de fumaça a esconder seu fracasso econômico e sua timidez nas políticas públicas, sua falta de articulação no Congresso e seu flagrante isolamento político interno e externo.

Tenho alertado sobre o descontrole fiscal deste desgoverno e o risco cambial que corremos. O dólar enfrenta ataques especulativos e o nosso “Rei Sol” culpa o Banco Central e o presidente Roberto Campos Neto. Esquece-se, que o diretor de política monetária do Bacen é o Sr. Gabriel Galípolo, indicado por Lula para o cargo e que deverá substituir o atual presidente da autoridade



monetária a partir do final deste ano. Então, se houve omissão do Banco Central na questão do dólar, ela partiu de um indicado do presidente da República.

Falando na questão humanitária, ontem votamos, aqui na Câmara, a Medida Provisória nº 1209/2024, tratando de recursos para aplicação no atendimento de medidas emergenciais necessárias para a proteção da vida nos territórios indígenas ianomâmis. Uma pauta extremamente urgente, sem dúvida, mas preciso lembrar que já temos mais de 18 meses de governo petista e, nesse período, só tem aumentado o número de ianomâmis mortos ou subnutridos, sem a devida assistência do governo.

Apenas no primeiro ano desse desgoverno, foram 363 indígenas mortos. O número representa aumento de 20 óbitos em relação a 2022, mas, era ao governo Bolsonaro que se acusava de genocídio indígena. Essa MP vem para buscar conter as mortes, mas não vem como uma iniciativa do Sr. Lula da Silva ou dos seus ministérios identitários. Não! Veio por uma decisão monocrática do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que obrigou o desgoverno Lula a abrir crédito para atender o povo ianomâmi. É uma vergonha para um presidente que subiu a rampa, no ato da posse, cercado por minorias que jurou proteger.

Ouvimos, durante a campanha, que "o PT era o partido que ia cuidar do meio ambiente", que "o PT era o partido que ia cuidar dos mais pobres". O Pantanal arde, a Amazônia padece com queimadas recordes, e não vemos a atuação da Ministra do Meio Ambiente. Aliás, sequer estamos vendo a Ministra. Aos pobres, por sua vez, o Sr. Lula da Silva, presenteia com aumentos sucessivos nas gôndolas dos supermercados, com taxação de pequenas compras, com um aumento na gasolina e no gás de cozinha de 10%. Este é o governo para os pobres?

Aos motoristas de aplicativos, o pacote de maldades da dupla Lula/Haddad propõe mais tributação. O projeto de regulamentação da Reforma Tributária prevê que esses motoristas, atualmente isentos do ISS, passarão a ser tributados com a criação dos novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), aumentando a carga tributária sobre seus rendimentos. O projeto determina que os motoristas de aplicativos paguem 26,5% em impostos sobre o valor bruto de suas corridas, sem considerar os custos operacionais como: combustível, seguro e manutenção, que representam uma parte substancial de seus ganhos. Com essa mudança, a renda líquida dos



motoristas será drasticamente reduzida, restando-lhes apenas de R\$13 a R\$ 33 de cada R\$ 100 ganhos após deduzir os impostos e despesas.

Este é o governo Lula da Silva, com um presidente que se vê como infalível cercado de assessores ineptos e inaptos e sem um projeto de governo. O que o move é apenas um projeto de poder.

O projeto de regulamentação da Reforma Tributária precisa ser amadurecido e modificado, de forma substancial, por nós, parlamentares.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido no *Programa A Voz do Brasil* e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 34/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-09:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 Charles Fernandes-PSD -BA
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância histórica da regulamentação da reforma tributária, aguardada há mais de 30 anos. Ele enfatizou o impacto positivo esperado, como desenvolvimento econômico e geração de empregos. Além disso, alertou sobre o endividamento e as irregularidades da Bahia Mineração S.A. (BAMIN), responsável pela construção de trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Cobrou maior transparência da BAMIN, citando preocupações ambientais e a necessidade de cumprimento das obrigações legais.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, nobre Presidente.

Bom dia, Presidente Pompeo de Mattos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Esta é uma semana e uma quarta-feira diferentes para nós, aqui nesta Casa, uma quarta-feira que poderá ficar na história do nosso País, com a regulamentação da reforma tributária tão esperada pelo povo brasileiro.

Há mais de 30 anos, espera-se por essa reforma, haja vista que o nosso sistema tributário é um dos piores do mundo. E agora, com a determinação de toda a equipe econômica e do nosso Presidente Arthur Lira, creio que hoje haveremos de finalizar essa reforma tributária, que trará desenvolvimento para o nosso



País, geração de emprego, e o Brasil voltará a crescer a passos largos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um conceituado portal da imprensa baiana, *Bahia Econômica*, publicou um artigo em que registra o nível de endividamento da Bahia Mineração S.A. — BAMIN, que ganhou a concessão da construção de importante trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste — FIOL. Esta empresa, que atua há tempos, vem sendo questionada por irregularidade na exploração do minério de ferro em Caetité, onde comunidades denunciam diversas ações de rejeitos daquela barragem, lagoas e áreas rurais no entorno da Mina Pedra de Ferro.

Voltando à FIOL, o *Bahia Econômica* traz informações sobre demissões nos canteiros da FIOL, abandono nas obras, e a preocupação do próprio Governo Federal com a situação que coloca em risco uma das mais importantes obras de infraestrutura hoje no País, que é a Ferrovia Oeste-Leste, que cruza praticamente todo o Estado da Bahia. A FIOL é a grande vertente de ligação ferroviária entre Caetité e o porto que será construído em Ilhéus.

Como morador e representante da região, onde o povo espera a retomada e a conclusão da FIOL, registro nossa solicitação para que a BAMIN seja cobrada pelo Governo, seja mais transparente e cumpra com as suas obrigações ambientais, haja vista que, em um relatório aqui do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos — INEMA, houve uma denúncia sobre a barragem de Ceraíma, onde apareceram rejeitos de ferro. Ele esteve por lá, fez um relatório, e agora nós estamos aguardando um relatório mais detalhado para saber se há contaminação de minério de ferro na barragem de Ceraíma. Não posso aqui dizer que a culpa é da BAMIN, mas foram vistos rejeitos de ferro lá na barragem de Ceraíma, que atende não só à cidade de Caetité, mas também ao projeto de irrigação lá de Ceraíma.

Portanto, isso nos preocupa, como moradores da cidade de Guanambi, mas queremos mais transparência por parte dessa empresa, para que possa fazer a exploração de forma responsável, respeitando as leis ambientais do nosso País.

Agradeço a V.Exa., nobre Presidente Pompeo de Mattos. Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 35/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-09:40

Publ.: DCD - 11/07/2024

Coronel Assis-UNIÃO -MT

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES



Sumário

O Deputado alertou sobre o aumento dos preços dos combustíveis, gás de cozinha e itens da cesta básica, destacando a dificuldade dos brasileiros em manter seu poder de compra. Questionou o impacto dessa alta em todo o País e criticou a carga tributária excessiva. Ele ressaltou a importância de uma reforma tributária que reduza impostos ao invés de aumentá-los, especialmente para os cidadãos menos favorecidos. Apontou que alguns setores podem enfrentar aumentos tributários de até 200%, pedindo seriedade dos Parlamentares na discussão do tema.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu quero falar ao brasileiro, principalmente à dona de casa, ao trabalhador brasileiro. Hoje, em Brasília, a Capital Federal, eu encontrei nos postos de combustível gasolina a 6 reais e 19 centavos. Eu pergunto: como está o preço na região do senhor e da senhora, nos rincões brasileiros? Eu tenho certeza de que também aumentou. O preço do botijão de gás e dos itens da cesta básica, da comida, dos alimentos consumidor pelo brasileiro, eu tenho certeza de que também aumentou. Meus amigos, senhoras e senhores trabalhadores brasileiros, ninguém está conseguindo lidar com o avanço dos preços nos mercados. Isso está muito ruim.

Fica registrada esta pergunta: por que o brasileiro está perdendo o seu poder de compra?

Sr. Presidente, nós temos uma responsabilidade muito grande na data de hoje. Começou ontem, com o requerimento de urgência aprovado nesta Casa, a apreciação da reforma tributária. Nós não somos contra a reforma tributária. Muito pelo contrário. Entendemos que o brasileiro paga, sim, carga excessiva de tributos. Mas, para que se faça uma reforma tributária, é preciso enxugar os tributos e não tributar ainda mais o pobre cidadão brasileiro que vai pagar essa conta. Então, aos nobres Deputados e Deputadas nós pedimos que encarem isso com muita seriedade, porque nós vamos lidar com o bolso desse cidadão que trabalha muito para sobreviver, que necessita que a carga tributária seja arrefecida, e não fique do jeito que está hoje. São vários os setores que estão sendo impactados. Nós fizemos várias discussões durante esta semana e vimos que o aumento da tributação para alguns setores vai chegar a 150%, até 200%. É o caso do setor imobiliário. Isso precisa ser visto. Com certeza, nós precisamos ter responsabilidade para tratar isso, Sr. Presidente. O que não podem fazer é empurrar goela abaixo, a fórceps, uma coisa que vai ter um reflexo gigantesco na vida do menos favorecido.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação da nossa fala nos meios de comunicação social desta Casa.



Muito obrigado.

Documento 36/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-09:56

Publ.: DCD - 11/07/2024 Alexandre Lindenmeyer-PT -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou os avanços do Governo Lula em seus primeiros 18 meses. Ele destacou a queda no desemprego de 9,3% para 7,1%, a redução da inflação de 5,79% para 4%, e o aumento do PIB, que levou o Brasil da 12ª para a 8ª maior economia mundial. Além disso, ressaltou a diminuição do número de pessoas com fome, de 33 milhões para 9 milhões. Enfatizou a importância da reforma tributária, que promete regras mais simples, menos sonegação, e mais justiça social, incluindo cashback para os mais pobres e isenção de impostos na cesta básica.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos e a todas.

Minha saudação ao Presidente desta sessão.

Queria, nesta data, mais do que qualquer outra coisa, comemorar. Tem pouco mais de 18 meses o Governo Lula, um governo que trouxe o lema *União e Reconstrução*, e o que vemos efetivamente é a reconstrução deste País, reconstrução que se reporta através de dados, como o do crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, que, em janeiro de 2023, estava na casa dos 9,3% e hoje está em 7,1%. Em relação ao desemprego, era de 9,3% e agora é de 7,1%. Houve queda do índice de desemprego, houve crescimento do Produto Interno Bruto. Passamos do 12º lugar no ranking das maiores economias mundiais para o 8º lugar. A inflação era, em janeiro de 2023, de 5,79% e é estimada para este ano em 4%. Ao mesmo tempo, o número de pessoas com fome, em janeiro de 2023, era de 33 milhões, e hoje se fala em 9 milhões de pessoas que ainda passam fome.

Nós estamos no caminho certo, no caminho da reconstrução deste País no sentido de ser efetivamente inclusivo para os milhões de brasileiros e brasileiras. Então, ficamos felizes, porque o resultado das pesquisas de opinião que foi anunciado no dia de ontem reflete exatamente os dados que nós trazemos a esta tribuna.

Ao mesmo tempo, entre tantas conquistas que nós tivemos neste Parlamento, além dos programas que foram encaminhados pelo Governo Federal, hoje é um dia histórico, esperado há mais de 4 décadas, é o dia da votação da reforma tributária. Aprovamos no ano passado a Emenda Constitucional nº 132 e agora avançamos na sua regulamentação, regulamentação essa que trará regras tributárias mais simples e mais transparentes, menos disputas na Justiça, menos sonegação, inadimplência e fraudes, menos impostos para todos, mais justiça social, devolução de impostos, *cashback*, para os mais pobres, cesta básica sem impostos, tratamento especial para educação, saúde e produção agropecuária, mais crescimento da economia brasileira, mais emprego e renda para todos os brasileiros e brasileiras, ou seja, estamos no caminho certo, mas precisamos ver a redução da taxa de juros praticada neste País, que é um atentado ao interesse do povo brasileiro.

Então, ficamos felizes, estamos no caminho certo e temos a certeza da reconstrução, com a união do nosso povo. Precisamos superar o discurso de ódio que muitos ainda praticam, tanto nesta Casa quanto lá fora.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação desta fala no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 37/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:00

Publ.: DCD - 11/07/2024

Capitão Samuel-PP -SE

-

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou os avanços obtidos nas discussões sobre a reforma tributária, especialmente a proteção às igrejas católicas e evangélicas, além da exclusão da cesta básica da reforma, garantindo alimentos mais acessíveis aos mais pobres. Ele ressaltou a importância de continuar lutando para que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social, tenham acesso a proteínas de qualidade, seja carne bovina, suína ou peixe, evitando a distinção entre carnes para ricos e pobres.

O SR. CAPITÃO SAMUEL (Bloco/PP - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, nos debates sobre a reforma tributária, nós conseguimos, junto com a bancada evangélica, avançar na proteção de todas as igrejas, sejam elas católicas, sejam elas evangélicas. Avançamos na noite de ontem nesse



caminho. Também temos que saudar o fato de a cesta básica ficar fora dessa reforma tributária, o que dá ao pobre o direito de comer, o direito de ter um alimento mais barato.

Então, esta é a nossa fala do dia de hoje. Vamos continuar na luta para ver a questão da carne. Não podemos separar a carne boa da carne ruim. Todos os brasileiros têm direito de comer uma carne de qualidade, seja peixe, seja carne bovina, seja carne suína. Durante o dia de hoje, vamos continuar nessa luta, porque não podemos dizer que o pobre vai comer um tipo de carne e o rico vai comer outro. Proteína animal para todos! É para isso que nós estamos lutando ainda.

Documento 38/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-10:08

Publ.: DCD - 11/07/2024 Paulo Folletto-PSB -ES

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o impacto do § 3º do art. 229 da proposta de reforma tributária, argumentando que ele inviabiliza o cooperativismo médico ao impedir a dedução integral dos custos com honorários médicos. Alertou que essa medida tornaria as cooperativas médicas muito mais onerosas que as operadoras comerciais, prejudicando milhões de brasileiros dependentes desses serviços. Além disso, lamentou a ausência de uma alíquota diferenciada para alimentos ultraprocessados, apontando que isso contribui para problemas de saúde pública, como obesidade e doenças crônicas. Ele criticou o lobby das grandes indústrias alimentícias, acusando-as de influenciar negativamente o processo legislativo em benefício próprio, em detrimento da saúde da população.

O SR. PAULO FOLLETTO (PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Presidente, bom dia.

Bom dia a todos que nos veem pela *TV Câmara*.

Eu queria chamar a atenção para algo que o grupo de trabalho está trazendo, no § 3º do art. 229 da reforma tributária, que simplesmente inviabiliza o cooperativismo médico. A maior cooperativa do Brasil são as UNIMEDs, que atendem em torno de 40% dos 50 milhões de brasileiros que estão no sistema de plano de saúde.



O impedimento da dedução dos custos com repasses de honorários aos médicos cooperados, previsto no § 3º do art. 229, acarreta absurdo impacto comercial negativo exclusivamente nas operadoras cooperativas, tornando-as aproximadamente 294% mais onerosas que as operadoras comerciais. São justamente as cooperativas operadoras que atendem 32% do mercado nacional, que geram emprego e renda para 30% dos médicos brasileiros e empregam 135 mil trabalhadores. Somente as cooperativas médicas operadoras conseguem atuar em nove de cada dez Municípios do País.

Reducir em apenas 50% a possibilidade de dedução dos custos com médicos, diferentemente das operadoras comerciais, que poderão deduzir 100%, resulta em um custo adicional para as cooperativas e, portanto, para os usuários. Isso significa inviabilizar o modelo de cooperativismo médico no Brasil.

Então, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para pedir ao grupo de trabalho e ao Presidente Lira que trabalhem pela supressão do § 3º do art. 229, senão isso vai inviabilizar o cooperativismo médico de plano de saúde no Brasil.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção, porque ainda tenho tempo, é que estamos perdendo a oportunidade de trabalhar com uma alíquota diferenciada para a alimentação que faz mal à saúde do brasileiro, os chamados alimentos ultraprocessados, com alto teor de açúcar e alto teor de sódio. Nós não conseguimos que houvesse uma taxação maior para esses alimentos.

Esses alimentos são muito consumidos pela população mais necessitada, mais vulnerável, gerando obesidade nas crianças das famílias mais pobres do Brasil. É só andar pelas comunidades que vamos perceber a obesidade. A medicina tem um dogma que diz o seguinte, Presidente João Daniel: uma criança obesa é mais difícil de tratar do que um adolescente obeso, que é mais difícil de tratar do que um adulto obeso. Quanto mais cedo se instala a obesidade, mais difícil vai ser conviver com ela, mais difícil vai ser o paciente, a pessoa, se livrar disso.

E há um custo para o sistema de saúde com diabetes, hipertensão, AVC, doenças articulares, doenças do sistema venoso e outras doenças, fora a falta de condição de trabalho dessas pessoas. O Ministério da Saúde deveria ter um interesse maior nesse processo da reforma tributária, na taxação desses alimentos ultraprocessados, que fazem mal à saúde da população, principalmente, da população mais vulnerável.

A Comissão de Saúde encaminhou um texto para o grupo de trabalho, para ver se conseguíamos o alento de que eles trabalhassem para o aumento da alíquota.

Presidente, obrigado por deixar eu me estender um pouco, mas falar isso é fundamental.

Cederam ao *lobby* das grandes indústrias, cederam ao dinheiro, cederam ao mal que fazem à população brasileira. Não tiveram coragem de encarar essa alíquota diferenciada para alimentos ultraprocessados, que fazem mal para a



população brasileira.

Ainda dá tempo. No plenário, nós vamos lutar para que isso aconteça. No entanto, nós precisamos que o grupo de trabalho e até o Presidente Arthur Lira entrem com mais força nessa luta. Há o *lobby* das grandes empresas que fornecem alimentos que fazem mal para a população brasileira. Essas empresas ficaram ricas, milionárias, bilionárias e continuam fazendo mal para a população brasileira. E a reforma tributária está se ausentando na hora em que deveria trabalhar.

Obrigado, Presidente.

Documento 39/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-10:20
Publ.: DCD - 11/07/2024 Merlong Solano-PT -PI
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da regulamentação da reforma tributária no Brasil, visando substituir um sistema caótico que incentiva a sonegação e o contencioso jurídico elevado. A reforma, baseada na proposta do Governo Lula e refinada pelo Grupo de Trabalho da Câmara, promove transparência ao detalhar os impostos pagos em cada etapa da produção e comercialização, além de introduzir princípios de justiça tributária, como o cashback e a isenção de impostos sobre itens da Cesta Básica Nacional. Ele reiterou sua posição contra regimes fiscais privilegiados e defendeu que a redução da carga tributária é viável ao reduzir a sonegação e a renúncia fiscal excessiva, oferecendo um caminho claro para o desenvolvimento econômico equitativo no Brasil.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Muito bom dia, Sr. Presidente João Daniel, colegas Parlamentares aqui presentes e aqueles a que nos assistem pela *TV Câmara*.

Hoje nos preparamos para uma votação muito importante, Sr. Presidente. Estamos a um passo de deixar para trás um sistema tributário caótico, que é o que ainda existe no Brasil, um sistema que implica altas despesas administrativas para quem quer pagar seus impostos, um elevado contencioso jurídico, que já chega a quase 100% do PIB do Brasil, que incentiva a sonegação, cobra em cascata e também provoca uma guerra fiscal.

Vamos regulamentar a reforma tributária que aprovamos aqui no ano passado,



uma reforma que coloca o Brasil no rol dos Estados que têm sistemas tributários modernos, que utilizam fartamente os meios digitais para dificultar a sonegação, que têm transparência, porque cada um vai ficar sabendo exatamente quanto paga de imposto em cada etapa do processo de produção e comercialização de todos os bens e serviços. Essa é uma reforma que já começa a consagrar princípios de justiça tributária, ao adotar, por exemplo, a devolução do imposto pago na compra do gás, da energia elétrica, da água e do esgoto, que é o chamado *cashback*.

Justiça tributária é criar a Cesta Básica Nacional, isentando o consumidor totalmente de impostos sobre 15 produtos que são presentes na mesa do brasileiro e da brasileira, além de dar a outros tantos alimentos e serviços de saúde e educação um desconto de 60% na hora de pagar os tributos.

Nesse momento, Sr. Presidente, estamos sofrendo aqui uma pressão grande de setores organizados que têm acesso a esta Casa, que, talvez, tenham acesso também aos gabinetes ministeriais, trabalhando para preservar privilégios.

Eu sou daqueles Parlamentares que entendem que a maneira mais fácil de chegarmos a uma redução da carga tributária é um sistema tributário que tenha o menor número possível de regimes fiscais privilegiados. Quando todos pagam, quando não há sonegação, quando há uma redução dos incentivos fiscais, que é a renúncia fiscal, cria-se um espaço concreto para a redução da carga tributária, e esse espaço existe concretamente no Brasil. Os estudos da própria Receita Federal estimam a sonegação em cerca de 5% do PIB. A renúncia fiscal do Brasil chega a 6% do PIB. Portanto, há espaço para reduzir a carga tributária.

Eu sou daqueles que não vai votar em nenhuma medida que implique aumento do imposto médio para além de 26,5%. Todos os regimes fiscais privilegiados têm que, no meu modo de ver, se equilibrar para ficar dentro desse limite, porque, eu insisto, há espaço para reduzirmos a carga tributária progressivamente, paulatinamente, no Brasil, desde que reduzamos a sonegação, reduzamos o gasto que o nosso País faz e que eu o chamo de obsceno com a renúncia fiscal, já chegando a quase 7% do PIB.

Então, por tudo isso, este é um momento de grande responsabilidade para todos nós. Conclamo nossos colegas Deputados e Deputadas a votarem para aprovar a regulamentação da reforma, tendo como base a proposta que o nosso Governo Lula mandou para esta Casa, aperfeiçoada pelo Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-10:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 Nikolas Ferreira-PL -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a gestão do Presidente Lula, destacando as promessas não cumpridas e os impactos negativos das políticas tributárias propostas. Ele enfatizou que a reforma tributária penalizará grupos como motoristas de aplicativos e entregadores do iFood, aumentando significativamente os impostos. Criticou também a exclusão da carne da cesta básica, citando as promessas não cumpridas do Governo. Além disso, citou cortes orçamentários em áreas como segurança e educação, em contraposição aos gastos excessivos em viagens. Encerrou exortando os eleitores a não serem enganados novamente e a perceberem as consequências econômicas diretas das políticas adotadas.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.

Vamos falar das joias do Bolsonaro. Vamos falar da fantasia. Afinal de contas, se falarmos da realidade, eles estão lascados.

Estamos aqui para votar uma reforma tributária que vai colocar no lombo daqueles que, em sua maioria, talvez, fizeram inclusive campanha para o Lula, como os motoristas por aplicativos, os entregadores do iFood. Esses agora podem ter que pagar quase 27% de imposto a mais.

Vimos recentemente uma publicidade que foi feita no início do ano para inclusão da carne na cesta básica. Olhem como o Lula promete as coisas, não é? Só que não. Agora enviaram a proposta de cesta básica sem a carne. Por quê? Porque a publicidade já foi feita, então não importa se agora a cesta não vai mais ter a picanha. E a cervejinha, que acabaria inclusive com a guerra da Rússia, agora também vai ser taxada, e o seu vinho também.

Para aquelas pessoas que fizeram o L, a minha vontade agora era dizer o seguinte: *"Bem feito! Faz o L!"* Só que não. Para mim, é inacreditável que, no universo de 220 milhões de brasileiros, em que há milhões de pessoas acima de 35 anos, o cara mais capacitado para guiar o País seja o Lula! Isso é inacreditável!

Deputado Sargento Fahur, estou falando de um cara que cortou 708 milhões de reais da segurança, recurso que era usado para combater o crime organizado; um cara que cortou 4 bilhões de reais da educação básica, das bolsas de estudo e do Farmácia Popular. Alguém pode dizer: *"Poxa! ele está cortando porque a*



arrecadação está caindo. Isso é para o superávit aumentar". Mentira! O Governo arrecadou 8,72% a mais e continua gastando.

Aí eu pergunto para você que, talvez, foi enganado pela Esquerda: como está a sua casa? Está com cobertas de linho egípcio, como as da Janja, que queria gastar 89 mil reais com isso? Como estão as suas viagens, você que fez o L? O Lula, somente nesses anos, já gastou 3,3 bilhões de reais em estadias e em viagens.

Eu não vou falar para você admitir publicamente que você errou, porque eu sei que muita gente tem orgulho e vai dizer: *"Eu não vou falar. Eu fiz o L, mas eu não vou falar isso"*. Eu não peço a você que faça isso. Não precisa fazer isso. Você que votou no PT e está arrependido não precisa admitir isso publicamente. Eu só peço uma coisa: não cometa o erro novamente. Fique em secreto, não precisa falar com ninguém. Fique em secreto.

É inacreditável que esse cara continue enganando as pessoas no nosso País.

Já que muitos votam com o estômago, eu espero muito que você, agora sentindo no bolso, pare de cair na conversa desse cara, porque, se o diabo é o pai da mentira, ele — o Lula — é o avô.

Obrigado.

Documento 41/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-10:28
Publ.: DCD - 11/07/2024	Daniel Almeida-PCdoB -BA	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a atual gestão presidencial e os avanços econômicos alcançados. Ele destacou o crescimento da popularidade do Presidente Lula e ressaltou os ganhos econômicos, como o crescimento do PIB, controle da inflação, e redução do desemprego. Mencionou também os investimentos robustos na agricultura e na indústria naval pela PETROBRAS e TRANSPETRO. Enfatizou a importância da reforma tributária em debate, visando reduzir a carga tributária e promover uma distribuição mais equitativa dos impostos. Concluiu expressando confiança no futuro do Brasil sob a liderança de Lula.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) -



Sr. Presidente, é compreensível o desespero dos que não acreditam no Brasil, daqueles que não têm fé no Brasil. Eu estou no outro time. Eu estou no time dos que acreditam no Brasil, têm fé no Brasil e metem a mão na massa para reconstruir este País.

Os brasileiros estão percebendo que o Brasil de hoje é um Brasil diferente, muito diferente do Brasil do inominável que governou este País até há bem pouco tempo. Os dados todos estão aí. O povo do Brasil os percebe, não é um povo ingrato, sabe fazer a leitura daquilo que está acontecendo. Por isso, as pesquisas de hoje revelam crescimento na popularidade do Presidente Lula, no reconhecimento da gestão do Presidente Lula, ainda que num ritmo lento.

Daqui para frente, os dados da economia vão ser explicitados, vai ser dado conhecimento sobre esses dados à população brasileira, e o povo vai entender a situação do País, porque os dados estão todos aí. O Brasil está funcionando, a economia está crescendo, contrariando os pessimistas que sempre ficam anunciando que a economia está estagnada, o salário está crescendo, a inflação está contida no nosso País, o índice de desemprego é um dos menores e a massa salarial cresceu.

Além disso, foram destinados quase 500 bilhões de reais para a agricultura: 400 bilhões de reais no Plano Safra do agronegócio e 85 bilhões de reais no Plano Safra da agricultura familiar; como eu disse, são quase 500 bilhões de reais.

A PETROBRAS voltou a investir, Deputado Joseildo, no nosso País. A TRANSPETRO acaba de anunciar 2,5 bilhões de dólares para encomendar navios para servir à PETROBRAS, reativando a indústria naval brasileira.

Eu estou aqui há 22 anos, e em todo esse tempo se falou de reforma tributária. No Governo Lula, este Parlamento foi capaz de construir uma solução para a reforma tributária. Vamos votar hoje a regulamentação da reforma tributária, olhando para a diminuição da carga tributária no nosso País, com o intuito de fazer a distribuição das responsabilidades pela tributação e a taxação daqueles que podem pagar mais, embora não ainda no patamar necessário, aquele que nós desejamos, mas aqueles que podem pagar mais tributos vão pagar mais, e aqueles que não têm possibilidade de pagar, Sr. Presidente, aqueles que não podem pagar, aqueles que estão no Cadastro Único, vão ter a devolução do tributo que estiver embutido naquilo que consumirem. Portanto, esta é uma reforma tributária simplificadora, que agrupa tecnologia, que pactua com a atividade produtiva.

Há elementos ainda a serem discutidos em um ou outro setor, como nós estamos observando, mas nós vamos fazer uma reforma tributária que vai construir um novo ambiente, um novo cenário na vida nacional.

O Presidente Lula foi capaz de fazer isso. É por isso que eles estão desesperados, é por isso que eles não se conformam, é por isso que eles ficam



com essa gritaria, tentando mentir.

O Brasil vai seguir em frente. Nós temos fé no Brasil, e o Presidente Lula está comandando tudo isso em favor de todos os brasileiros.

Documento 42/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:36

Publ.: DCD - 11/07/2024

Pastor Gil-PL -MA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado discorreu sobre a importância da reforma tributária para o futuro econômico do Brasil, destacando a necessidade de um sistema mais justo e eficiente, que não imponha um fardo adicional aos mais vulneráveis. Ele enfatizou o papel da reforma em simplificar o sistema tributário, reduzir burocracias e atrair investimentos para impulsionar a economia nacional. Ressaltou ainda a responsabilidade em garantir igualdade de oportunidades e promover a inclusão social, enfatizando que o debate vai além de números e alíquotas, impactando diretamente o futuro dos brasileiros. Além disso, expressou solidariedade pelo falecimento do Pastor Josimar Lima, reconhecido por sua contribuição à comunidade de Santa Luzia, no Maranhão.

O SR. PASTOR GIL (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos diante de um momento crucial para o futuro econômico do Brasil. A necessidade urgente de se regulamentar a reforma tributária transcende, no meu entendimento, ideologias partidárias. Estamos aqui não apenas para viabilizar um sistema mais justo e eficiente, mas também para assegurar um desenvolvimento sustentável que beneficie todos os setores da sociedade.

Essa reforma, Sr. Presidente, é um primeiro passo para simplificar o sistema tributário, reduzir a burocracia e atrair investimentos que impulsionem a nossa economia. No entanto, devemos ser cautelosos para não impor um fardo adicional aos mais vulneráveis. Nossa compromisso deve ser com o equilíbrio, a justiça social e a construção de um ambiente propício ao crescimento e à inclusão social, e não para mais tributos e impostos.

Esse debate não é apenas sobre números e alíquotas, mas também sobre o futuro de milhões e milhões de brasileiros. Nossa responsabilidade vai além das diferenças políticas. Trata-se de garantir que cada cidadão tenha oportunidades iguais e que a indústria seja impulsionada e investimentos

entrem no País e não saiam.

A reforma tributária deve ser um catalisador de prosperidade. Vamos trabalhar juntos para criar um arcabouço que promova a justiça social, estimule o empreendedorismo e proteja os mais necessitados. Esse é apenas o começo de um diálogo contínuo e construtivo, em que cada voz importa e cada decisão molda o amanhã que queremos para o Brasil.

Presidente, também gostaria de nos solidarizar com o povo e com a igreja, principalmente a Igreja Assembleia de Deus, em Santa Luzia, no Maranhão, pelo falecimento do nosso amigo, irmão e companheiro Pastor Josimar Lima, um homem honrado, uma alma frutífera, reconhecido por todos ali em Santa Luzia e no Maranhão como um homem digno, um homem de Deus, um homem da evangelização. Ele faleceu. Aprouve a Deus levá-lo para o seu seio, e nós sentimos a dor da perda de um homem tão abençoado e tão abençoador.

Que Deus console os familiares, a igreja em Santa Luzia, o povo de Santa Luzia, os pastores da nossa convenção e todo o Estado do Maranhão. Amém!

Muito obrigado.

Documento 43/115

139 2024

Publ.: DCD - 11/07/2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:40

Las Encuestas

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou entusiasmo com a regulamentação da reforma tributária em debate na Casa, destacando-a como um projeto estratégico liderado pelo Presidente Lula e pelo Ministro Fernando Haddad. Ele enfatizou a necessidade de combater a sonegação e especulação fiscal para garantir que todos contribuam igualmente para o desenvolvimento nacional. Também parabenizou as vitórias recentes do campo democrático na Inglaterra e na França, comparando-as à eleição do Presidente Lula no Brasil. Criticou o Governo anterior, acusando-o de corrupção e destruição econômica, pedindo uma investigação profunda. Encerrou clamando pela união das forças democráticas para reconstruir o País.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, é com muita alegria que esta semana esta Casa debaterá e votará a regulamentação da reforma tributária. Esse é um grande trabalho, um



projeto estratégico puxado pelo nosso Presidente Lula, pelo nosso Ministro Fernando Haddad e por todo o Parlamento, que compreendeu a importância de o Brasil trabalhar a ideia de uma reforma tributária, o que o Presidente Lula resumiu assim: *"Precisamos que o pobre, o trabalhador esteja no Orçamento e que a elite deste País esteja no Imposto de Renda"*. O nosso grande trabalho é acabar com a sonegação, com a especulação, para que todos paguem impostos e esta Nação possa se reerguer, depois de 7 anos de atraso e de absurdos cometidos.

Eu também queria, Presidente, já que o mundo inteiro vive momentos importantes, parabenizar a vitória do campo democrático trabalhista da Inglaterra e do campo democrático na França, onde uma união de forças o levou à vitória. Isso é um exemplo do que foi a última eleição presidencial neste País. As forças democráticas elegeram o Presidente Lula para ser o líder, para coordenar esse grande projeto de mudanças neste País.

Deputado Joseildo, o que nós estamos vendo sobre as joias, o que nós estamos acompanhando é aquilo por que, durante toda a nossa história, esperamos: que a verdade prevaleça sempre, que a justiça prevaleça. Bolsonaro e a sua tropa eram uma farsa, uma mentira. Eram um esquema de corrupção como este País nunca viu. Este é o início do que esperamos e confiamos que a Justiça fará: uma apuração profunda do maior esquema da maior quadrilha que esteve no Palácio do Planalto nos últimos anos, mentindo para a população, enganando a população. Transformaram *fake news* e mentiras em verdades.

Na última eleição, antes da eleição do Presidente Lula, em 2022, enganaram, com toda aquela história, fazendo-se passar por homens honestos. Hoje, nós estamos vendo que uma verdadeira quadrilha governou este País, destruiu a economia, destruiu as políticas públicas e queria destruir a nossa soberania.

Por isso, o exemplo da França, da Inglaterra e deste País é a união das forças democráticas para construir e reconstruir a Nação.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

Documento 44/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:44

Publ.: DCD - 11/07/2024

Jack Rocha-PT -ES

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a importância histórica do Plano Real, completando 30



anos, e a urgência da reforma tributária após mais de 40 anos de necessidade. Ela enfatizou a necessidade de não limitar o debate a questões isoladas, como a redução de impostos sobre armas, mas sim abordar as questões reais que afetam as pessoas, como consumo e alimentação. Defendeu que a reforma seja um marco de combate às desigualdades, promovendo um desenvolvimento sustentável e justo para o Brasil. Expressou esperança de que o debate resulte em benefícios significativos para o povo brasileiro.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir às pessoas desta Casa para dizer que, no dia 1º de julho, o Plano Real completou 30 anos. E, no dia de hoje, estamos discutindo uma reforma tributária da qual necessitamos há mais de 40 anos. E é muito importante relacionar estes dois marcos históricos: o Plano Real e a reforma tributária, que tem como principal objetivo reduzir as desigualdades.

Nós entraremos num debate muito empobrecido se tratarmos apenas de itens, como faz uma bancada aqui, por exemplo, que quer reduzir o imposto de armas, e não entrarmos naquilo que trata da vida real das pessoas: o consumo, a alimentação, a cesta básica.

Portanto, esta Casa, logo mais, tem o dever e o desafio de fazer com que esse seja o grande marco do legado legislativo que nós deveremos defender para o Brasil e para as futuras gerações.

Espero que esta seja uma reforma do combate às desigualdades, que seja uma reforma que traga mais alimentos para a mesa das pessoas, que seja uma reforma que olhe para o Brasil, a partir de um desenvolvimento sustentável e com justiça. É disso que precisamos.

Desejo que tenhamos um excelente debate e que quem ganhe nesse marco histórico seja o povo brasileiro.

Documento 45/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:44

Publ.: DCD - 11/07/2024

Defensor Stélio Dener-REPUBLICANOS -RR

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância histórica do momento para o Brasil. Ele enfatizou a igualdade na tributação para empresários e consumidores, buscando um sistema mais justo e linear. Propôs incluir carne na cesta básica, visando



uma alimentação mais saudável e acessível. Parabenizou os colegas pelo empenho nas discussões e expressou confiança de que as decisões tomadas beneficiarão o País.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, bom dia. Obrigado por este tempo na manhã de hoje, um dia tão importante para o Brasil.

Todos nós desta legislatura de 2023 até 2027 podemos nos orgulhar de estarmos fazendo o bem para a Nação, para toda a classe produtiva empresarial e para o povo brasileiro.

Há mais de 30 anos, talvez a grande maioria de nós talvez nem sequer sonhasse que estaria hoje decidindo o futuro da Nação brasileira, principalmente por colocar o povo e a classe que carrega o Brasil, os empresários, as pessoas que produzem, numa condição de igualdade em relação à tributação.

Nós estamos fazendo com que os nossos tributos fiquem de uma forma linear, igualitária, para todos os que produzem, para todos os que consomem, principalmente, com a esperança de que, no futuro, esse índice que estamos decidindo hoje, de 26,5%, seja reduzido, em virtude do crescimento brasileiro que se dará nos próximos anos.

Presidente, eu fui um dos Parlamentares que propôs, por meio de emenda, no dia de ontem, que a carne seja introduzida na cesta básica. Eu sei que nós ainda estamos discutindo isso com os Líderes e com o grupo de trabalho comandado pelo Presidente Lira.

Eu quero parabenizar todos os Deputados e todas as Deputadas que estão debruçados sobre o tema, de dia, de noite e de madrugada, discutindo o futuro do Brasil. Parabéns a todos os Líderes e ao Presidente! Não é fácil decidir essa questão.

Mesmo que se coloque a carne na cesta básica e haja um pequeno ajuste a mais nesse índice linear, isso é necessário, porque nós temos, na grande maioria da população, pessoas simples, pessoas carentes, pessoas pobres, que precisam da proteína da carne na cesta básica. Devemos levar à população brasileira uma alimentação mais saudável, de uma forma mais justa e igualitária.

Presidente, obrigado por me conceder a palavra. Que Deus abençoe todos nós Deputados e Deputadas no dia de hoje! Que possamos decidir com o coração e com a consciência de que o dever foi cumprido! Quero que V.Exa. coloque nos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil* a minha fala.

Obrigado.



139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-10:48
Publ.: DCD - 11/07/2024 Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a magnitude histórica da reforma econômica e tributária em discussão, considerando-a a mais significativa da história do Brasil. Ele enfatizou a natureza liberal e capitalista da proposta, com um foco social na desoneração das famílias de baixa renda. Argumentou que a economia de mercado deve servir à população, propondo a substituição de cinco impostos por um único imposto nacional sobre consumo. Prevendo benefícios como a eliminação da guerra fiscal, redução da inadimplência e da burocracia, além do combate à sonegação, ele apelou para um pacto federativo e social em prol do crescimento econômico e da modernização tributária. Solicitou o apoio de Parlamentares de todas as ideologias em um esforço conjunto para transformar o sistema tributário brasileiro.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

É uma honra muito grande fazer esta primeira fala no dia de hoje, o grande dia da grande reforma, da maior reforma econômica e tributária da história do Brasil.

Eu tenho certeza absoluta, depois de 50 anos de estudos e de comparativos com o cenário internacional, de que o Brasil vai aprovar hoje a mais importante reforma econômica, liberal e capitalista do nosso País. O impressionante é que ela tem um viés social, totalmente social, para a desoneração das famílias mais pobres.

Todas as economias do mundo têm, mais ou menos, o seu propósito. A economia de mercado existe para servir à população. Todos os meios de produção de bens e serviços de uma nação existem exatamente para produzir bens e serviços para o consumo das famílias, das pessoas. Essa mesma regra vale para o Brasil.

Por sua vez, a população brasileira ou é dona desses meios de produção ou é empregada desses meios de produção. Os meios de produção geram emprego, renda, riqueza e se entrelaçam com a população.

Dessa maneira, ao criarmos, com essa reforma, um imposto único nacional na base do consumo — nós não estamos tratando aqui da base de renda nem da base de patrimônio, mas estamos tratando da base de consumo — com a



eliminação de cinco tributos, o ISS, o ICMS, o IPI, o PIS e a COFINS, que representam 40% da arrecadação nacional e 13% do PIB, nós vamos eliminar a guerra fiscal. Nunca mais haverá guerra fiscal entre Estados e Municípios no Brasil. Com isso, a economia será de 3,5% do PIB.

Será totalmente eletrônico, automático, 5.0 o modelo de cobrança do imposto no ato da liquidação do pagamento da compra. Vamos eliminar a inadimplência, que custa anualmente 200 bilhões, ou seja, 2% do PIB. Vamos eliminar a burocracia desses cinco tributos, que custa anualmente 100 bilhões, ou seja, 1% do PIB. Vamos combater e esmagar a sonegação desses impostos, que hoje passa de 500 bilhões por ano, ou seja, 5% do PIB.

Presidente Pompeo de Mattos, nós precisamos fazer com que o nosso País volte a crescer e prosperar. Eu quero dizer que essa reforma é um pacto federativo, é um pacto social. Ela envolve toda a população brasileira, envolve todas as empresas, todos os Estados, todos os Municípios brasileiros e envolve o Governo Federal. Nesse sentido, há um pacto social e um pacto federativo de reordenamento do nosso sistema tributário, que é anárquico e caótico, um manicômio tributário, o 184º pior sistema tributário do mundo. Vamos colocar o nosso sistema tributário entre os dez melhores e mais modernos do mundo.

Nesse sentido, o que nós estamos aprovando aqui não é uma reforma do Governo, é uma reforma do Estado e da Nação brasileira. Eu gostaria que os Parlamentares de extrema esquerda, de extrema direita, de centro, os liberais, os republicanos, os trabalhistas, os Parlamentares de todas as ideologias percebessem que o que está em jogo aqui é o futuro do Brasil. Isso não tem nada a ver com política, não tem nada a ver com politicagem. Trata-se de uma reforma nacional para que o Brasil volte a crescer numa economia liberal em que todos os agentes econômicos possam concorrer com transparência e com liberdade.

Então, eu quero pedir o apoio e o voto de todos os nossos Deputados e de todas as nossas Deputadas.

Não entrem em *fake* tributário. Quem está falando aqui é quem criou o SIMPLES, o Super-SIMPLES e o MEI neste País.

Documento 47/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-10:56

Publ.: DCD - 11/07/2024

General Girão-PL -RN

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



O Deputado destacou problemas no acesso ao aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e criticou a falta de ação do Governo Estadual. Em seguida, apoiou a posição da maçonaria contra a descriminalização das drogas, argumentando sobre os impactos sociais negativos. Além disso, criticou os altos gastos do Presidente da ANVISA em viagens. Também manifestou descontentamento com a proposta de reforma tributária, que apresenta impacto negativo para motoristas de aplicativo, produtores de sal e hospitais filantrópicos. Questionou a pressa na aprovação da reforma sem o devido debate nas comissões legislativas. Concluiu reiterando a importância de considerar as repercussões dessas políticas sobre os setores econômicos e sociais afetados.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de pedir que a nossa voz fosse repercutida também no programa *A Voz do Brasil*.

Há alguns temas que nós precisamos discutir aqui hoje, mas, primeiro, eu quero deixar muito clara para cada um que está assistindo à sessão a minha tristeza de ver que há um buraco no acesso ao aeroporto internacional localizado em São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Esse aeroporto substituiu o aeroporto de Parnamirim. Na verdade, há uma sequência de malfeitos impressionante!

Governadora Fátima Bezerra, por favor, a senhora precisa mandar consertar o acesso a um local que recebe os nossos turistas, que é o item 1 da capacidade de sustentabilidade do nosso Estado do Rio Grande do Norte. Eu lamento muito que isso não seja visto e não seja corrigido. Na verdade, eu acho até que o pessoal que trabalha com a senhora consegue enxergar, mas, lamentavelmente, não corrige isso.

Trato agora do meu segundo tema, Sr. Presidente.

A maçonaria, anteontem, por meio de um manifesto, pronunciou-se com relação à descriminalização das drogas. Nós sabemos que as drogas são o mal da humanidade, que destroem as famílias e que acabam com o futuro do Brasil, com os jovens.

Eu fiquei muito feliz ao ver o nosso Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Soberano Irmão Ademir, fazer essa manifestação. A sua gestão tomou um posicionamento em defesa da sociedade brasileira, em defesa das famílias. É assim que devem agir os maçons. Eu fiquei muito feliz ao saber que a maçonaria do Brasil está se manifestando em relação a isso.

Que todas as outras potências maçônicas reajam a esse absurdo que é a descriminalização da maconha, que vai levar, sim, à desgraça a sociedade brasileira!

Eu gostaria de fazer um comentário sobre um assunto que está no noticiário do



Brasil: o Presidente da ANVISA, em 184 dias viajando, já gastou mais de 1 milhão de reais.

Meus amigos, ele não está fazendo nada além de copiar o que o Presidente da República dele faz. Deve ser uma diretriz do Lula esse gasto com viagens. O Presidente da ANVISA gastou 1 milhão de reais com viagens! Ele deveria estar aqui trabalhando, fiscalizando, em vez de ficar viajando por aí afora. Meu Deus do céu, é um absurdo! Não dá para aceitar!

Eu também gostaria de deixar claro o nosso posicionamento em relação à regulamentação da reforma tributária.

O projeto do Governo foi terrível. Mais de 70% do projeto que o Governo mandou foram derrubados pelo grupo de trabalho, com a própria anuência do Governo. Até parece aquela história do bode na sala: botam uma coisa bem ruim para ver se deixamos alguma coisa ainda ruim funcionando.

E existem coisas ruins, sim: o motorista de aplicativo está perdendo a capacidade de se sustentar; a produção de sal no Brasil, que ocorre lá no Rio Grande do Norte, está sendo massacrada também. Nós queremos que o sal de mesa, o sal consumido pelas famílias, seja colocado na cesta básica. Nós queremos, sim, que os hospitais filantrópicos, especialmente as Santas Casas, possam ser desonerados nessa reforma tributária.

Por último, eu digo o seguinte: por que fazer uma reforma tributária de maneira tão açodada, sem passar pelas Comissões? Esta Casa tem um ritual.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 48/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-11:08

Publ.: DCD - 11/07/2024 Chico Alencar-PSOL -RJ

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu uma reforma tributária progressiva para aliviar a carga sobre os mais pobres. Citou uma pesquisa que destaca alta aprovação para programas sociais como Bolsa Família e Farmácia Popular. Criticou os altos juros e destacou a necessidade de mais comprometimento dos governantes com a população vulnerável em detrimento do mercado financeiro. Reconheceu desafios do Governo Lula, mas elogiou sua abordagem transparente e corajosa frente aos problemas, em contraste com escândalos do Governo anterior, como o das joias vendidas no exterior. Alertou sobre tendências autoritárias na



política brasileira, ressaltando a importância de combatê-las.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Cumprimento os colegas de representação e todos que acompanham esta sessão matutina, nesta longa jornada da Câmara para votar uma reforma tributária, que queremos progressiva, em favor dos que mais necessitam, que não querem impostos onerando seus bens de sobrevivência. Isso é o essencial de qualquer reforma tributária que atenda as necessidades da população.

Governar não é fácil, todos sabemos. Governar exige dedicação, competência, transparência, honestidade e escolhas proclamadas na campanha. É preciso ser coerente com o que foi vencedor nas urnas.

É com satisfação que eu trago aqui os resultados da pesquisa Genial/Quaest divulgados hoje. Os números mostram que a aprovação do Governo Lula entre os que ganham até dois salários mínimos é de 69%; entre os que ganham de dois a cinco salários mínimos, é de 51%. No segmento mais rico da população, entre aqueles que ganham acima de cinco salários mínimos — pega a classe média —, embora ele esteja em ascensão de aprovação, ainda é maior o número dos que o reprovam. Isso é uma tendência, inclusive, nesse crescimento.

É curiosa a avaliação de programas sociais importantes. O Farmácia Popular tem a aprovação de 86% dos entrevistados; o Bolsa Família, de 80%; o Desenrola Brasil, das dívidas, de 73%; e o Pé-de-Meia, recém-lançado, num estímulo aos estudantes de ensino médio, de 60%.

Também vemos que 90% da população ouvida sobre o quesito "aumento real do salário mínimo" aprovou essa iniciativa ano a ano para tentar diminuir a desigualdade social abissal no Brasil. Além disso, 87% consideram os juros praticados no Brasil, por definição do Banco Central, muito altos; 84% entendem que as carnes, a proteína, deveriam ter menos impostos para o segmento mais pobre; e 67% compreendem que governante deve mais justificativas, explicações e compromissos à população, especialmente a mais necessitada, do que ao mercado financeiro.

Eu entendo que essa melhora na aprovação do Governo Lula, que ainda não chegou à sua metade, deve-se a essas posições políticas e práticas, inclusive aos programas sociais, que estão começando a chegar à população.

É evidente que o Governo tem falhas, tem deficiências, tem lentidões, tem problemas, sim, mas a disposição de enfrentá-los com coragem, não os esconder, não ficar tapando os problemas com qualquer véu enganoso é muito importante.

Na contrapartida disso, vemos a Polícia Federal desvendando problemas

seríssimos do Governo anterior, como esse patético caso das joias vendidas no exterior, patrimônio da República; as investigações sobre falsificação de carteira de saúde, que é um crime abominável; e, sobretudo, as tratativas de golpe, de não entregar o poder. Isso é um viés autoritário que está na cultura brasileira e precisa acabar.

Documento 49/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-11:16

Publ.: DCD - 11/07/2024

Lafayette de Andrada-REPUBLICANOS -MG

1

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da reforma tributária e pediu atenção especial para a produção de flores, que foi esquecida na isenção aplicada à agricultura. Ressaltou que não faz sentido a tributação ser diferente para o produtor de flores em comparação aos produtores de outros vegetais. Além disso, frisou a importância das cooperativas para o Brasil e a necessidade de considerar a Emenda nº 344, que trata da isenção de imposto para a produção de energia para consumo próprio. Ele argumentou que é injusto cobrar imposto sobre a energia produzida por alguém para seu próprio consumo, assim como não se cobra imposto pela água de um poço particular. Concluiu enfatizando a necessidade de incluir essas questões na reforma tributária para beneficiar o Brasil.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei muito breve.

Hoje votaremos a reforma tributária. É importantíssimo sensibilizar o Relator para a questão da produção de flores. A agricultura como um todo ficou isenta, mas esqueceram a produção de flores. O produtor rural de flor é o mesmo produtor de cenoura ou de alface. Não faz sentido a tributação ser diferente para esses dois setores.

Então, é preciso sensibilizar o Relator para a floricultura. O produtor rural de flor, que hoje não paga imposto, pelo texto atual, vai pagar 27%.

Não podemos nos esquecer das cooperativas. O cooperativismo é fundamental para o Brasil.

Por fim, há a Emenda nº 344, que é da produção de energia para consumo próprio. Hoje não há ICMS para consumo próprio. É a mesma coisa de a

pessoa furar um poço de água em casa e ter que pagar imposto por essa água. Então, não é possível cobrar imposto da produção de energia para consumo próprio.

Portanto, para esses três itens temos que sensibilizar o Relator, para que sejam inseridos na reforma tributária. Brigaremos por isso, porque é o melhor para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais canais da Casa.

Documento 50/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-11:16
Publ.: DCD - 11/07/2024 Mauricio do Vôlei-PL -MG
-
BREVES
COMUNICAÇÕES
BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou oposição à atual proposta de reforma tributária, criticando-a como um meio para o Governo aumentar sua arrecadação para cobrir gastos excessivos, como os de seus muitos Ministérios. Argumentou que uma reforma tributária é necessária, mas deve facilitar a vida dos contribuintes, em vez de onerar a população, o que ele acredita reduzirá a arrecadação. Criticou o Ministro da Economia, afirmando que ele tem pouca formação na área e não está qualificado para gerir a economia do país. Mencionou que seu partido apresentou destaques para tentar minimizar os impactos negativos da reforma e destacou a necessidade de ouvir setores importantes, como construção, agronegócio e cooperativismo. Finalizou condenando a proposta de taxar a UNIMED em 150%, reafirmando que a reforma é principalmente para aumentar os recursos do Governo.

O SR. MAURICIO DO VÔLEI (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Hoje eu subo nesta tribuna para falar desse absurdo que é a reforma tributária.

A reforma tributária, todos nós estamos sabendo e o Brasil inteiro está sabendo, é nada mais, nada menos que uma forma de o Governo ter mais dinheiro para as gastanças com os seus infinitos Ministérios, etc. E, com



certeza, o Ministro que está lá não sabe gerir nada.

É lógico que uma reforma tributária é necessária no País, sem dúvida nenhuma, mas a reforma tributária tem que ser feita para facilitar a vida dos nossos contribuintes. Da forma como está, o texto, com certeza, vai gerar menos arrecadação. O Paulo Guedes e o Bolsonaro já explicaram como isso funciona. Quando você onera a população, você arrecada menos. Quando você tira a carga tributária da população, você arrecada mais. Mas nós temos um Ministro que estudou apenas 2 meses de economia para passar na ANPEC. Então, nós não podemos esperar muito dele.

Nós estamos aqui colocando os nossos destaques para ajudar a população, porque nós não queremos ser os responsáveis pela debandada de recursos, pela debandada de empresários, pelo fechamento de estabelecimentos, porque é o que vai acontecer, já que, com essa reforma, nós não conseguiremos dar sustentação ao nosso País. Portanto, eu estou aqui para poder ajudar.

A matéria já foi votada, já passou pela relatoria. Ontem nós estivemos com toda a bancada do PL, e hoje deixo claro que nós somos totalmente contra o que está acontecendo, mas nós podemos minimizar as coisas. Logicamente, agora a decisão é política entre os Líderes, entre o Governo e a Oposição.

Era isto o que eu queria externar ao povo brasileiro: nós somos contra essa reforma tributária da forma como ela está, sem nenhum tipo de estudo, sem ouvir ou discutir com os setores do nosso País que precisam ser ouvidos, como os setores da construção, do agronegócio, do cooperativismo, que precisam tanto desse incentivo. E a questão de a UNIMED ser taxada em 150% é inadmissível.

Que fique bem claro que essa reforma tributária é para dar dinheiro para o Governo Federal poder gastar com os seus mais de 40 Ministérios.

Obrigado, Presidente.

Documento 51/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-11:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 Zé Trovão-PL -SC

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da discussão sobre a reforma tributária no Congresso Nacional, expressando preocupação sobre o impacto negativo que a proposta pode ter em diversos setores, especialmente nos corretores de



imóveis. Enfatizou a necessidade de uma abordagem técnica e responsável na reforma para evitar prejuízos à população, criticando a falta de equilíbrio fiscal na proposta atual.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lembrar ao povo brasileiro que hoje é um dia muito importante nesta Casa. Desde cedo, só se fala em uma coisa: reforma tributária. Mas qual é o tipo de reforma tributária que estamos discutindo hoje no Congresso Nacional? Aquela que alavancará o futuro econômico do Brasil ou aquela que vai devastar com alguns setores e beneficiar outros?

O equilíbrio fiscal desta reforma tributária não está posto na mesa. E isso me preocupa demais, Sr. Presidente, porque estamos falando de pessoas que terão a sua vida impactada de uma maneira negativa. Por exemplo, o setor dos corretores de imóveis brasileiros vai ser atingido diretamente por um *tsunami* tributário gigantesco.

Quero que o Brasil entenda a importância deste dia. Para isso, é preciso estar atento a como votarão os Deputados dentro desta Casa.

Mais uma vez, vou dizer que a reforma tributária não poderia estar em um campo político. Agora ela deveria estar em um campo técnico, com responsabilidade para que o povo brasileiro não sofra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deus o abençoe!

Documento 52/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-11:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 José Nelto-PP -GO

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou aspectos da reforma tributária, destacando seu impacto negativo sobre o cooperativismo, especialmente em relação ao Sistema de Crédito Cooperativo. Enfatizou a importância de apoiar as cooperativas, que desempenham um papel crucial no Brasil. Além disso, questionou a lógica de taxar a carne, alimento essencial para a população, enquanto isentam armamentos no Imposto Seletivo. Por fim, defendeu a necessidade de tributar armas e munições, considerando isso uma medida justa.



O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, eu tenho trabalhado muito na reforma tributária e vejo que, em alguns pontos, ela está prejudicando setores do Brasil.

Eu vou citar um exemplo. O cooperativismo está sendo sufocado por uma pressão exercida nesta Casa principalmente pelos banqueiros, que não querem o crescimento do setor de crédito. O Sistema de Crédito Cooperativo — SICREDI presta um grande serviço às cooperativas, aos cooperados e também às cooperativas de saúde. É preciso que todo tipo de cooperativa tenha o apoio desta Casa. Por isso, nós votaremos aqui um destaque para dar apoio a todas as cooperativas, ao cooperativismo no Brasil.

Sr. Presidente, também é um absurdo taxar a carne, que é a comida do povo brasileiro, e deixar de taxar armamentos, armas de fogo, no chamado Imposto Seletivo, que é o "imposto do pecado". Arma de fogo, além de ser um pecado, é um pecado mortal, porque mata. Então, a reforma tributária tem que taxar armamentos, armas e também munições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 53/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-11:44

Publ.: DCD - 11/07/2024

Leo Prates-PDT -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da reforma tributária, creditando parte do avanço ao Presidente Arthur Lira. Abordou a saúde suplementar, elogiando o relatório do Deputado Reginaldo, que propôs a não tributação do fundo garantidor e o estímulo aos planos coletivos, essenciais para aliviar o sistema público de saúde. Mencionou, também, a necessidade de contrapartidas para os cidadãos, como o fim do cancelamento unilateral de planos de saúde. No setor de energia, defendeu a redução de impostos para beneficiar a infraestrutura e a transição energética.

O SR. LEO PRATES (Bloco/PDT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, é uma honra muito grande ter V.Exa. liderando esta sessão na Câmara.

Quero enaltecer, primeiro, o dia histórico que nós vivemos, fruto, em grande parte, da luta do Presidente Arthur Lira em defesa de uma reforma tributária no



Brasil.

Nós estamos aqui para discutir os setores. Tenho ouvido vários colegas.

Presidente Pompeo de Mattos, parece-me que dois setores precisam ter um destaque.

Em relação a um deles, o setor da saúde, eu queria parabenizar o Deputado Reginaldo. Estava lendo há pouco o relatório dele sobre a reforma tributária. A saúde suplementar faz parte do Sistema Único de Saúde, e o relatório atende a dois pontos dela que me parecem muito importantes. Um é o fundo garantidor, que é utilizado para garantir o pagamento, especialmente de pequenos planos, a pequenos hospitais, aos hospitais das Santas Casas. Esse fundo passaria a ser tributado se o texto continuasse como se encontrava. E ele não é parte da operação, é o garantidor da operação. O outro ponto é o estímulo aos planos coletivos, Sr. Presidente. Lembro que a saúde suplementar faz parte do Sistema Único de Saúde, e, se não houver a saúde suplementar, o cidadão vai para o sistema público, carregando e onerando ainda mais os próprios governos.

Sr. Presidente, desses dois atendimentos — faço um apelo ao Presidente Arthur Lira e ao Deputado Reginaldo — precisam advir contrapartidas para o cidadão, como o fim do cancelamento unilateral dos planos de saúde, algo em que o Presidente Arthur Lira teve um papel fundamental, já que eles estão sendo atendidos nos dois principais pontos da reforma tributária. Volto a dizer que isso é importante, porque o sistema público não tem condições de atender a todo esse setor, Deputado José Guimarães. Nós precisamos fazer exigências para que esses planos tenham contrapartidas para a sociedade.

O segundo setor, Sr. Presidente, é o de energia. Eu acompanhei hoje atentamente um debate sobre o assunto. Quero lembrar que nós temos falado muito nesta Casa sobre a redução da conta da energia para o cidadão. Eu acompanhei há pouco a fala da Deputada Adriana Ventura. Nós precisamos aproveitar esta oportunidade para garantir, com a redução dos impostos para o setor de energia, a infraestrutura necessária. Então, nós estamos apresentando algumas iniciativas legislativas visando à redução da conta de energia, estimulando, inclusive, a transição energética, uma energia mais limpa para a sociedade. Tem-se falado muito nesta Casa sobre o meio ambiente.

Eu quero, mais uma vez, enaltecer a figura do Presidente Arthur Lira e terminar minha fala citando Aristóteles, que dizia: *"A coragem é a primeira das virtudes, porque garante todas as outras"*. Parabéns ao Presidente Arthur Lira por estar tendo a coragem de pautar e de liderar nesta Casa a reforma tributária, que, com certeza, trará benefícios e melhorias para este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-12:04
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Reginaldo Lopes-PT -MG
ORDEM DO DIA PARECER
DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS, o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Uma boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, quero agradecer ao GT, aos meus colegas, o Deputado Augusto Coutinho, o Deputado Hildo Rocha, o Deputado Joaquim Passarinho, o Deputado Moses Rodrigues, o Deputado Claudio Cajado e o Deputado Luiz Gastão, pela confiança de ser o Relator-Geral desta matéria tão importante para a vida de todos os brasileiros e brasileiras. Somos, na verdade, sete Relatores, e tenho a honra e a alegria de poder representá-los. Quero, do fundo do coração, agradecer-lhes pela generosidade e gentileza, ao me concederem essa grande oportunidade no Parlamento brasileiro. Quero agradecer também ao Presidente Arthur Lira pela indicação como Relator-Geral desta matéria.

O voto é muito extenso. Nós publicamos um relatório substitutivo no dia 3 de julho, quinta-feira passada, e um substitutivo ontem. Eu vou direto ao voto, mas estarei aqui, durante o dia de hoje, durante o processo de debate, para discutirmos cada emenda apresentada pelos Deputados e Deputadas.

Então, vou direto ao parecer e voto do Relator?

"II - Parecer e Voto do Relator

Tenho a honra de ter sido designado Relator em nome do Grupo de Trabalho que analisou o PLP nº 68, de 2024.

Não posso iniciar sem antes exprimir a honra de ter trabalhado com este grupo dedicado de Parlamentares, que não poupou esforços para entregar um trabalho de qualidade. Cito nominalmente, mais uma vez, os Deputados Augusto Coutinho, Claudio Cajado, Hildo Rocha, Joaquim Passarinho, Luiz Gastão e Moses Rodrigues, companheiros desta jornada exaustiva e gratificante.

O parecer, voto e substitutivo ora apresentados são fruto de trabalho coletivo, que demandaria a assinatura conjunta dos sete membros do Grupo de Trabalho, o que não foi possível por falta de previsão regimental. Contudo, a partir deste momento, o uso da primeira pessoa do plural representa a voz coletiva que



expressa sua vontade neste voto.

Não podemos deixar de destacar, logo de início, o total suporte recebido do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, que não poupou apoio e recursos para que o Grupo realizasse todas as atividades necessárias para a conclusão dos trabalhos.

Para a produção do melhor relatório possível, o Grupo de Trabalho adotou como diretriz o debate amplo com a sociedade. Para isso, foram realizadas 22 audiências públicas, em que foram ouvidos 408 expositores; 231 mesas de diálogo, com 936 representantes recebidos e 5 eventos externos em diversos locais do País. Em resumo, 1.344 cidadãos, entre autoridades, pesquisadores, representantes dos setores econômicos e membros dos Governos das três esferas, puderam expor seus pontos de vista aos Parlamentares desta Casa, em um total de 218 horas de atividades. Tudo isso com custo zero para o Erário". Não houve nenhum custo o GT da regulamentação da reforma tributária.

"Todas essas inquietações e demandas foram, dentro do possível, analisadas e discutidas dentro do Grupo, o que permitiu a elaboração de um substitutivo com diversos aprimoramentos ao texto original enviado pelo Poder Executivo. Nas seções seguintes, destacaremos as principais mudanças de mérito.

II.1 Adequação orçamentário-financeira

Antes de adentrarmos na análise do mérito, cumpre-nos realizar o exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária e de mérito.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível '*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e das demais disposições legais em vigor*' e como adequada '*a proposição que se adapte, ajuste-se ou esteja abrangida pelo Plano Plurianual, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual*'.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos



orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

No caso em questão, um dos pressupostos da reforma tributária da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, e do PLP nº 68, de 2024, é que o novo sistema tributário implantado mantenha a arrecadação dos tributos que serão extintos. E, de fato, esses atos legais trazem mecanismos apropriados para garantir esse propósito, com as alíquotas de referência sendo fixadas por resolução do Senado Federal, de forma a assegurar para os entes federados a equivalência entre a receita dos novos tributos com os extintos.

Sob esse prisma, concluímos que as disposições contidas no PLP nº 68, de 2024, respeitam as regras pertinentes e, por isso, são compatíveis com as normas vigentes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Desse modo, pelos motivos acima expostos, votamos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PLP nº 68, de 2024.

II.2 Pressupostos de constitucionalidade.

Cumpre-nos, ainda, realizar o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLP nº 68, de 2024, nos termos do art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quanto à constitucionalidade formal, não há máculas, já que as matérias tratadas estão dentro da competência legislativa da União (art. 24, inciso I), sujeitam-se à apreciação do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República (art. 48, inciso I), e a norma que sobre elas versar tem a iniciativa facultada tanto a membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, quanto ao Presidente da República (art. 61).

Quanto à constitucionalidade material, também não se vislumbram vícios, já que os tributos instituídos respeitam os princípios da irretroatividade (art. 150, III, “a”) e da anterioridade (art. 150, III, “b” e “c”) e as disposições do PLP nº 68, de 2024 não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, em geral, e da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, a qual se propõe a regulamentar, em específico.

A única ressalva que poderia ser feita na seara constitucional estaria no *caput* do art. 153 do PLP nº 68, de 2024, que prevê que o produtor rural integrado somente não seja considerado contribuinte do IBS e da CBS caso aufera receita inferior a 3,6 milhões de reais. Isso porque o § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, parece atribuir tal limite apenas para o produtor rural pessoa física ou jurídica, e não para o produtor rural integrado. De qualquer modo, esse possível óbice foi resolvido no substitutivo por nós apresentado.

Quanto à juridicidade, entendemos que a proposição é jurídica, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não viola qualquer



princípio geral do direito, além de possuir os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Já quanto à técnica legislativa, foram observados os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Desse modo, pelos motivos acima expostos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLP nº 68, de 2024.

II.3 Mérito

Realizamos inúmeros ajustes técnicos nos dispositivos legais do PLP nº 68, de 2024, que não serão aqui enumerados. Entre os ajustes de mérito que também não enumeraremos, realizamos uma 'limpeza' do texto, eliminando, sempre que possível, obrigações acessórias e termos dúbios e transformando diversas faculdades atribuídas ao poder público, expressas pelo verbo 'poderá', em obrigações, substituindo pelo verbo 'deverá' ou equivalente.

Destacamos, a seguir, as mudanças de mérito que julgamos mais relevantes.

Normas gerais

Uma das principais preocupações trazidas ao Grupo Trabalho dizia respeito à previsão de tributação de doações onerosas, em especial daqueles que doam bens em favor de entidades filantrópicas. Por não ser esse o objetivo da norma, deixamos claro, no art. 4º do Substitutivo, que somente haverá a tributação de doações que não representem contraprestação para o doador. No mesmo artigo, substituímos o termo 'empréstimo' por 'mútuo', excluindo possíveis interpretações de que empréstimos de bens infungíveis, sem qualquer contraprestação, poderiam ser tributados.

Tivemos o cuidado de inserir, no art. 5º, norma antielisiva para tributar as transmissões de bens para sócio ou acionista, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou outras formas, nos casos em que a aquisição desses bens tenha permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte.

Ainda no art. 5º, determinamos que não haverá a incidência de IBS e CBS sobre bonificações que constem do respectivo documento fiscal e não dependam de evento posterior, exceto se o bem dado em bonificação estiver sujeito à alíquota específica por unidade de medida, nem sobre benefícios educacionais concedidos por instituições de ensino a seus empregados e dependentes, inclusive mediante concessão de bolsas de estudo ou de descontos na contraprestação, desde que tais benefícios sejam oferecidos a todos os empregados, autorizada a diferenciação em favor dos empregados de menor renda ou com maior núcleo familiar.

No art. 7º, entre inúmeros ajustes, destacamos a exclusão, da base de cálculo



do IBS e da CBS, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio recebidos pelo contribuinte, e as transferências de recursos públicos para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Ao tratarmos das entidades imunes, acrescentamos que, além de a imunidade não se aplicar às suas aquisições, também não se aplicam às suas importações, com o objetivo de evitar um tratamento privilegiado aos bens e serviços importados em detrimento dos nacionais. Além disso, optamos por excluir o requisito de fornecimento exclusivo e gratuito de bens e serviços na área de assistência social para o direito à imunidade das organizações assistenciais e benficiantes (art. 9º).

Quanto aos contratos públicos, havia preocupação de que as empresas contratadas seriam obrigadas a pagar os tributos muito antes do recebimento dos valores pelo poder público. Por isso, instituímos o regime de caixa para essas hipóteses, de modo que o contribuinte pode esperar até o momento em que receber o pagamento da administração pública para realizar a quitação do IBS e da CBS, como está previsto (art. 10, inciso III).

Na definição do local da operação dos serviços e bens imateriais, no art. 11, definimos que o domicílio principal do destinatário que possui mais de um estabelecimento será o estabelecimento matriz e não o estabelecimento "onde as suas relações econômicas são mais relevantes", expressão genérica e propensa a trazer conflitos entre o contribuinte e o Fisco.

Ao tratarmos da base de cálculo do IBS e da CBS, incluímos, entre os descontos incondicionais passíveis de dedução, os programas de fidelização, desde que utilizados pelo próprio titular e em bens tributados da mesma forma que o bem ou serviço que deu origem ao benefício (art. 12, § 3º).

Ao tratarmos da estimativa de impacto que deve acompanhar os projetos de lei complementar que reduzam ou aumentem a arrecadação do IBS ou da CBS, exigimos que as estimativas em projetos de iniciativa da União sejam analisadas previamente pelo Comitê Gestor do IBS, no prazo de até 30 dias, e que as estimativas em projetos do Parlamento possam ser apresentadas pelo autor ou pelo relator perante o órgão responsável por se manifestar em relação aos aspectos financeiros e orçamentários do projeto previstos (art. 20).

Quanto às plataformas digitais, determinamos que elas só sejam solidariamente responsáveis em relação a fornecedor nacional caso ele seja contribuinte e não emita nota fiscal, cabendo ao Comitê Gestor e à Receita Federal do Brasil informá-las da condição de contribuinte do fornecedor, ainda que não esteja inscrito no cadastro (art. 23).

Foram feitas alterações importantes quanto àqueles que não são contribuintes do IBS e da CBS (art. 26).

A primeira diz respeito às vendas diretas realizadas por pequenos empreendedores independentes, sem a necessidade de ter um estabelecimento



comercial fixo: os nanoempreendedores. Garantimos que os cidadãos que recebam menos do que a metade do limite do Microempreendedor Individual — MEI não sejam obrigados a se inscrever como contribuintes. Assim, quem tem uma receita inferior a R\$40.500,00 não será contribuinte do IBS e da CBS, a não ser que faça essa opção" — a criação do nanoempreendedor.

"A segunda, aos fundos de investimento, matéria que foi alvo de intenso debate recentemente. Esclareça-se que esses nunca foram nem serão contribuintes de impostos sobre o consumo, sobre seus rendimentos. Contudo, algumas situações em que se comportam como contribuintes normais, como quando compram e vendem ou alugam imóveis, merecem tratamento especial. Por isso, garantimos que os fundos em geral não são contribuintes do IBS e da CBS, mas que os Fundos de Investimento Imobiliário — FII e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio — FIAGRO são contribuintes facultativos, opcionais, caso realizem operações com bens imóveis e atendam aos requisitos da isenção de imposto de renda na distribuição de resultado para pessoas físicas. Já os FII e os FIAGRO que não cumpram esses requisitos, bem como os fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis são contribuintes obrigatórios do IBS e da CBS.

A terceira, aos condomínios edifícios que não optarem pelo IBS e pela CBS, exigindo daqueles que auferam receitas de terceiros que representem mais de 20% de suas receitas totais a tributação desses rendimentos, com direito à apropriação proporcional de créditos. Trata-se de norma antielisiva voltada a evitar que se utilize da figura do não contribuinte para deixar de tributar receitas significativas.

Fizemos também diversos ajustes na regra de não cumulatividade (art. 28). Para sanar diversas dúvidas surgidas, deixamos claro que a alíquota reduzida não implica glosa de créditos de aquisições. Além disso, garantimos que o estorno de crédito de IBS e CBS, no caso de roubo ou furto de bem do ativo imobilizado, possa se dar de modo proporcional ao prazo de vida útil" — considerando sua depreciação — "e às taxas de depreciação definidas em regulamento. Por fim, exigimos que o creditamento nos serviços financeiros somente possa ocorrer se houver a comprovação de pagamento do IBS e da CBS.

Uma das preocupações externadas quanto à apuração do IBS e da CBS diz respeito à necessidade de o fornecedor pagar seus tributos para que o adquirente possa se apropriar dos créditos vinculados à operação" — é o chamado crédito pago. "Trata-se de um dos principais pilares da reforma, na medida em que diminui a sonegação, garante receitas que possibilitam a devolução dos créditos acumulados e reduz a alíquota do IBS e da CBS para todos" — isso porque, quando todos pagam, todos pagam menor carga tributária.

"Contudo, não é correto simplesmente transferir o ônus da inadimplência do fornecedor ao contribuinte adquirente. Nesse sentido, garantimos que essa obrigação somente será implementada caso existam mecanismos para garantir



que o IBS e a CBS sejam recolhidos a partir do pagamento pelo bem e serviço, com o uso do *split payment* automático ou manual (art. 29). Caso contrário, será permitida a apropriação dos créditos dos tributos destacados no documento fiscal.

Quanto à tributação de bens e serviços para uso e consumo pessoal (art. 39), afastamos a incidência quando o bem ou serviço fornecido não permitir a apropriação de créditos pelo contribuinte, desde que haja a identificação da pessoa física beneficiária. Além disso, trocamos a incidência de planos de assistência à saúde por serviços de saúde, excepcionando expressamente os serviços prestados pela própria empresa durante a jornada de trabalho, e determinamos a não tributação de uniformes, fardamentos e equipamentos de proteção individual utilizados exclusivamente na atividade econômica do contribuinte.

Na apuração do IBS e da CBS, eliminamos a possibilidade de período de apuração inferior a 30 dias (art. 45), e, na apuração assistida, somente permitimos que funcione como confissão de dívida caso o contribuinte realize ajustes ou a confirme (art. 48).

O *split payment* foi uma matéria que trouxe diversas preocupações aos setores econômicos. Trata-se de mecanismo em que se vincula a nota fiscal à transação de pagamento, tornando possível segregar do valor pago o IBS e a CBS devidos, enviando os tributos à Receita Federal do Brasil e ao Comitê Gestor do IBS e entregando para o vendedor a diferença. Se bem implementada, será uma grande inovação na cobrança de tributos, colocando o Brasil como exemplo para os IVAs dos demais países do mundo. No substitutivo apresentado, o mecanismo foi muito melhorado (arts. 51 a 56)".

Nós praticamente criamos três formas de pagamento digital: o *split payment* automático e inteligente, o simplificado e o manual, operação por operação.

"No *split payment* inteligente, o meio de pagamento deve consultar o sistema da Receita Federal do Brasil e do Comitê Gestor e recolher apenas a diferença entre o valor que incidiria na operação e quanto do imposto já foi pago mediante compensação de créditos do fornecedor."

Isso melhora o fluxo de caixa das empresas, sendo praticamente automática a devolução.

"Caso a consulta não possa ser efetuada por qualquer motivo, será recolhido o tributo que incidiria na operação a partir das informações do vendedor, cabendo aos Fiscos verificar se houve recolhimento a maior e transferir o excedente de volta ao fornecedor em 3 dias úteis. Não é permitida a utilização do excedente para pagar outros débitos. Desse modo, reduz-se muito o problema de fluxo de caixa das empresas.

O *split payment* simplificado é reservado para situações de venda no varejo



para não contribuintes, em que é realizada a segregação de um percentual fixo de IBS e CBS. Esse sistema é opcional ao fornecedor e a alíquota de retenção será definida em conjunto pela Receita Federal do Brasil e pelo Comitê Gestor do IBS, podendo ser diferenciada por setor econômico e por sujeito passivo, com base no histórico da margem das operações.

Por fim, o *split payment* manual é utilizado para os pagamentos em dinheiro ou por boleto. Nos casos em que não é possível efetuar a retenção, o adquirente pode optar por destinar a parcela do IBS e da CBS diretamente para os Fiscos e assim não precisa confiar na adimplência do fornecedor."

Se ocorrer uma desconfiança do adquirente em relação ao fornecedor, ele pode pagar operação por operação. Aqui é para preservar sempre o creditamento e o crédito pleno.

"Em qualquer caso, os meios de pagamento são responsáveis apenas pelo recolhimento, não sendo responsáveis tributários em caso de inadimplência ou incorreção das informações prestadas pelo fornecedor ou pelos Fiscos."

Os meios de pagamento não terão responsabilidades. A responsabilidade é do Fisco e do contribuinte.

"Uma conquista importante da reforma tributária do PLP 68/24 é o resarcimento rápido de créditos acumulados, um dos principais tormentos do sistema tributário atual. Nesse tópico, houve significativa redução dos prazos previstos na proposição original: de 60 dias para 30 dias para contribuintes enquadrados em programas de conformidade e de 270 dias para 180 dias nos casos que recomendam maior análise (art. 58)."

Então, nós reduzimos a restituição de 60 dias para 30 dias e a de 270 dias para 180 dias.

"Fizemos também ajustes no IBS e na CBS incidentes sobre a importação. Além de unificarmos a cobrança sobre serviços e bens imateriais e simplificarmos as hipóteses de incidência (art. 63), garantimos a exclusão do IPI, ICMS e ISS da base de cálculo da importação de bens materiais (art. 69, § 1º) e esclarecemos que o IBS e a CBS incidentes na importação somente podem ser extintos mediante recolhimento (art. 80, § 5º).

Na exportação, além de unificarmos a cobrança sobre serviços e bens imateriais e simplificarmos as hipóteses de incidência, garantimos a imunidade para o transporte de carga para fins de exportação, quando contratado por residente ou domiciliado no exterior (art. 84).

É importante também destacar três importantes conquistas para o setor industrial: a permissão do regime de *drawback* sobre aquisição de serviços (art. 93, § 2º); a inclusão do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado — RECOF entre os regimes aduaneiros especiais de aperfeiçoamento (art. 93, § 5º); e a previsão de novas hipóteses de



desonerações de bens de capital mediante suspensão do pagamento de IBS e CBS por ato conjunto da Receita Federal do Brasil e do Comitê Gestor do IBS (art. 105).

Quanto ao *cashback*, garantimos que, para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante (art. 111, III, "a"). Além disso, aumentamos a devolução de CBS de 50% para 100% nas operações de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural.

Regimes Diferenciados.

Quanto aos regimes diferenciados de redução de alíquota, foram realizadas diversas melhorias.

Na redução em 30% da alíquota dos profissionais liberais, estabelecemos que o benefício não pode ser negado devido à natureza jurídica da sociedade, à união de diferentes profissionais liberais e à forma de distribuição de lucros (art. 122, § 2º).

Para os serviços de saúde garantimos a exclusão da base de cálculo dos valores glosados pela auditoria médica dos planos de assistência à saúde e não pagos (art. 125, parágrafo único).

Para os medicamentos garantimos a redução de alíquotas em 60%, para todos aqueles registrados na ANVISA ou produzidos por farmácias de manipulação. Trata-se de importante melhoria para a garantia de acesso à saúde da nossa população.

Reduzimos, ainda, os períodos de revisão das listas de dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência e dispositivos médicos desonerados de 1 ano para 120 dias (arts. 126, § 2º, 127, § 2º, 128, § 2º e 139, § 2º). Nesses casos, a necessidade de recálculo da alíquota de referência se dará quando resultar em um aumento superior a 0,02 pontos percentuais, e não 0,05 pontos percentuais, como na proposição original (art. 121, § 3º). Em caso de emergência de saúde pública, o poder público poderá desonrar medicamentos e dispositivos médicos pelo período de vigência e pela localidade da emergência de saúde pública (arts. 139, § 3º, e 141, § 4º).

Incluímos entre os insumos agropecuários que fazem jus à redução de alíquota em 60% o melhoramento genético de animais e plantas e biotecnologia, inclusive seus *royalties* (art. 133, § 2º).

Atendendo demandas do setor cultural, permitimos a redução de alíquotas das operações destinadas às produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais para aquelas que contenham majoritariamente, e não exclusivamente, obras artísticas, musicais, literárias ou jornalísticas de autores brasileiros. Tal restrição limitava demais o benefício, impedindo-o, por exemplo, quando, em um espetáculo musical, fosse interpretada uma única



música de autor estrangeiro.

Outra importante mudança foi a redução a zero das alíquotas dos produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, que no texto original estavam reduzidas em apenas 60% (art. 142).

Para a redução a zero das alíquotas para veículos de pessoas com deficiência, aumentamos o limite de valor de R\$ 120 para 150 mil, sem considerar os custos necessários para a adaptação veicular (art. 144, § 2º, II). Por outro lado, determinamos a responsabilização das clínicas credenciadas na hipótese de fraude em laudos de avaliação (art. 146, § 2º).

(...)

No regime de redução em 60% das alíquotas sobre operações relacionadas a projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística dos Municípios ou do Distrito Federal, incluímos diversas operações no escopo do benefício (art. 157). Relacionada a matéria, permitimos que a locação nesses locais seja tributada com uma alíquota reduzida em 80%, além de criarmos norma orientadora para a destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para incentivo às atividades desenvolvidas por empresas localizadas em centros históricos.

Passando para os demais regimes diferenciados, uma correção importante foi a exclusão do produtor rural integrado do limite de 3,6 milhões de receita bruta para que possa optar por ser contribuinte do IBS e da CBS, adaptando a lei complementar aos ditames da Emenda Constitucional nº 132, de 2023. Além disso, eliminamos da retroatividade da obrigatoriedade de o produtor rural ser contribuinte nos casos de superação do limite de receita, que passará a ocorrer no ano seguinte, caso o excesso for inferior a 20%, ou no segundo mês subsequente, se for superior (art. 159).

Incluímos, ainda, a possibilidade de crédito presumido sobre a atividade da pessoa física que executa a triagem de resíduos sólidos, e não apenas a coleta, como previsto no texto original (art. 165, § 1º, II, a).

E com o objetivo de maior clareza da norma, oferecemos uma definição de bem móvel usado no regime de crédito presumido na revenda por pessoa física: aquele que tenha sido objeto de fornecimento para consumo final de pessoa física e tenha voltado à comercialização (art. 166, § 4º).

Regimes específicos

Quanto aos regimes específicos, também merecem destaque diversos ajustes ao texto original do PLP nº 68, de 2024.

No regime específico de combustíveis, determinamos que aqueles que concorreram para o não pagamento do IBS e da CBS são solidariamente



responsáveis pelo pagamento dos tributos não pagos, e não subsidiariamente, como originalmente previsto (art. 172).

No regime específico dos serviços financeiros, foram realizados ajustes técnicos em diversas das modalidades, atendendo a pedidos dos setores envolvidos, com o objetivo de melhor adequar a tributação à realidade de cada negócio. Realizamos, também, diversos aperfeiçoamentos de mérito, dentre os quais destacamos os mais relevantes.

Incluímos os consultores de valores mobiliários e os correspondentes registrados no Banco Central do Brasil como obrigados ao regime (art. 178), além de ampliarmos as hipóteses de creditamento de serviços financeiros além daquelas previstas na proposição original, incluindo diversas operações com contraprestação individualizada e identificação do adquirente.

Nas operações de crédito, de câmbio, com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, de securitização e de faturização permitimos a dedução do capital próprio, dos descontos concedidos em negociação de dívidas e despesas com correspondentes registrados no Banco Central do Brasil.

Para as cooperativas de crédito, exigimos a reversão de deduções da base de cálculo proporcionalmente ao valor das operações com cooperados, que não são tributadas (art. 183).

Para os consórcios, previmos a tributação pelo regime de caixa, incluímos os encargos, multas e juros, decorrentes de contrato de participação em grupo de consórcio na base de cálculo, e determinamos que as administradoras prestem, a título de obrigação acessória, na forma do regulamento, informações sobre as operações realizadas (art. 195).

Alteramos o tratamento tributário para os agentes operadores de fundos de política pública, prevendo alíquota zero de IBS e de CBS para os agentes operadores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e isentando as operações relacionadas aos demais fundos garantidores e executores de políticas públicas (art. 204).

Para a previdência complementar, permitimos a dedução de valores referentes a cancelamentos e restituições de prêmios que tiverem sido computados como receitas, bem como dos demais rendimentos de aplicação financeira (art. 216).

Para a capitalização, permitimos a dedução de valores referentes a cancelamentos e restituições de títulos que tiverem sido computados como receitas, e permitimos que os adquirentes de títulos de capitalização apropriem créditos de IBS e CBS pelo valor dos tributos pagos sobre esse serviço (art. 218).

Por fim, reajustamos as regras de cálculo das alíquotas dos serviços financeiros, que foram calibradas para melhor manter a carga tributária



incidente sobre as operações de crédito das instituições financeiras bancárias (art. 227).

No regime específico de planos de assistência à saúde, incluímos as administradoras de benefícios, as cooperativas operadoras de planos de saúde, as cooperativas de seguro saúde e as demais operadoras de planos de assistência à saúde (art. 228).

Além disso, permitimos a dedução, da base de cálculo, dos valores referentes a cancelamentos e restituições de prêmios e contraprestações que houverem sido computados como receitas, dos valores pagos por serviços de intermediação de planos de saúde, da taxa de administração paga às administradoras de benefícios, dos demais valores pagos a outras entidades de planos de saúde e dos rendimentos financeiros, exceto aqueles relativos às reservas técnicas efetivamente liquidadas (art. 229)."

Todo esse sistema financeiro de seguros e planos é cobrado na margem de lucro.

"Destacamos, ainda, a autorização para que as empresas se creditem de planos de saúde coletivos previstos em convenção coletiva (art. 231), bem como a inclusão dos planos de saúde de animais domésticos com alíquota reduzida em 30%."

Quando os planos de saúde são frutos de acordo coletivo, o setor produtivo poderá creditar aquela tributação dos planos de saúde.

"(...)

O regime específico dos bens imóveis foi bastante aperfeiçoado.

Os serviços de construção civil foram incluídos no regime (art. 245, inciso V) — a construção civil não pertencia ao sistema não cumulativo —, "definindo-se a base de cálculo do IBS e da CBS como o valor da operação, deduzidos os valores relacionados aos materiais de construção fornecidos diretamente ou indiretamente pela construtora (art. 260), sendo vedadas a apropriação e a utilização de créditos de IBS e CBS pelo fornecedor de serviços de construção civil nas aquisições de materiais de construção aplicados nas obras contratadas (art. 261).

Garantimos que o IBS e a CBS não incidem nas operações de permuta de bens imóveis, exceto sobre a torna, nem na constituição ou transmissão de direitos reais de garantia (art. 245, § 2º).

A base de cálculo do IBS e da CBS na operação com bens imóveis será o valor da operação, servindo o valor de referência, aquele que estima o valor de mercado, apenas como indício para início de processo de apuração de fraudes (art. 249).



Determinamos que o redutor de ajuste dos imóveis antigos seja o valor de aquisição do imóvel atualizado pelo IPCA ou o valor de referência, por opção do contribuinte, e, para imóveis novos, o valor de aquisição do bem. Em qualquer caso, o valor escolhido deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA até a data da alienação do imóvel, quando será deduzido da base de cálculo (art. 252).

Também incluímos, no redutor de ajuste, o valor do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, do laudêmio e das contrapartidas de ordem urbanística e ambientais pagas ou entregues aos entes públicos em decorrência de legislação federal, estadual ou municipal (art. 253). E permitimos que, nas atividades de loteamento realizadas por meio de contrato de parceria, o redutor de ajuste seja aplicado proporcionalmente à operação de cada parceiro, tomando-se por base os percentuais definidos no contrato de parceria (art. 251). Quanto ao redutor social, previmos um valor de R\$ 30 mil na aquisição de lote residencial, montante também atualizado pelo IPCA (art. 254).

E talvez na mudança mais esperada, reduzimos a alíquota de IBS e CBS nas operações com bens imóveis em 40%, e em 60% nas locações, cessões onerosas e arrendamentos (art. 260), sendo que, no último caso, não mais se permite a utilização do redutor de ajuste de forma proporcional, mas apenas de um redutor social de R\$ 400 mensais (art. 255).

Na incorporação imobiliária e no parcelamento de solo, previmos que o IBS e a CBS incidentes na alienação das unidades imobiliárias serão devidos em cada pagamento (regime de caixa). Além disso, autorizamos o ressarcimento dos tributos desde que este seja realizado diretamente em conta corrente vinculada ao patrimônio de afetação, para ser utilizado na própria obra, ou seja, levantando após a conclusão da incorporação ou do parcelamento do solo (art. 257).

Por fim, quando o ato ou negócio relativo a bem imóvel se concluir com a intermediação de mais de um corretor, seja pessoa física ou jurídica, será considerado como base de cálculo para incidência do IBS e da CBS a parte da remuneração ajustada com cada corretor pela intermediação, excluídos os valores repassados (art. 259).

O regime específico optativo aplicável a todas as cooperativas foi significativamente alterado com a intenção de preservar o adequado tratamento ao ato cooperativo, tal como previsto na Constituição Federal.

Foi atribuída alíquota zero na operação em que o associado destina bem ou serviço para a cooperativa de que participa, bem como naquela que a cooperativa fornece bem ou serviço a associado contribuinte do IBS e da CBS e naquelas realizadas entre cooperativas, centrais e federações. O bem destinado à cooperativa por associado contribuinte do IBS e CBS permite que esta aproprie créditos relativos a esses bens. No caso em que a cooperativa devolve bem beneficiado ao associado não contribuinte, somente o valor do beneficiamento será tributado. Esclarecemos, ainda, que a devolução de sobras



e fundos aos cooperados também não é tributada.

Nas cooperativas de crédito, submetemos o fornecimento de serviços financeiros aos associados, inclusive aqueles cobrados mediante tarifas e comissões, à alíquota zero. Nas cooperativas de saúde, permitimos a dedução, da base de cálculo, de 50% dos valores pagos a seus associados.

Os bares e restaurantes passaram para o regime não cumulativo, apropriando créditos das operações anteriores, mas não passando créditos para seus adquirentes. Além disso, permitimos a exclusão dos serviços de entrega e intermediação da base de cálculo e estabelecemos que o fornecimento de alimentação pronta para pessoas jurídicas está no regime geral de crédito e débito (arts. 271 a 274).

No regime específico de transporte de passageiros, passamos a permitir a apropriação integral de créditos pelos adquirentes, inclusive no transporte aéreo regional. Além disso, reduzimos em 100% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de transporte ferroviário e hidroviário, e alteramos a definição de aviação regional, que passa a abranger voos cuja rota forneça até 600 assentos disponíveis diários, contando voos de ida e de volta (arts. 282 a 285).

Para o regime específico da Sociedade Anônima do Futebol — SAF, detalhamos a destinação dos tributos federais arrecadados, antes delegada a ato do Ministério da Fazenda (art. 291, § 7º).

No regime específico das missões diplomáticas, alteramos o benefício para o reembolso do IBS e da CBS pagos, nos termos do regulamento, em vez de redução de alíquotas a zero para determinadas operações, como originalmente previsto (art. 296).

Imposto Seletivo

Realizamos também aprimoramentos na regulamentação do Imposto Seletivo que merecem destaque.

A primeira é a inclusão dos concursos de prognósticos e dos *fantasy games* como hipóteses de incidência, considerando como base de cálculo a receita própria da entidade que promove a atividade, e como contribuinte o fornecedor do serviço, ainda que residente ou domiciliado no exterior (arts. 404, VII, 410, V, 419, V).

Na tributação de produtos fumígenos, adotamos, como base de cálculo, a pauta de valores de referência para venda no varejo (arts. 410 e 412). Além disso, introduzimos regras para a remessa de tabaco à indústria, em benefício da fiscalização (art. 424).

Para o Imposto Seletivo sobre veículos, incluímos novos critérios para a graduação das alíquotas, que anteriormente eram utilizados para atribuição



obrigatória de alíquota zero (art. 415). Além disso, incluímos, no Anexo XVIII, os NCMs dos automóveis elétricos e dos carrinhos de golfe, além de excluirmos os NCMs dos caminhões.

Determinamos que o Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas seja implementado de forma escalonada, a partir de 2029 até 2033, progressivamente, para evitar carga excessiva (art. 417, § 4º), e limitamos a alíquota incidente sobre minério de ferro a 0,25%.

Por fim, determinamos que a atualização das alíquotas específicas do Imposto Seletivo se dará por índice previsto na lei ordinária, não necessariamente o IPCA (art. 433).

Demais disposições

Quanto à fiscalização do IBS e da CBS, determinamos que a intimação no Domicílio Tributário Eletrônico – DTE só sirva como ciência caso o contribuinte a consulte, sendo essa a data de intimação. Caso isso não ocorra no prazo de 10 dias, primeiro a ciência deve ser feita por via postal e, se infrutífera a intimação, por edital. Prevemos, também, novas garantias ao contribuinte no Regime Especial de Fiscalização — REF.

Determinamos, ainda, que o cálculo da alíquota de referência da CBS para 2027 será fixado com base na estimativa para cada um dos anos-base de 2012 a 2021, e não de 2024 e 2025, como previsto no texto original.

Alteramos, também, o regramento do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. Este será implementado, preferencialmente, por meio de alteração na remuneração do contrato ou de ajuste tarifário, conforme o caso, sendo que formas alternativas apenas poderão ser adotadas pela administração com a concordância da contratada, observados, em todos os casos, os termos do contrato administrativo. Além disso, reduzimos o prazo para apreciação do pedido de ajuste de contratos de 120 dias para 90 dias, passamos a admitir que o pedido seja feito já incluindo todos os anos da transição e criamos a possibilidade de ajuste provisório dos contratos em que houver impacto financeiro relevante, por opção da administração, com posterior reajuste retroativo. Por fim, exigimos que a empresa que pleiteie o reequilíbrio econômico de contrato administrativo comprove a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Na utilização do saldo credor acumulado de PIS e COFINS, garantimos que esses créditos sejam compensados com os débitos de CBS de forma preferencial aos créditos de CBS.

Reajustamos, ainda, os valores dos créditos presumidos da CBS às indústrias automobilísticas, de forma a manter o nível de benefício previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 2023, e exigimos que a pessoa jurídica beneficiada cumpra processo produtivo básico.



Uma conquista relevante foi a construção de um regime de transição aplicável a bens de capital adquiridos entre 1º de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2032. Quando, a partir de 2027, esses bens forem vendidos, o contribuinte poderá deduzir, da base de cálculo da CBS, o valor de aquisição, líquido de tributos. O mesmo direito se aplica ao IBS, para vendas a partir de 2029, de forma proporcional ao aumento de alíquotas do imposto.

Para o regime da Zona Franca de Manaus, incluímos uma norma orientadora no sentido de que o crédito presumido calculado será diferenciado conforme critérios de investimento, geração de emprego e renda, nacionalização e localização de insumos, e nível de verticalização, previstos como condição para usufruto do benefício pelo Estado do Amazonas na legislação do ICMS vigente em 31 de dezembro de 2023.

Por fim, previmos a possibilidade de o Ministério da Fazenda e o Comitê Gestor do IBS instituírem um regime de devolução do IBS e da CBS incidentes sobre a aquisição de bens materiais, no valor de até US\$1.000,00" — aqui é o *tax free* —, "por estrangeiros que tenham permanecido menos de 90 dias no País, no momento em que sair do território nacional por via aérea ou marítima (...).

Infelizmente, diversas propostas de ajustes não puderam ser incorporadas por não alcançarem o consenso necessário. Dentro do limite da técnica e da política, estamos convictos de termos feito o melhor para o sistema tributário do Brasil.

Conclusão

Concluímos, assim, mais uma etapa na consecução do objetivo perseguido por tantas gerações de Parlamentares de realizar uma ampla e moderna reforma do ordenamento brasileiro de tributação do consumo, e que finalmente parece estar a um passo de ser alcançado.

Nesse sentido, conclamamos as Sras. e os Srs. Deputados a garantirmos a aprovação do substitutivo apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados.

Queremos expressar nossos agradecimentos a todos os ilustres membros do Grupo de Trabalho e aos Deputados Luiz Carlos Hauly, Vitor Lippi e Pauderney Avelino que, mesmo sem formalmente compor a equipe, marcaram presença nas discussões da matéria, bem como a todas as Deputadas e Deputados desta Casa pelo empenho na luta em prol de uma verdadeira reforma tributária, que estará marcada pelas suas contribuições.

Agradecemos ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a sua equipe da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, em especial ao Secretário Bernard Appy, pelo apoio nas discussões e no aprimoramento do texto; aos convidados que participaram das audiências públicas" — diga-se de passagem, as três maiores audiências públicas realizadas no Parlamento brasileiro — "e mesas de diálogo, partilhando seus



conhecimentos e experiências; às numerosas autoridades e aos inúmeros representantes e organizações da sociedade civil, confederações, sindicatos, associações, corporações, empresários, cidadãos contribuintes, que nos auxiliaram com sugestões e críticas sempre pertinentes, mesmo aquelas que não puderam ser aproveitadas neste momento; e aos funcionários desta Casa, que prestaram indispensável apoio logístico e técnico.

Concluímos reforçando o agradecimento feito no início do relatório ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e o estendemos a todos os Líderes dos partidos desta Casa, sem cujo apoio não teria sido possível concluir essa missão com êxito.

II.4 Conclusão do voto

Ante o exposto, na Comissão Especial, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLP 68/24; e, no mérito, somos pela aprovação do PLP 68/24, com o substantivo em anexo."

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos. Agora estamos no processo de debate do relatório apresentado. Sei que há quase mil emendas. Durante o processo, nós vamos debater sobre cada uma delas e responder às dúvidas e perguntas.

Muito obrigado.

Documento 55/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-13:48

Benedita da Silva-PT -RJ

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a importância das emendas propostas pela Secretaria da Mulher ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Ela enfatizou iniciativas para tornar o sistema mais justo e equitativo, focando especialmente nas mulheres e nas famílias de baixa renda. Uma das propostas visa tributar armas e munições para aumentar a segurança pública, enquanto outra sugere o cashback integral de CBS (Contribuição Sobre Bens Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para famílias carentes cadastradas. Algumas emendas também visam reduzir impostos sobre contraceptivos e fraldas, promovendo acesso à saúde sexual e reprodutiva e aliviando custos para cuidadores. Ressaltou a necessidade de apoio parlamentar para garantir a aprovação dessas medidas, destacando seu impacto positivo na redução de desigualdades e na promoção da justiça fiscal e social no Brasil.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me dirigir a esta Casa para discutir a relevância das emendas apresentadas no contexto da reforma tributária de 2024.

As emendas propostas pela Secretaria da Mulher têm o potencial de moldar o sistema tributário mais justo e equitativo, abordando questões cruciais que impactam diretamente a vida dos cidadãos brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, que não foram atendidos pelo texto apresentado pelo nobre Relator.

A emenda que propõe a inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo é uma medida de extrema importância para a segurança pública. Em 2022, 3.788 mulheres foram assassinadas no Brasil, e a arma de fogo foi utilizada em metade desses casos. Além disso, o SUS gastou 41 milhões de reais em internações relacionadas a ferimentos por armas de fogo. A tributação de armas e munições visa reduzir a circulação desses itens, protegendo a vida e a integridade física de nossos cidadãos.

Outra emenda fundamental que apresentamos e que impacta diretamente a vida das mulheres é a que sugere a devolução de 100% da CBS e do IBS a famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico. Nossa sistema tributário é altamente regressivo, afetando desproporcionalmente os mais pobres, e a iniciativa que busca reduzir a regressividade é o *cashback*. A devolução integral desses tributos é uma medida justa que busca atenuar os efeitos regressivos e assegurar que as famílias de baixa renda não sejam sobrecarregadas.

Devemos, caso não seja possível atender toda a emenda, pensar em uma redação alternativa, beneficiando as mulheres chefes de famílias monoparentais ou de famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos.

Destaco também a emenda que propõe a redução a zero das alíquotas sobre preservativos e dispositivos intrauterinos de cobre. O acesso a métodos contraceptivos é essencial para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Além de prevenir a gravidez precoce, esses métodos são fundamentais para o planejamento familiar e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. A desoneração desses produtos garante maior acesso e promove a autonomia das mulheres.

Não menos importante, a emenda que propõe a redução das alíquotas de IBS e CBS para fraldas infantis e geriátricas é uma medida que reconhece o papel essencial do trabalho de cuidado. Quando verificamos o relatório do Banco Mundial sobre gastos nacionais por produtos e razão, verificamos que as fraldas descartáveis, bem como os absorventes, estão entre os principais produtos que consomem a renda da população mais pobre.

Essas emendas são exemplos claros de como podemos usar a reforma tributária para promover a justiça social e a fiscal. Elas abordam diretamente questões de



desigualdade de gênero e raça, saúde pública e proteção social e são essenciais para garantir que nosso sistema tributário seja mais justo e equitativo.

É fundamental que esta Casa apoie essas emendas, reconhecendo a sua importância para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. A aprovação dessas medidas é um passo decisivo na direção de um futuro em que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma vida digna.

Muito obrigado por me ouvirem, por ouvirem a Secretaria da Mulher e as propostas aqui apresentadas, que podem ser examinadas e apoiadas pelos Srs. Parlamentares e pelas Sras. Parlamentares.

Espero ser atendida pelo Relator quanto a essas emendas.

Quero dizer também que, na hora do debate mais aprofundado das emendas, estarei aqui nesta tribuna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

Documento 56/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-16:16
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Tabata Amaral-PSB -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada fez um apelo aos Deputados para que o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, contemple os centros urbanos de todas as cidades. Além disso, destacou uma emenda no PLP para não aumentar o preço dos livros, pauta compartilhada pela Deputada Fernanda Melchionna. Sublinhou a necessidade de entender o papel fundamental da educação e da leitura no desenvolvimento do País. Também defendeu a inclusão de produtos sem glúten na cesta básica para apoiar os celíacos, mencionando a parceria com Eduardo Vidal. Destacou ainda o trabalho da ACT na promoção de uma alimentação saudável, sugerindo a inclusão de ultraprocessados no Imposto Seletivo como forma de compensar a inclusão de carnes na cesta básica. Por fim, chamou atenção para a obesidade infantil e enfatizou a importância de coragem e visão coletiva na aprovação da reforma.

A SRA. TABATA AMARAL (PSB - SP. Como Líder. Sem revisão da



oradora.) - Obrigada.

Faço um apelo aos Parlamentares presentes para que pensem não só no centro de São Paulo, mas também nos centros urbanos das cidades que V.Exas. representam, para que possamos garantir que esta reforma tributária não deixe para trás nossas cidades, que é onde a vida acontece.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, eu também gostaria de falar de outras batalhas muito significativas que estamos trazendo junto com o PSB.

A primeira delas diz respeito a uma emenda muito importante que nós protocolamos, no sentido de que não se aumente o preço de livros. Acredito que o Plenário não está atentando para isso. Sei que é uma pauta também da Deputada Melchionna, do PSOL. E eu queria dizer: não vai dar para o Brasil crescer social e economicamente, se não entendermos o papel da educação, se não entendermos o papel da leitura, dos livros, Deputada Benedita, nossa grande líder, que são tão importantes, mas ainda tão caros no País. Pesquisas mostram que as pessoas leem muito pouco no Brasil, e uma das razões é o preço alto dos livros. Então, peço a atenção dos Relatores, peço a atenção do Deputado Reginaldo Lopes e do Grupo de Trabalho, para que não ignorem essa emenda tão importante.

Peço ainda atenção a outro tema, que pode parecer pequeno para alguns, mas que é gigante para os celíacos do Brasil. Milhões de pessoas sofrem com doenças celíacas e não estão sendo ouvidas neste momento. Eu me juntei ao Movimento Celíacos do Brasil, ao nosso parceiro Eduardo Vidal, uma grande liderança da pauta em São Paulo, para que a nossa regulamentação inclua produtos específicos, como o pão sem glúten, na cesta básica. Não é luxo, não é privilégio. Quem tem doença celíaca não tem escolha. E permitir que esses produtos sejam muito mais caros é excluir justamente quem mais precisa.

Então, faço esse apelo, não em meu nome, não em nome de Eduardo Vidal, mas em nome dos milhões de brasileiros que sofrem com doenças celíacas.

Por fim, mas não menos importante, queria ressaltar o papel da organização ACT, que faz um trabalho belíssimo pela saúde e vem travando uma batalha muito difícil por vidas mais saudáveis. Nós precisamos entender que não podemos retroceder. Ultraprocessados fazem mal e trazem um custo para o sistema público de saúde e para toda a sociedade.

O Marcelo trouxe para mim agora um cálculo que eu deixo para reflexão. Se forem incluídas a carne bovina e a carne de frango na cesta básica, temos uma solução, como forma de compensação e para não gerar aumento de impostos, que é a inclusão no Imposto Seletivo de ultraprocessados com alto teor de açúcar. A obesidade infantil é uma realidade cada vez maior.

Sei que esse debate é difícil, mas precisamos ter coragem. Hoje é um dia histórico. Que orgulho eu sinto de fazer parte da legislatura que discute a primeira reforma tributária em regime democrático. Mas dias históricos como



este requerem coragem, requerem pensarmos no todo, e não apenas em alguns indivíduos. Então, espero que seja a coragem de defender a população que nos guie no dia de hoje.

Obrigada, Presidente.

Documento 57/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-16:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Danilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou a importância histórica do dia, com a votação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, objetivando aumentar a competitividade internacional do Brasil. Além disso, destacou a autonomia do Congresso Nacional na política brasileira, resultado de emendas individuais impositivas instituídas em 2014, quando foi Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Informou que, em 2023, como Relator pela segunda vez, garantiu avanços na impositividade do Orçamento e a criação de um cronograma de execução orçamentária. Enfatizou ainda que, em 2024, a execução orçamentária foi sete vezes superior à de 2023, com pagamentos de emendas individuais e de comissões significativamente maiores, alcançando 23,077 bilhões de reais. Por fim, atribuiu essa conquista à aprovação da LDO e ao acordo com o Governo Federal, ressaltando a autonomia e independência do Congresso Nacional.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar, do Piauí, e meu amigo Deputado Lucio Mosquini, de Rondônia, Deputados que tão bem representam seus Estados nesta Casa.

O que me traz à tribuna neste momento, apesar do dia histórico de hoje, quando iremos votar a tão sonhada reforma tributária, importante para dar ao Brasil competitividade internacional, é o desejo de comemorar um feito extraordinário do Congresso Nacional. Hoje nós temos autonomia para pautar a política brasileira a partir do Poder Legislativo, principalmente da Câmara dos Deputados, graças a uma construção que nos deu essa garantia.

Quando, em 2014, eu fui pela primeira vez Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituímos a emenda individual impositiva, exatamente na busca de autonomia para que o Congresso Nacional pudesse, a partir daí, traçar os destinos políticos do Brasil.



Outro fato relevante ocorreu no ano passado, ou seja, exatamente 10 anos depois, quando tivemos a oportunidade de ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias pela segunda vez e fizemos estes feitos extraordinários: garantimos não só os avanços com relação à impositividade do Orçamento, que é fundamental para dar transparência para a sociedade brasileira, como também a construção de um cronograma da execução orçamentária — os arts. 155 e 156 da Constituição Federal permitem ao Parlamento essa autonomia.

E o que é importante que as Sras. e os Srs. Deputados saibam nesse exato momento? É que a execução orçamentária em 2024 foi sete vezes superior à execução orçamentária de 2023. Para V.Exas. terem uma ideia, Sras. e Srs. Deputados, só das emendas individuais de Deputados, no dia 5 de julho de 2023, haviam sido pagos 2.360 bilhões de reais. No dia 5 de julho de 2024, no Orçamento deste ano, só das emendas Parlamentares dos Deputados Federais, foram empenhados e pagos 10.924 bilhões de reais, ou seja, houve um acréscimo no período posterior de quase cinco vezes o que teria sido pago no período anterior. Quanto às emendas dos Srs. Senadores foram pagos, em 5 de julho de 2023, 681 bilhões de reais. Agora, em 2024, foram pagos, no dia 5 de julho, 3.105 bilhões de reais, ou seja, seis vezes o que teria sido pago no ano anterior. Quanto às emendas de Comissões da Câmara dos Deputados, foram pagos, em 2023, no ano passado, 1.140 bilhão de reais. Este ano foram pagos 5 bilhões e...

(Desligamento do microfone.)

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos um acréscimo nas emendas de Comissão da ordem de cinco vezes o que teria sido pago em relação ao ano passado. No total geral, no dia 5 julho de 2023, haviam sido pagos 3,84 bilhões de reais em emendas. Em 5 de julho de 2024, neste ano, com o advento da figura do cronograma, foram pagos, Deputado Lucio — V.Exa. vai comemorar este valor comigo —, 23 bilhões e 77 milhões de reais, o que significa dizer que nós multiplicamos por sete, neste ano, o valor que foi pago no ano passado.

Isso é fruto da vitória, da conquista da LDO e da execução orçamentária acordada com o Governo Federal. Isso é muito importante para garantir a autonomia e a independência do Congresso Nacional.

Documento 58/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-16:48

Coronel Ulysses-UNIÃO -AC

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que



regulamenta a reforma tributária, proposto pelo Governo Lula é prejudicial à sociedade, aumentando impostos e afetando os Estados e Municípios da Região Norte, especialmente a Zona Franca de Manaus. Criticou a exclusão da carne da reforma, afirmando que penaliza os mais pobres, e destacou que os impostos seletivos afetam setores essenciais como mineração e petróleo. Por fim, defendeu uma reforma tributária mais justa, que não aumente impostos e não onere o setor de serviços.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que a reforma tributária é necessária para o nosso País, mas não essa reforma colocada pelo Governo Lula. A reforma que o Governo Lula coloca hoje é prejudicial à sociedade, aumenta impostos, prejudica praticamente todos os Estados e Municípios da Região Norte com a questão da Zona Franca e das áreas de livre comércio.

Além disso, querem matar o pobre de fome, porque nem mesmo a proteína, a carne, está incluída, a picanha não está incluída. Eles querem picanha para eles, mas querem o pé de galinha para aquelas pessoas que são mais pobres. Isso é inadmissível, fora outras situações como os impostos seletivos, que estão afetando a mineração, o petróleo, áreas sensíveis para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Então, nós precisamos, neste momento, ser contrários a essa reforma. Precisamos de uma reforma que seja mais estudada, mais analisada e mais justa, principalmente que não aumente os impostos. O setor de serviços também está sendo onerado de maneira covarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 59/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-17:44
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Alfredinho-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado contestou as afirmações feitas por outros oradores, que alegavam aumentos nos preços da carne devido a impostos. Comparou os preços atuais da carne com os do governo anterior, destacando uma redução significativa. Argumentou que isentar a cesta básica de impostos melhora a alimentação do povo, tornando os alimentos mais acessíveis. Por fim, enfatizou a responsabilidade dos Deputados em votar a reforma tributária presente na Casa.

O SR. ALFREDINHO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu até gostaria de falar, mas como eu perdi o tempo de inscrição, eu não vou conseguir falar. Eu queria, neste minuto que V.Exa. me deu, refletir sobre algumas questões.

Em primeiro lugar, alguns que eu vi usando esta tribuna no dia de hoje falaram muita mentira. Eu lembro que a picanha, por exemplo, no Governo passado, chegou a custar 100 reais, assim como outras carnes de primeira, o contrafilé. Hoje, eu vejo a picanha, na Capital de São Paulo, a 35 reais e vejo o contrafilé abaixo de 30 reais. Então, dizer que está sendo cobrado o imposto, que vai aumentar o imposto da carne, que a carne vai ficar mais cara, porque está sendo aumentado o imposto, não é verdade.

Na verdade, eu acho que eles estão desesperados, porque, quando se pega a cesta básica e a isenta de imposto, é claro que o povo vai comer melhor. É claro que o povo vai ter melhores condições de alimentação, porque se está barateando o alimento, que é fundamental para as pessoas.

Então, a retirada é porque isso aqui é um Parlamento de Deputados representando o povo, eleitos por Estados. Alguns nunca tiveram a coragem de fazer uma reforma tributária, apesar de falarem, e, agora, ela está aqui nesta Casa para ser votada. É responsabilidade dos Deputados fazer isso no dia de hoje, Sr. Presidente.

Eu peço que este pronunciamento seja publicado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 60/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-17:44
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Carlos Henrique Gaguim-UNIÃO -TO
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado pediu apoio ao Destaque nº 18, relacionado à construção civil, loteadores e incorporadores, argumentando que a reforma tributária atual eleva a carga tributária desse setor, o que penaliza um segmento crucial para a economia. Destacou que a construção civil representa 3% do PIB e 16% dos empregos no Brasil, sendo responsável por um em cada cinco empregos. Por essa razão, solicitou que a carga tributária, que teria sido aumentada em quase 100%, seja reduzida. Além disso, enfatizou a importância dos loteadores na infraestrutura das pequenas cidades, pedindo que os Parlamentares apoiem o destaque em questão.



O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um destaque que vai ser votado, eu acho que é Destaque nº 18, da construção civil, loteadores e incorporadores. A reforma tributária tem como princípio a manutenção da carga tributária, porém, o setor imobiliário está sendo penalizado com a elevação da carga tributária.

A construção civil é o setor que representa hoje 3% do PIB, e 16% dos empregos do Brasil são da construção civil, loteadores e incorporadores. Em cada cinco empregos, a construção civil contribui com um emprego. A construção civil e os loteadores pagam esse imposto, e elevou-se essa carga tributária em quase 100%, Sr. Presidente.

Por isso, nós pedimos que, de 40%, suba para 60%. É isso que nós estamos pedindo.

Eu estou falando em meu nome, eu sou do União Brasil. Vai haver um destaque. Eu gostaria que os nobres pares pudessem sensibilizar-se com um setor que contribui muito. Os loteadores hoje, nas pequenas cidades do Brasil, são responsáveis por toda a infraestrutura: asfalto, água, luz, tudo. Então, há Prefeito que arruma a sua cidade com os loteadores, com a construção civil e com os operadores.

Então, o nosso pedido é no sentido de que se vote o Destaque 18.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 61/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-17:48
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Duarte Jr.-PSB -MA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS, o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Eu venho desta vez defender a Emenda nº 675, Destaque 11, a favor do turismo. A indústria do entretenimento é a terceira indústria que mais gera emprego e renda no mundo. Há toda uma cadeia produtiva, bares, restaurantes, hotéis, parques. É por essa razão que nós aqui



defendemos essa emenda a favor da redução de 50% na alíquota dos hotéis e parques. É muito importante essa redução para que possamos preservar os empregos, gerar mais oportunidades, muito especialmente para a minha cidade, a cidade de São Luís, uma cidade belíssima, que tem um centro histórico convidativo. É muito importante que possamos incentivar esse setor tão maltratado durante a pandemia.

Por isso, somos a favor da redução de impostos para o setor de turismo, a favor do Destaque 11, a favor da geração de oportunidades.

Muito obrigado.

Documento 62/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-17:48
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Alberto Fraga-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado reconheceu a necessidade da reforma tributária, mas criticou a complexidade e a falta de compreensão dos Parlamentares sobre os mais de 500 artigos. Destacou que armas de fogo já têm uma alta carga tributária e pediu mais discussão para evitar problemas como a exclusão de itens essenciais da cesta básica.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, que a reforma tributária é necessária, todos nós sabemos. O problema todo é a maneira como foi colocada aqui, com mais de 500 artigos. É verdade: a maioria dos Parlamentares não sabe o que está votando. As pessoas estão falando do imposto das armas. Hoje, as armas de fogo já pagam quase 100% de imposto. Ainda querem mais.

Eu acho que este assunto, Presidente, deveria ser um pouco mais discutido. Eu tenho quase certeza de que o Presidente Arthur Lira, daqui a pouco, ao chegar ao plenário, vai acabar suspendendo, para que possamos amadurecer mais e fazer uma verdadeira reforma, sem trazer transtornos, como, por exemplo, a cesta básica. Deixar o sal de fora, a água de fora, isso é inadmissível! Realmente, não podemos concordar.

Agradeço a oportunidade.



Um forte abraço, a V.Exa.

Documento 63/115

139.2024
Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-17:52
Rodolfo Nogueira-PL -MS
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o aumento da carga tributária proposto pelo Governo Federal e destacou a preocupação com a retirada da carne da cesta básica. Como produtor rural, lamentou o esforço do Governo para tributar a carne, contrariando promessas eleitorais anteriores de isenção de impostos sobre produtos alimentícios como a picanha.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é difícil falar de uma reforma tributária quando estamos vendendo o Governo Federal, em vez de batalhar para baixar imposto, trabalhar para subir a carga tributária no Brasil. Como produtor rural, não poderia deixar de falar do *lobby* que esse Governo Federal está fazendo para tirar a carne da cesta básica.

O Presidente Lula passou a campanha inteira prometendo picanha para o povo brasileiro. E agora, no momento em que pode realmente tirar o imposto da carne, zerar a alíquota de imposto da carne e trazer para a população brasileira, para a mesa do povo brasileiro a picanha, ele faz a maior força para que a picanha seja tributada e chegue mais cara à mesa do povo brasileiro.

Nós não podemos admitir, de forma nenhuma, a carne, a proteína, o frango, o carneiro, a carne suína, fora da cesta básica. Nós estamos aqui para lutar pelas melhorias para a população brasileira. E esse Governo quer que o povo brasileiro coma pé de frango, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 64/115

139.2024
Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-17:52
Gilson Daniel-PODE -ES
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

O Deputado expressou preocupação com o impacto da reforma tributária no setor de eventos e na hotelaria. Mencionou que o Podemos havia proposto emendas e um destaque para apoiar esses setores, mas lamentou que o bloco tivesse retirado o destaque. Lembrou que tais setores já enfrentaram grandes dificuldades durante a pandemia e não deveriam ser punidos com aumentos de impostos agora. Por último, reafirmou o compromisso de seu partido em defender esses setores e proteger os avanços conquistados, como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, a nossa preocupação é principalmente com o setor de eventos. O Podemos fez emendas e também fez um destaque que apoia o setor de eventos e o setor de hotelaria. O bloco retirou esse nosso destaque. A nossa preocupação é com o texto final, porque nós, aqui nesta Casa, lutamos muito pelo PERSE. Lutamos muito por esse setor que sofreu no período da pandemia. Não podemos puni-los agora com essa reforma.

Então, o Podemos está unido, a nossa Presidente Renata Abreu, o nosso trabalho aqui nesta Casa, para preservar o setor de eventos, a hotelaria, setores esses que sofreram demais na pandemia, quando nós votamos aqui o PERSE, e que agora, com essa reforma, podem ser punidos; e não vamos deixar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 65/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-17:52
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Hildo Rocha-MDB -MA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária após a aprovação da Emenda Constitucional nº 132. Descreveu o processo colaborativo envolvendo mais de 5 mil pessoas na elaboração do projeto, ressaltando o trabalho realizado por um grupo de sete deputados de diferentes ideologias. Argumentou que a proposta não é de esquerda, direita ou centro, mas sim um esforço conjunto para implementar um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que irá beneficiar a economia brasileira. Enfatizou que a carga tributária não aumentará, mas sim diminuirá, beneficiando especialmente os mais pobres e a classe média. Defendeu a inclusão de medidas como o cashback para compensar tributos sobre itens essenciais como energia, água e gás de cozinha. Concluiu pedindo o apoio dos colegas para aprovar o substitutivo ao PLP 68,



visando o desenvolvimento econômico do Brasil e o bem-estar da população.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Lucio Mosquini, que preside a sessão neste momento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é um dia importante para todos nós do Parlamento brasileiro, principalmente aqui na Câmara, porque nós estamos apreciando o Projeto de Lei Complementar nº 68, de autoria do Executivo Federal.

Esse projeto veio do Executivo Federal após a aprovação da Emenda Constitucional nº 132. Esse projeto que veio do Governo Federal foi construído no maior mutirão legislativo da história mundial. Nunca o mundo teve conhecimento de um mutirão como o que foi realizado para confeccionar o Projeto de Lei Complementar nº 68.

Mais de 5 mil pessoas, entre servidores públicos estaduais, servidores públicos municipais, servidores da Receita Federal, dos demais órgãos da Fazenda Nacional, procuradores, promotores, auditores municipais, estaduais, federais, contribuintes, todos foram ouvidos, no primeiro momento, quando o Governo, através do Ministro Fernando Haddad e do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária Bernard Appy, conclamou-os para ajudar na formatação do PLP 68. Quando O projeto chegou à Câmara dos Deputados, o Presidente Arthur Lira, inteligentemente, organizou um grupo de trabalho com sete Deputados, de sete partidos diferentes, de diversas ideologias. Portanto, trata-se de um grupo de trabalho plural, em que estão representadas as ideologias de direita, de esquerda e de centro.

Aqui, não há um texto de esquerda, nem de direita, nem de centro. O substitutivo que nós estamos apresentando aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, é fruto do trabalho de 7 Parlamentares que se dedicaram durante 50 dias, trabalhando, inclusive, no domingo, dia em que muitos não estavam trabalhando, para que nós pudéssemos oferecer ao nosso País, a esta e à próxima geração, o melhor modelo de Imposto sobre Valor Agregado — IVA, e, com tudo isso, fazer com que a nossa economia possa acelerar, desenvolver, crescer, como crescia, anos atrás.

Hoje, nós temos esse modelo que todo mundo condena. Eu tenho certeza de que até mesmo quem critica a nossa proposta sabe que o modelo atual é o pior existente no mundo inteiro. Eu tenho certeza de que todos concordam com isso.

Eu posso assegurar aos senhores e às senhoras que o que nós fizemos foi o de melhor que poderia ser feito. Nós temos agora uma proposta que eu tenho certeza de que será aprovada por V.Exas., por conta da responsabilidade para com o povo brasileiro que os colocou no Parlamento para representá-lo, para



que possam assegurar melhores condições de crescimento econômico.

Essa mudança que nós estamos apresentando é na economia brasileira. Essa é uma virada de chave. A partir da entrada em vigor de toda essa mudança que nós estamos fazendo, dentro de 5, 6 anos, vamos fazer com que volte a crescer o Produto Interno Bruto do Brasil. Ao crescer o PIB, nós vamos diminuir as nossas dívidas públicas, aumentar a oportunidade de emprego, que já está crescendo. Aliás, está aumentando a quantidade de trabalhadores com carteira assinada no mercado formal de trabalho.

Essa é uma grande contribuição. Logicamente que essa proposta veio do Executivo, mas o Parlamento contribuiu, quando aprovou a Emenda Constitucional 132. Essa Emenda Constitucional 132 é fruto da PEC 45/19, de autoria do Deputado Federal Baleia Rossi, e veio trazer essa mudança. Agora, nós estamos regulamentando o que todos aqui já aprovaram no ano passado. Então se trata apenas da regulamentação de uma mudança que foi feita na Constituição Federal.

Eu não vejo nenhuma condição de se aumentar a carga tributária. Isso não é verdade. Muito pelo contrário, vai é diminuir. Hoje a média da carga tributária sobre o consumo é de 35% a 36%. Deputado Vitor Lippi, V.Exa. sabe disso. E vai diminuir para 26,5%, podendo até diminuir para mais. Nós adicionamos no relatório que vai vir daqui a pouco, o novo substitutivo, um gatilho, garantindo que sejam exercidos os 26,5%.

Esse trabalho que nós estamos fazendo é hercúleo e conta com a participação de muitos Deputados. Muitos Deputados que estão aqui criticando não foram às audiências públicas. Alguns que até criticaram aqui estiveram nas audiências públicas e não falaram nada. Estão criticando porque, muitas vezes, determinado setor que o Deputado defende está sendo contrariado ou, acostumado a fraudar, acostumado a sonegar, acostumado a não pagar tributos, agora vai ter que pagar.

Esse sistema é justo para todos e não é regressivo. Agora, quem consome e tem condições de pagar vai pagar, mas o pobre, não. O pobre, quando consumir energia, vai receber de volta na conta de energia aquele tributo que ele pagou, tanto a CBS quanto o IBS. O tributo sobre o consumo da água ele não vai pagar, porque vai receber de volta, assim como vai receber de volta o tributo sobre o gás de cozinha. Pode receber também até 20% da CBS sobre outros produtos. Fica ilimitado para os Governadores e Prefeitos devolver o *cashback* do IBS, como puderem e assim desejarem.

Portanto, Sr. Presidente, eu vejo que esse sistema, que teve o apoio de quatrocentos e tantos Deputados, está sendo regulamentado agora. Eu sei que alguns querem utilizar este momento para fazer média, dizer que estamos tirando a carne da cesta básica. Eu quero perguntar: quando a carne fez parte da cesta básica? A carne nunca fez parte da cesta básica. Isso é mentira. Isso é engodo. Isso é uma enganação. Nunca a carne fez parte da cesta básica. Mas não é razoável o pobre e a classe média pagarem pelo consumo do



filé *mignon*. A classe média vai pagar tributo sobre o filé *mignon* que o rico vai comer? Vai ter que haver alteração, porque incluir carne de gado ou qualquer outra proteína aumenta em quase um ponto a alíquota.

Nós temos que ter responsabilidade. Nós temos que pensar nas pessoas mais pobres, na classe média, que está sendo beneficiada, sem dúvida alguma. Eu faço parte da classe média e sei que nós estamos sendo beneficiados. Os pobres do nosso País estão sendo beneficiados. Mas os ricos, esses estão gritando, esses estão reclamando. Os ricos têm nesta Casa representantes eleitos, com o dinheiro deles e o voto dos pobres, e esses Deputados estão aqui chiando, estão reclamando. Os ricos estão ligando de São Paulo e de outros Estados dizendo: "*Fale da carne, fale da proteína, fale que vai aumentar o tributo*". É tudo mentira. Na verdade, vai é diminuir a carga tributária. Eu quero ver quem é que consegue provar que vai aumentar o tributo em nosso País. Muito pelo contrário, vai é diminuir, e bastante.

Portanto, estou aqui para pedir sinceramente, de forma bastante carinhosa, o apoio dos Deputados da Direita, dos Deputados da Extrema Direita, dos Deputados do Centro que ainda estão um pouco em dúvida. Podem ter certeza de que, ao apertarem o dedo no "sim", estarão votando a favor do desenvolvimento do Brasil.

O impacto disso na política não é muito grande. Não pensem que o Presidente Lula vai crescer apenas por causa da aprovação dessa proposta de lei complementar. Ele pode crescer por causa do trabalho dele, mas, com isto aqui, quem vai crescer é o povo brasileiro. Então vamos deixar a política de lado e pensar na vida do povo brasileiro.

Por isso, eu peço o apoio de todos os senhores e senhoras para que nós aprovemos, no dia de hoje, o substitutivo ao PLP 68.

Muito obrigado.

Documento 66/115

139.2024
Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD
Patrus Ananias-PT -MG
ORDEM DO DIA

10/07/2024-18:04
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a importância e os desafios da questão tributária na vida pública. Destacou sua experiência como Prefeito de Belo Horizonte (MG), onde estabeleceu padrões tributários justos baseados na capacidade de pagamento. Além disso, enfatizou que, embora pagar impostos não seja popular, é essencial para uma sociedade justa que deseja oferecer educação, saúde, segurança, moradia digna, preservação ambiental, saneamento básico e



emprego decente. Elogiou a reforma tributária em discussão na Casa como um avanço histórico, promovendo tributação mais justa e proteção aos mais pobres. Ademais, defendeu a necessidade de avançar na tributação de grandes fortunas, grandes lucros e propriedades improdutivas, considerando isso um processo contínuo rumo a um sistema tributário mais justo.

O SR. PATRUS ANANIAS (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Lucio Mosquini, colegas Parlamentares, nós sabemos que um dos temas mais desafiadores na vida pública é a questão tributária.

Quando Prefeito de Belo Horizonte, nós estabelecemos padrões tributários dentro da legalidade municipal razoáveis e de acordo com o seguinte princípio: quem pode mais, paga mais; quem pode menos, paga menos; quem não pode, não paga, recebe, para que seus filhos, netos, descendentes possam contribuir no futuro.

É bem verdade que ninguém gosta de pagar imposto, mas nós queremos uma sociedade justa. Se nós queremos educação pública de qualidade, desde a educação infantil à universitária; se nós queremos saúde pública de qualidade, consolidando e ampliando experiências exitosas como o SUS; se nós queremos uma segurança pública cidadã que efetivamente garanta a vida e a segurança das pessoas, das famílias, das comunidades; se nós queremos que as pessoas tenham moradia digna; se nós queremos preservar o meio ambiente, se queremos saneamento básico, proporcionar trabalho decente às trabalhadoras e aos trabalhadores; se nós queremos um Estado Democrático de Direito; se nós queremos assegurar os direitos fundamentais; precisamos de tributo, precisamos de recursos para promover a vida, o bem comum e a justiça social. E eu penso que a reforma que vem hoje a esta Casa é um notável avanço histórico.

Uma das exigências do Estado Democrático de Direito é a conversa e a construção compartilhada entre Parlamentares que muitas vezes têm visões diferenciadas, e esse consenso muitas vezes não agrada a gregos e troianos, mas é o possível na escalada para novas conquistas e novos avanços civilizatórios.

É importante, defendo, que avancemos mais em impostos sobre as grandes fortunas, sobre os grandes lucros e dividendos, sobre as grandes propriedades rurais e urbanas improdutivas, mas isso é um processo, é uma caminhada.

Por isso, hoje estamos aqui celebrando este momento. Estamos dando passos importantes para garantirmos no Brasil tributos mais justos e proteção aos mais pobres. Estamos garantindo que os pobres também tenham acesso a direitos básicos. Este é o grande desafio da democracia: que os ricos paguem mais impostos, para que os pobres possam viver com mais dignidade.

Presidente, agradeço a generosidade de V.Exa. Dei o meu recado. Receba meu

abraço muito fraterno.

Documento 67/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-18:08

Sargento Gonçalves-PL -RN

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado reiterou seu posicionamento contra a proposta de reforma tributária em discussão. Enfatizou que o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores mais vulneráveis, não podem mais ser sobrecarregados com aumentos de impostos. Criticou o Governo Lula, acusando-o de impor uma carga tributária draconiana, contrária aos interesses populares. Além disso, alertou para as consequências devastadoras dessa medida para diversos setores econômicos, incluindo hotelaria, medicamentos e transporte de aplicativos. Manifestou, ainda, indignação com uma possível taxação sobre armas, justificada sob o pretexto de proteger as mulheres, sugerindo que o verdadeiro caminho para a segurança é o direito à legítima defesa. Conclamou à rejeição imediata da proposta, questionando a urgência de sua aprovação e defendendo um debate mais amplo e transparente no Congresso.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo novamente a esta tribuna, já que estou tendo a oportunidade, para dizer que não iremos nos calar. Foi para isso que o povo brasileiro nos trouxe aqui, sobretudo aquele mais necessitado, aquele pai de família, mãe de família, que acorda às 4 da manhã, pega o transporte público para ir trabalhar, para, ao chegar o final do mês, ver um terço do seu salário voltar para manter este Estado gordo, manter os privilégios do desgoverno Lula.

Não querem reduzir os privilégios, e a conta tem que ir para o povo. Aí vem esta reforma, esta reforma *fake*, que chamam de reforma tributária, nobre Ministro Osmar Terra, que nada mais é do que o aumento de impostos.

Mais uma vez, repito, é o Governo Lula, como um vampiro com sede de sangue, com sede de suor do povo, pelo imposto tirado do lombo do trabalhador brasileiro.

Não podemos nos calar. O povo brasileiro está acompanhando, as redes sociais estão atentas e vão observar as digitais que estarão neste estupro tributário, como bem disse a nobre Deputada Julia Zanatta, porque reforma tributária não é.



A Direita sempre defendeu, sim, uma reforma tributária justa, o IVA, como vários países desenvolvidos do mundo utilizam. Porém, como bem disse o nobre Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, isto na verdade é um Frankenstein, uma jabuticaba; só não é IVA.

Está muito claro que a intenção do Governo Lula é taxar mais o povo brasileiro. E, você que nos ouve, cidadão, não é só a cervejinha do final de semana, não é só a carne, a picanha — disso aí nós já estamos sabendo —, mas praticamente todos os setores estão sendo prejudicados. Prova é que não param de chegar ligações no nosso gabinete do povo desesperado: do setor hoteleiro; do setor do sal lá no Rio Grande do Norte; do setor de medicamentos; do setor de lentes de óculos, que, pasmem os senhores, terá taxação de 60%; e de tantos outros setores. Nossos companheiros e amigos motoristas autônomos de aplicativos passarão a ser taxados, e muitos outros absurdos vêm nesta reforma tributária.

Não bastasse isso, aparece o PT querendo apresentar emenda para também colocar Imposto Seletivo sobre as armas. Vejam só a justificativa: devido à violência contra as mulheres. Se querem preservar as mulheres, vamos conceder a elas o direito à legítima defesa, o direito de terem o porte de arma de fogo, de exercerem a legítima defesa, e não taxar a compra de armas no Brasil, prejudicando ainda mais um setor que gera tanto emprego, tanto recurso para o nosso País, como o setor armamentista.

Então, precisamos, até o último momento, defender o "não" a esta reforma do aumento de impostos para o povo brasileiro, dizendo que é preciso discutir mais esta matéria nesta Casa Legislativa.

Por que a pressa? Por que essa união de esforços para aprovar esta matéria? Por que não deixar para o segundo semestre, para discutirmos com mais tranquilidade. Se há esse desespero todo, essa pressa toda, alguma coisa existe por trás. É necessário que tenhamos bom senso, que possamos ter mais tempo para discutir e ouvir mais a sociedade brasileira.

Documento 68/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Claudio Cajado-PP -BA

10/07/2024-18:12

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado enfatizou a importância histórica da votação iminente da reforma tributária, destacando os avanços significativos que o novo modelo trará para o Brasil. O Parlamentar, que integrou o Grupo de Trabalho sob a liderança do Deputado Doutor Luizinho, elogiou o esforço coletivo para aprimorar o texto original do Governo. Entre as conquistas, mencionou a introdução de



mecanismos como cashback e split payment inteligente, destinados a beneficiar consumidores e comerciantes. Enfatizou, também, medidas de justiça social, como isenção de impostos para itens essenciais e descontos significativos em medicamentos. Além disso, ressaltou a criação de um gatilho para evitar aumento da carga tributária acima de 26,5% no futuro. Por fim, conclamou seus colegas a apoiar o projeto como um marco na modernização do sistema tributário brasileiro, visando reduzir a burocracia, combater a sonegação e aumentar a transparência para beneficiar tanto os contribuintes quanto os entes federados.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a um momento importante em que, dentro de poucos instantes, nós iremos iniciar a votação da reforma tributária.

O novo modelo de tributação no País sem dúvida alguma trará enormes avanços, e não apenas para os envolvidos diretamente, que são os contribuintes, seja pessoa física, seja pessoa jurídica; acima de tudo, nós vamos trazer um modelo que está sendo replicado em vários lugares do mundo, em economias modernas, e deixar esse anacrônico sistema tributário nacional para trás.

Eu tenho muito orgulho de dizer que, através da Liderança do Deputado Doutor Luizinho, do Partido Progressistas, fui designado, por determinação do Presidente Arthur Lira, para integrar o Grupo de Trabalho. Aqui no plenário, estão dois grandes participantes, o Deputado Luiz Gastão e o Deputado Hildo Rocha, ao lado do Deputado Augusto Coutinho, ao lado do Deputado Reginaldo Lopes, que foi, por nós todos, escolhido premiadamente Relator-Geral, e ao lado do Deputado Moses Rodrigues. Nós tivemos um trabalho enorme para melhorar o texto do Governo. O que nós fizemos, e vamos apresentar ainda com alguns ajustes, foi um trabalho extenuante para fazer justiça social, para acabar com um sistema tributário que não cuidava bem do contribuinte, porque quem paga seus impostos quer saber quanto está pagando e para onde esses recursos estão indo. Aqui, na Câmara dos Deputados, nós estamos deliberando sobre a forma que iremos pagar os impostos, todos nós, contribuintes brasileiros. Mas, acima de tudo, também, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e através do Orçamento da União, a forma como esses recursos que serão arrecadados irão ser disponibilizados para o povo brasileiro e para os entes federados.

Eu queria dizer que grandes avanços foram promovidos pela nossa relatoria. Nós criamos aqui o *cashback*, nós fizemos o *split payment* inteligente, que vai fazer a compensação imediata quando o Governo pensava em 3 dias. Imaginem trilhões de reais disponibilizados nas instituições bancárias por 3 dias?! Quanto isso iria favorecer? Nós colocamos esses recursos diretamente nas mãos do contribuinte e, ao mesmo tempo, daquele que efetua o negócio, que são os comerciantes, as lojas, enfim, todos aqueles envolvidos diretamente no setor



comercial.

Nós melhoramos muito ao fazer com que a pessoa mais humilde tenha, além da alimentação incluída na cesta básica com alíquota zero, a possibilidade de adquirir também o fornecimento de energia, de gás, de esgoto, de água com 100% de isenção para todos aqueles que estão no CadÚnico. São mais de 40 milhões de pessoas, quatro pessoas por família com uma remuneração familiar até 2.800 reais. Nós colocamos na lista remédios que têm hoje tarifa zero, os tarjados, com tarja preta, ou não; ou seja, a partir de agora, os que estão com zero de alíquota vão permanecer assim. E todos os medicamentos terão 60% de desconto na alíquota. Melhoramos muito a forma do sistema de cooperativas, as cooperativas médicas, as cooperativas agrícolas ou as cooperativas de instituições bancárias, os chamados SICOOB e SICREDI.

Nós tivemos um trabalho enorme para ajudar na área das Santas Casas, das filantrópicas. Isso nós fizemos, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com extenuante trabalho. E agora o Plenário irá, sem dúvida alguma, através das Sras. e dos Srs. Parlamentares, ratificar todo esse conjunto de trabalho.

Nós tivemos as maiores audiências públicas da história deste Parlamento. Tivemos mais de 1.200 entidades sendo atendidas por todos os sete membros dessas relatorias que, em conjunto, nós estamos apresentando aqui no PLP 68. Nós fizemos mesas de diálogo. Foram mais de 250 horas de atendimento para democratizar, para ouvir as críticas, as sugestões, as opiniões, os contraditórios e fazermos um texto que ouça toda a sociedade brasileira — o setor produtivo, o setor dos trabalhadores, os sindicatos, o Conselhão, as entidades das federações, confederações do comércio, da indústria e, principalmente, da agricultura.

Por isso mesmo, não tenham dúvida de que esse sistema que será votado no dia de hoje, da nova tributação, do novo regime tributário brasileiro, será muito melhor do que o atual. Hoje, eu desafio qualquer Parlamentar a me dizer quanto se paga de imposto neste celular. Ninguém sabe.

E, hoje, quando se tem a cadeia produtiva vendendo insumos e bens, esses produtos e insumos são tributados e repassados adiante. Isso é o que se chama de cumulatividade. Hoje, nós não sabemos quanto custa o imposto de um celular, porque ele é embutido no preço e repassado adiante. A partir da votação da reforma tributária, nós teremos o preço do produto e o imposto ao lado. E, quando for exportado, não estaremos mais exportando tributo. O Brasil é o único país que age dessa forma. Nós demoramos muitos anos para podermos acordar e fazer com que a PEC que hoje estamos regulamentando possa de fato fazer com que esse novo mecanismo tributário do País elimine a burocracia, elimine a falta de conhecimento do contribuinte, do consumidor sobre quanto paga de imposto.

Por isso mesmo, eu clamo a todos. Este é um momento de complexidade, porque, de fato, são 511 artigos, mais de 350 páginas, e nem todo mundo tem conhecimento da área tributária. Mas podem confiar em cada um dos



representantes dos partidos. Eu falo em nome do PP. O Deputado Luiz Gastão fala em nome do PSD. O Deputado Hildo Rocha fala em nome do MDB. O Deputado Reginaldo Lopes fala em nome do PT. O Deputado Augusto Coutinho fala pelo Republicanos. O Deputado Moses Rodrigues fala pelo União Brasil.

Tenham certeza de que nós não seríamos irresponsáveis, representando não apenas os nossos mandatos, mas os partidos que confiaram em nós, a ponto de fazermos algo que fosse prejudicial à sociedade brasileira, ao setor produtivo, principalmente à indústria, ao comércio, aos serviços e, acima de tudo, ao setor agropecuário.

É óbvio, cada um sempre tenta puxar para o seu lado. Isso é normal, é legítimo. Não poderíamos ter atendido a tudo. Mas eu tenho certeza de que avançamos no limite das possibilidades.

E eu quero dizer aqui algo para finalizar. Nós temos dois dogmas: primeiro, manter a neutralidade tributária, não fazer com que os setores que pagam hoje tenham elevação da carga tributária. E chega aqui o Deputado Joaquim Passarinho, pelo PL, que, tenho certeza, vai ajudar também com os votos, para poder melhorar ainda mais essa assertividade que nós tivemos. O Deputado Joaquim Passarinho foi o Relator. S.Exa. vem do setor do empreendedorismo, preside uma frente parlamentar, e, sem dúvida alguma, deu também grandes contribuições. Por isso mesmo, manteve-se a neutralidade de não haver elevação da carga tributária nos atuais setores produtivos da sociedade brasileira. E o segundo grande dogma é não elevar a carga tributária acima de 26,5%. Essa é a carga total. Nós avançamos numa coisa importante: criamos um gatilho para que essa carga tributária não fosse elevada a partir do ano 2033. Isso porque as boas intenções nós gostamos, aceitamos e respeitamos. Mas, quando se fala de Governo, de ente federado municipal, estadual ou do próprio federal, sabemos que a sanha arrecadatória fala mais alto, quando os momentos de dificuldade chegam.

Por isso, este projeto inova ao fazer com que haja um gatilho para essa carga jamais ultrapassar 26,5% como alíquota geral. Mas nós acreditamos que, com a implementação desse novo modelo, a tendência é que essa carga diminua. Quando muitos pagam, é óbvio que a tendência é a alíquota diminuir, porque a arrecadação será maior.

Hoje, com o atual sistema, existe muita fraude, muita inadimplência e muita sonegação. A partir do novo sistema implementado e numa engrenagem muito mais contemporânea, moderna, principalmente na forma de se efetuar o pagamento e o recolhimento do imposto, por meio de meios eletrônicos como, por exemplo, cartão de crédito, Pix, transferências bancárias e boleto, ao mesmo tempo em que efetuarmos o pagamento e recebermos a nota fiscal, será feita imediatamente a cobrança do imposto.

A partir de agora, a cadeia produtiva poderá se creditar. Se uma indústria — repito aqui o exemplo do celular — fabrica um celular, ela vai comprar o vidro,



vai comprar o *chip*, vai comprar o plástico e, quando vender para a loja, vai se creditar do pagamento da loja do imposto que está pagando, dos insumos que pagou. Por sua vez, quando a loja comprar o celular da indústria e vender ao consumidor final, quando o consumidor final pagar o imposto, a loja vai se creditar do imposto que pagou na indústria. Ou seja, é um movimento, é um mecanismo eficiente, que dará resolutividade e efetividade tanto aos entes federados, que vão receber os seus impostos, como ao contribuinte, que pagará de uma forma mais justa os seus impostos.

Por isso, eu queria apelar a todos aqui presentes para que possamos demonstrar amor à Pátria, civismo, para podermos, todos unidos, numa votação expressiva, apresentar esse novo modelo de tributação. O modelo que está aí hoje é o pior — é o décimo pior modelo tributário do mundo. Eu não estou falando da América Latina ou da América do Sul, mas sim do mundo. Nós vamos aprovar este projeto, que não é de nenhum Governo, não é um projeto com o qual se possa fazer política de Oposição ou de Governo. Este projeto de reforma tributária é do Estado brasileiro, é do povo brasileiro. Nós vamos passar de um sistema absolutamente anacrônico para um sistema moderno.

Eu confio nesse projeto e o assino. Tenho certeza de que, após o Senado aperfeiçoar e melhorar o projeto, no retorno, daqui a alguns meses, quando o recebermos de volta, depois de o Senado tê-lo discutido e aprovado, nós haveremos de, no conjunto da sociedade, estabelecer o mérito que tivemos nesta noite.

Muito obrigado a todos.

Vamos à votação em breve!

Documento 69/115

139.2024
Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD
Orlando Silva-PCdoB -SP

ORDEM DO DIA

10/07/2024-18:24
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do debate sobre a reforma tributária na Câmara dos Deputados, reagindo às críticas infundadas de um Parlamentar bolsonarista. Enfatizou a necessidade de um texto final que promova justiça tributária, redistribuindo a carga de acordo com a capacidade econômica de cada indivíduo. Defendeu a isenção de impostos sobre a cesta básica, argumentando que a tributação desses itens essenciais prejudica severamente os mais vulneráveis. Expressou, também, preocupação com o impacto da reforma sobre fundos de pensão e defendeu medidas que incentivem a alimentação saudável em detrimento de defensivos agrícolas. Criticou a proposta de isentar armas enquanto se tributa livros, argumentando que



priorizar a educação e reduzir a violência deveria ser a direção da política tributária.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o atual tribuno repõe o debate nos termos adequados. Apareceu aqui um bolsonarista falando um monte de impropérios e desqualificando a discussão, que é muito importante para o Brasil.

Nesta tarde, discutiremos a reforma tributária. A minha expectativa é de que o texto final, Presidente, ofereça à Câmara dos Deputados medidas para que nós possamos fazer justiça tributária, para que nós possamos romper com a lógica regressiva do sistema tributário brasileiro. Quem ganha mais pague mais, quem ganha menos pague menos, Presidente.

A nossa expectativa é a de que tenhamos um texto que impeça a tributação da produção. O Brasil não suporta ver a geração de empregos e a produção sendo tributadas, porque isso trava o desenvolvimento nacional.

A minha expectativa, Presidente, é que os fundos de pensão fechados, os fundos de pensão das empresas estatais, inclusive fundos de pensão aqui da Casa, não sejam prejudicados. Os trabalhadores entraram numa regra, e essa regra precisa ser respeitada.

A minha expectativa é que defensivo agrícola e que agrotóxico não sejam privilegiados, mas, sim, que sejam privilegiadas medidas que estimulem a alimentação saudável do nosso povo.

A minha expectativa é que aprovemos hoje, aqui, a isenção da cesta básica, para que o povo brasileiro possa comer melhor e ter alimento mais barato, porque uma carga tributária pesada atrapalha a vida do povo, que tem tão poucos recursos, e a tributação da cesta básica, inclusive da carne, atrapalha o nosso povo. Nesse sentido, é importante a isenção de impostos para aquilo que está compondo a cesta básica do nosso País.

A minha expectativa é que nós tributemos armas. Como explicar ao povo brasileiro que vamos isentar arma e tributar livro? Livro precisa de isenção; armas, não. Armas produzem violência. E nós temos que ter medidas para produzir uma sociedade livre de armas e cheia de livros.

É por isso, Presidente, que eu pedi para falar, porque não é possível que nós façamos um debate falso! E é importante apontarmos os aspectos positivos da reforma tributária que, sobretudo, penalizem menos o povo trabalhador, estimulem o desenvolvimento econômico e produzam uma sociedade mais justa. É esse o sentido que deve ter a reforma tributária.

Peço, Presidente, que seja divulgado o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.



Documento 70/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-18:28

Pedro Tourinho-PT -SP

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou a importância histórica da votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, destacando-a como uma transformação crucial para o Brasil. Enfatizou que o sistema tributário brasileiro historicamente exacerbou as desigualdades sociais, sendo um tema tabu por envolver retirada de benefícios e enfrentamento de injustiças. Elogiou a coragem do Presidente Lula, do Ministro Fernando Haddad e dos colegas Deputados em promover uma reforma que simplifica, organiza e introduz dispositivos, como o cashback, garantindo maior progressividade na tributação. Celebrhou, também, a isenção da tributação sobre a cesta básica como uma conquista significativa que reduzirá os custos dos alimentos e melhorará a segurança alimentar da população. Concluiu parabenizando os envolvidos por contribuírem para uma mudança positiva na história do Brasil.

O SR. PEDRO TOURINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, público aqui presente, público que nos assiste pela TV Câmara, é um momento histórico para todo o Brasil esta data em que se vota esta importante transformação no sistema tributário brasileiro: a reforma tributária.

O sistema tributário brasileiro sempre foi um instrumento de aprofundamento das nossas desigualdades, das nossas injustiças sociais, e sempre foi um tema proibido, proibido porque mexer com o sistema tributário necessariamente implica tirar benefícios, enfrentar injustiças históricas deste País.

E o Presidente Lula, o Ministro Fernando Haddad e também esta Casa, hoje, eu tenho certeza, tiveram a coragem — e nós vamos ter a coragem — de aprovar uma reforma tributária que é uma conquista histórica, que simplifica, que organiza, que estabelece dispositivos como o cashback, e que vai garantir progressividade na tributação. A pesada carga que os mais pobres neste País sempre tiveram que carregar na manutenção do sistema tributário brasileiro vai ser menor. Este sempre foi o nosso objetivo, o alvo de quem luta por justiça social neste País: promover a progressividade no sistema tributário.

A cesta básica isenta da tributação, outra conquista importante, vai baratear o preço dos alimentos, vai garantir mais segurança alimentar e nutricional para o nosso povo.

São medidas que, pouco a pouco, vão se somando e vão mostrando que o



Presidente Lula, quando disse, como sempre diz, que olha pelos mais pobres deste País, que quer neste País mais oportunidade para todos e para todas e mais igualdade, nunca deixou, nunca deixou de cumprir o que anunciou.

O Presidente Lula vem reconstruindo o Brasil depois de um período duro, um período difícil, e não surpreende que a oposição a esse projeto venha justamente do outro lado, venha justamente de quem governou este País e não teve coragem e vontade de fazer essa reforma tão importante para o povo brasileiro.

Então, quero aqui parabenizar o Presidente Lula, o Ministro Fernando Haddad, os Deputados e Deputadas desta Casa, que hoje vão mudar para melhor a história do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 71/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-18:32
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada comemorou o fato de que uma emenda de sua autoria, em conjunto com o Deputado Tadeu Veneri, foi aceita no novo substitutivo da reforma tributária, garantindo a isenção da tributação para os fundos de pensão fechados da previdência complementar. Destacou que há uma luta intensa para corrigir uma injustiça tributária que afeta esses fundos, os quais são constituídos por contribuições dos participantes sem finalidade lucrativa, operando de maneira mutualista. Agradeceu ao Líder do Governo, Deputado José Guimarães, e ao Relator, Deputado Reginaldo Lopes, por apoiarem essa causa e por contribuírem para incluir essa medida no substitutivo. Ressaltou que essa decisão representa uma grande vitória para os participantes, aposentados e pensionistas.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Há alguns dias nós estamos numa luta muito intensa, tanto as representações dos trabalhadores e trabalhadoras — que têm direito, porque contribuem com os fundos de pensão, que são fundos de pensão fechados — quanto nós, os representantes dos fundos de pensão. Estamos lutando para que se corrija uma injustiça, na medida em que não se pode tributar um fundo sem finalidades lucrativas, um fundo que é condonial, ou seja, um fundo que parte da contribuição de todos os participantes, como se fosse um fundo aberto



que está buscando lucro.

São 10 milhões de pessoas que estão sendo guardadas ou amparadas pelos fundos de pensão. E nós soubemos que será aceita a emenda, que é de minha autoria e de autoria do Deputado Tadeu Veneri, para que tenhamos a isenção da tributação dos fundos de pensão fechados da previdência complementar, que trabalha no sistema mutualista e que, portanto, é um direito dos trabalhadores e trabalhadoras.

Eu queria aqui compartilhar essa grande vitória que está constando no novo substitutivo, para que nós possamos aqui agradecer ao nosso Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, que recebeu os representantes dos fundos de pensão fechados e se sensibilizou com o pleito, bem como ao nosso Relator, o Deputado Reginaldo Lopes, que também trabalhou na mesma perspectiva, e ao conjunto dos Parlamentares que construíram esse substitutivo.

Hoje os participantes, os aposentados, os pensionistas irão para casa com uma grande vitória, a vitória da justiça.

Zero de tributação para os fundos de pensão fechados!

Documento 72/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-18:36
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu Parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS, o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e todas.

Quero dar o parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços — IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços — CBS e o Imposto Seletivo — IS e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo.



Relator: Deputado Reginaldo Lopes.

Vou ao voto do Relator:

"Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 803 emendas de Plenário.

Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários, decidimos aprimorar o texto em diversos aspectos, corrigindo referências, ajustando o crédito do produtor rural, o creditamento de livros e rádios e televisões abertas, os regimes específicos de cooperativas e de transporte aéreo regional, o regime da Zona Franca de Manaus, a transição do regime imobiliário" — eu sei que há mais emendas para ajustar aqui no substitutivo e no parecer das emendas — (...), "o Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, o fórum de harmonização" federativo do IVA, "bem como ampliando a cesta básica e os benefícios a alimentos, insumos agropecuários, floriculturas, entre diversas outras matérias de mérito que foram objeto de acordo.

Diversos outros pleitos, apesar de meritórios, não alcançaram, infelizmente, o consenso para aprovação, neste momento.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial, somos pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação, ainda que parcial, das Emendas nºs 24, 37, 66, 82, 100, 112, 115, 117, 130, 135, 136, 138, 143, 167, 168, 170, 175, 195, 205, 215, 250, 303, 308, 309, 310, 312, 317, 359, 390, 394, 415, 437, 440, 463, 556, 572, 586, 600, 618, 621, 683, 733, 777, 778, 780, com a Subemenda Substitutiva em anexo, e pela rejeição das demais emendas de Plenário com apoio regimental."

Eu quero dizer que nós aqui também acolhemos a não tributação das previdências fechadas de 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Nós também acolhemos a não tributação dos planos de saúde de autogestão, porque são entidades filantrópicas também da ampla maioria dos servidores públicos. Em relação às outras emendas que foram apresentadas, nós parcialmente atendemos às que foram citadas aqui.

Portanto, eu quero, do fundo do coração, agradecer a todos os que apresentaram esse conjunto de emendas, que enriqueceram muito o debate da nossa reforma tributária.

Obrigado.



Sumário

O Deputado questionou o Relator do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, acerca da aceitação da Emenda nº 675, que trata do setor de eventos.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de perguntar ao Relator se foi acatada parcialmente a Emenda nº 675, do acordo feito com os Líderes, com o Líder Brito, o pedido da Deputada Renata Abreu, com relação ao setor de eventos. Eu quero só saber se foi aceita parcialmente a Emenda nº 675, porque eu não a ouvi na leitura.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Não é necessário o acatamento da emenda, porque o regime específico foi definido pela Constituição Federal através da Emenda nº 132. O setor de eventos, nós o tratamos num modelo específico. Então, esta foi atendida.

A alíquota do setor, que compreende vários setores — hotelaria, restaurantes —, nós vamos tratar no regime das leis ordinárias. E o Comitê Gestor do IBS vai definir, a partir da média que eles pagam de tributação hoje, essas alíquotas por Estado, ou pode haver um acordo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para definir uma alíquota uniforme. Então, vai depender da decisão do Comitê Gestor.

Documento 74/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-19:08

Gervásio Maia-PSB -PB

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância histórica da aprovação do novo modelo tributário pela Casa. Ressaltou que a inclusão de itens da cesta básica com alíquota zero beneficiará a população mais necessitada, garantindo uma mesa mais farta. Também mencionou que a desburocratização da economia permitirá que as empresas avancem mais rapidamente, trazendo maior eficiência ao sistema tributário. Expressou confiança na continuidade do tema e agradeceu ao Presidente e ao grupo de trabalho pela dedicação à pauta, ressaltando a importância desse momento aguardado há mais de três décadas.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento histórico. A Casa vai aprovar o novo



modelo tributário, colocando itens importantes com alíquota zero na cesta básica, para que as pessoas que menos têm possam ter uma mesa farta. Essa é uma decisão importante do Parlamento. Além disso, vamos desburocratizar a economia e fazer com que as empresas do País possam avançar com maior velocidade, tendo, no novo modelo tributário, uma fórmula mais eficaz.

Então, ganha o Brasil, ganha o povo brasileiro.

Tenho certeza de que o assunto vai seguir adiante, porque esse é o sentimento da Casa, na atual legislatura.

Agradeço a V.Exa. a dedicação à pauta e a todo o GT, que tanto contribuiu para que pudéssemos celebrar este momento importante, esperado há mais de 3 décadas, Sr. Presidente.

Documento 75/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-19:16
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou o momento histórico na Câmara dos Deputados, com a regulamentação de uma reforma tributária completa após três meses de intensas audiências e colaborações com diversos entes federados. Ele destacou que os Projetos de Lei Complementar nº 68 e 108, de 2024, modernizam o sistema tributário brasileiro, introduzindo o IVA Dual e a redistribuição de tributos de forma democrática. Sublinhou a redução da carga tributária de 34,4% para 26,5%, o fim da guerra fiscal entre Estados e a proteção das famílias de baixa renda com a criação do cashback. Enfatizou que a cesta básica terá isenção permanente de impostos para as pessoas inscritas no CADÚNICO, beneficiando os mais vulneráveis. Ao concluir, reconheceu a liderança do Presidente Arthur Lira, do Ministro Fernando Haddad e dos demais líderes no processo da reforma tributária. Elogiou o Relator do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, Deputado Reginaldo Lopes, pelo diálogo inclusivo que manteve, resultando em uma construção coletiva eficiente e produtiva.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este momento é histórico para a Câmara dos Deputados. Foram 3 meses de intenso trabalho dos dois GTs que foram formados e que souberam ouvir o País. Realizaram centenas de audiências públicas. Ouviram mais de mil exposições. Ouviram os Governadores, os entes federados, para que nós chegássemos a este momento,



no Plenário Ulysses Guimarães, e apresentássemos ao País uma reforma completa do atual sistema tributário brasileiro, anárquico, falido, desorganizado, que traz prejuízos enormes para a economia brasileira e para a economia popular.

Os dois PLPs, o PLP 68 e o PLP 108, especialmente o PLP 68, que é objeto da discussão e deliberação neste plenário agora, fazem justiça a muitos Parlamentares que nem aqui estão mais. Eu estou vendo sentado no plenário o ex-Governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, ex-Deputado nesta Casa e que tanto lutou pela reforma tributária. Nós estamos chegando ao momento de homenagear todos aqueles que, nesses 40 anos, trabalharam incansavelmente para que o Brasil modernizasse o seu sistema tributário.

O que nós vamos aprovar aqui é um sistema moderno, um sistema equânime que vai fazer com que cumpramos aquilo que cumprem os países desenvolvidos da OCDE que têm sistemas tributários modernos, eficientes e transparentes.

O sistema que nós estamos aprovando aqui tem uma novidade extraordinária, o sistema do IVA Dual, com dois tributos, a CBS e o IBS, para dividir os recursos de forma democrática e responsável com todos os entes federados. Esse é o primeiro grande ganho desta reforma tributária.

O PLP 68 é a lei geral da CBS e do Imposto Seletivo, e o PLP 108 trata dos aspectos da gestão e da distribuição desses tributos.

Segundo aspecto importante: alguém subiu a esta tribuna para dizer que a proposta é do nosso Governo e desta Casa. Esta não é uma proposta do partido A ou do partido B. Esta é a síntese de tudo aquilo que foi construído em todos esses meses por parte do Governo, representados que fomos pelo Ministro Fernando Haddad, que negociou tanto com o Colégio de Líderes como com o Presidente Arthur Lira, e também do esforço que esta Casa fez quando votou a Emenda Constitucional 132.

Diferentemente do discurso fácil e demagógico que é visto nesta tribuna, esta reforma vai reduzir a carga tributária. Ela vai reduzir a carga tributária de 34,4% para, em média, 26,5%, Sras. e Srs. Parlamentares. Portanto, esta é uma reforma tributária justa também porque reduz a carga tributária, posto que o País tem uma das maiores cargas tributárias do mundo.

Um dos princípios que norteiam a regulamentação da reforma tributária, no PLP 68, é uma mudança na distribuição do ICMS, com o princípio da cobrança no destino, e não mais na origem, o que vai ajudar sobretudo os Estados do Nordeste e vai acabar com essa maldita guerra fiscal que muitos Estados fizeram até para atrair os investimentos privados. Acaba a guerra fiscal, porque se altera a forma de cobrança dos ICMS, que agora sai da origem para o destino.

A não cumulatividade também é importante, porque vai impedir que os



tributos, em todas as etapas da produção, sejam cumulativos.

O princípio da simplicidade é muito importante, porque facilita a liquidação financeira. Também são importantes o princípio da transparência, a redução das alíquotas, como eu já disse, e sobretudo o combate à sonegação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta reforma introduz um elemento fundamental, talvez o mais importante da reforma, com a criação do *cashback*. O que é isso? É um mecanismo que, como está disposto no relatório do Deputado Reginaldo Lopes, vai fazer com que haja devolução do tributo pago pelas famílias de baixa renda. Quem ganha até 600 reais vai receber a devolução do imposto pago sobre os produtos essenciais consumidos: água, energia, gás.

Então, alguém disse que esta reforma vai beneficiar os grandes, vai aumentar a carga tributária, vai cobrar impostos dos mais pobres? É mentira! O que esta reforma está fazendo é proteger os mais vulneráveis, aqueles que precisam de proteção do Estado.

Esta reforma cria um sistema tributário correto, eficiente. E é verdade que haverá aumento de arrecadação, porque quando se combate a sonegação, a arrecadação aumenta, mas ela não aumenta nas costas daqueles que não sonegam, daqueles que precisam da proteção do Estado.

Sr. Presidente, é muito importante dizer também que a cesta básica terá isenção de impostos permanentemente. Aqueles que estão inscritos no CADÚNICO, aqueles que dependem dos produtos da cesta básica para se alimentar, não pagarão mais imposto, muito pelo contrário, terão isenção de 100%.

Isso é importante, porque é um compromisso deste Parlamento e do nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, com aqueles mais vulneráveis, que precisam tanto da proteção do Estado brasileiro. Mesmo a cesta ampliada com outros produtos tem uma redução na tributação de 15,8% para 10,6%.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma reforma avançada. Depois de 40 anos dormitando neste Parlamento, a Casa está tendo coragem de votá-la, para entregar ao País um sistema moderno e eficiente, o que vai ajudar no nosso processo de desenvolvimento econômico e social.

Eu quero, Sr. Presidente, como Líder do Governo do Presidente Lula, dizer com alegria que toda a reconstrução que estamos fazendo no Brasil tem neste projeto um elemento fundante, por se tratar de uma reforma tributária justa, uma reforma que faz justiça tributária e que protege os entes federados. A bagunça tributária que existe no Brasil será extinta com a regulamentação da Emenda Constitucional 132. Isso nós devemos comemorar.

Eu quero reconhecer, neste momento, a liderança do Presidente Arthur Lira neste processo, a liderança do Ministro Fernando Haddad e a liderança dos nossos Líderes — ontem passamos o dia todo reunidos para chegarmos a esse



termo.

Quero elogiar o Relator deste PLP, o Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, pelo diálogo que soube manter com todo mundo. Não impôs vontade individual dele ou de ninguém, muito menos do PT. Houve uma construção coletiva. E este projeto, diferentemente do que alguns dizem aqui, é o resultado dessa construção coletiva eficiente e produtiva que nós tivemos nesses 3 meses de debates nesta Casa.

Quem ganha com esta reforma é o Brasil. Quem ganha com esta reforma é a democracia. Quem ganha com esta reforma são os mais pobres, aqueles que precisam de proteção do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma reforma que nós temos que comemorar muito...

(Desligamento do microfone.)

Documento 76/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-19:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Filipe Barros-PL -PR	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a reforma tributária, classificando-a como um dia de infâmia para o Brasil. Ele acusou o Governo Lula e o Ministro Haddad de aumentar impostos, prejudicando os mais pobres. Destacou que a reforma eleva a carga tributária sobre produtos populares como cerveja, picanha e refrigerante, contrariando promessas de campanha. Ele listou diversos aumentos de impostos promovidos pelo Governo e afirmou que a reforma beneficiará grandes empresas e monopólios, enquanto sobrecarrega a população mais vulnerável. Declarou que a Oposição rejeita a proposta, considerando-a irresponsável e prejudicial para os cidadãos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, este dia de hoje, sim, ficará marcado na história do nosso País, mas ficará marcado como o dia da infâmia, o dia em que o Congresso Nacional autorizou o Governo Lula e Haddad a aumentarem mais e mais impostos em prejuízo do povo mais pobre.

Lula dizia, Deputado Vermelho e Deputado Tião, que ia colocar o pobre no orçamento. E o que esta reforma está fazendo? Está tirando o orçamento do



pobre, está deixando o pobre mais pobre.

O Lula prometeu picanha e cerveja. Esta reforma vai criminalizar o churrasco de domingo, vai criminalizar o pobre, vai aumentar o imposto da cerveja, vai aumentar o imposto da picanha, vai aumentar o imposto do refrigerante, vai aumentar o imposto do combustível. Aliás, o Lula não cumpre nada do que prometeu.

O Governo só pensa em taxar, em aumentar imposto. O Lula prometeu que não ia taxar as blusinhas da Shopee. Taxou, sancionou a taxação! Lula prometeu picanha e cerveja. E o que ele está entregando ao povo mais pobre? O Lula agora está criando um novo pecado: o churrasquinho de domingo.

Lamentavelmente, o Lula e o Haddad estão fazendo tudo isso, toda essa sanha arrecadatória, com o aval do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Nós temos que deixar claro aqui a todos os Deputados e Deputadas que tomar refrigerante não é pecado, comer um churrasquinho no domingo não é pecado, tomar uma cerveja no final de semana com a família não é pecado. Pecado é roubar. Pecado é o que o Governo tem feito. Pecado é o que o Lula fez ao prometer colocar o pobre no orçamento e agora entregar o pobre ao bel-prazer do Haddad, que só quer aumentar imposto em prejuízo do cidadão mais pobre.

Lula está roubando a cervejinha do pobre. Lula está roubando o churrasco do pobre. É isso o que esta reforma tributária, Deputado Ivan, está fazendo. Esta é mais uma das inúmeras iniciativas deste Governo para aumentar imposto.

Sras. e Srs. Deputados, Deputado Sargento Fahur, eu pergunto: digam qualquer outra iniciativa do Governo, ao longo desse quase 1 ano e meio, além de taxar e aumentar imposto? Nenhuma, Deputado Sanderson! É só aumento de imposto.

Aliás, tenho aqui todos os aumentos de impostos que este Governo já promoveu desde o seu início: reversão de alíquotas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras de grandes empresas; incidência de PIS e COFINS sobre gasolina e etanol; imposto sobre exportação de petróleo; tributação de apostas esportivas; aumento de IPI sobre armas de fogo e munições; aumento do Imposto de Importação de painéis solares; veículos elétricos e híbridos importados voltaram a ser tributados; fim das isenções e subvenções; tributação de *offshores*; retomada de PIS e COFINS sobre o *diesel* e o *biodiesel*; alta do ICMS sobre combustível e gás de cozinha; IPVA para iate e jatinho; e a última, a alíquota-padrão do IVA, que deve ser uma das maiores do mundo — uma das maiores do mundo!

A sanha arrecadatória deste Governo não tem fim. Isso tudo porque as contas públicas estão arrombadas. O Haddad estuprou as contas públicas! Essa é a verdade.

Como eu voto contra, posso dizer que esta Casa aprovou o fim do teto de



gastos e o novo arcabouço, mas o arcabouço condiciona os novos gastos ao aumento de arrecadação. Esse foi o pior projeto que esta Câmara votou e foi o início de tudo que nós estamos vendo. Agora o Governo só sabe fazer o quê? Aumentar imposto, aumentar imposto, aumentar imposto.

Então, nada do que prometeu Lula está cumprindo. Prometeu não taxar as blusinhas da Shopee. Taxou. Prometeu colocar o pobre no Orçamento, agora está tirando o orçamento do pobre. Prometeu picanha e cerveja, agora está aumentando o imposto da picanha e da cerveja. É isso o que este Governo está fazendo. Quer aumentar a arrecadação à custa do cidadão mais pobre. Para quê? Para aumentar a máquina pública, para aumentar os gastos do Estado.

Nós já vimos esse caminho acontecer. Esse foi o caminho que a Dilma trilhou e que o PT tanto tenta esconder. Colocaram a Dilma lá na Rússia agora para escondê-la. Mas esse mesmo caminho que Haddad está trilhando é o caminho que Dilma trilhou. Nós já vimos o que aconteceu. E não há como obter resultado diferente, se as ações são as mesmas.

O resultado, Deputado Marcel van Hattem, será um só: diminuição do consumo, prejudicando o cidadão mais pobre, para aumentar os gastos públicos. As estatais já estão tendo um prejuízo monumental. Repito: tudo isso será à custa dos pobres.

Aliás, a filósofa do PT, a Sra. Marilena Chauí, disse: *"Eu odeio a classe média!"* É isto o que Haddad está fazendo agora, acabando com a classe média, acabando com o povo pobre, acabando com a classe média-baixa, favorecendo os monopólios, favorecendo as grandes empresas, favorecendo os amigos do rei, os campeões nacionais, aqueles que frequentam e frequentaram Brasília ao longo desses últimos tempos, que vão ao Palácio do Planalto e têm as portas abertas, que batem à porta do Palácio do Planalto para que eles próprios, as grandes empresas, os amigos do rei, tenham seus benefícios.

Esta reforma tributária vai ocasionar exatamente este resultado: o fortalecimento dos grandes monopólios, dos amigos do rei, dos amigos do Lula, das grandes empresas que bancaram a campanha do Lula e sempre foram seus apoiadores, em detrimento do cidadão mais pobre.

Lula está criminalizando o churrasquinho do domingo; está aumentando o imposto da cerveja; está aumentando o imposto da picanha, como aumentou, diga-se de passagem, o imposto das blusinhas da Shopee.

É por isso, Sr. Presidente, que somos contra esta sanha arrecadatória do pior Ministro da Fazenda que o nosso País já teve: o Haddad. Aliás, foi o pior Prefeito da cidade de São Paulo.

Nós da Oposição, com muita responsabilidade, somos contra este texto, que não é reforma tributária, é, sim, mais uma tentativa de aumentar imposto por parte deste Governo que não tem nenhuma responsabilidade fiscal.



Documento 77/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Ivan Valente-PSOL -SP

10/07/2024-19:36

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado refutou a alegação de que a reforma tributária aumentaria impostos, afirmando que o texto busca balancear e criar uma alíquota padrão. Ressaltou a necessidade da reforma, destacando avanços como o fim da cumulatividade, a eliminação da guerra fiscal e a transparência para o consumidor. Ele criticou os lobbies do agronegócio e da indústria, defendendo que a reforma beneficia os trabalhadores por meio do cashback na cesta básica. O PSOL apoiou a progressividade e justiça fiscal, apesar de desejar maior inclusão da renda.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa que eu quero dizer é que quem diz que não há reforma, que há aumento de imposto, está de má-fé, porque não é isso o que está no texto. Não existe aumento de imposto. Poderia até existir, mas não há, porque o texto é feito exatamente para balancear e ter uma alíquota padrão. Então, essa é uma grande mentira.

A segunda questão é que nós precisamos de uma reforma tributária. Ela foi votada na PEC 132/23 e ganhou coisas importantes, como o fim da cumulatividade, a eliminação das múltiplas legislações, a eliminação da tributação em cascata, o fim da guerra fiscal, a transparência para o consumidor. Tudo isso está na PEC.

Agora, quem tem força aí são os *lobbies* do agronegócio, da indústria, dos serviços, que são ligados à Direita nesta Casa. É isso o que está acontecendo aqui, porque lá tem desconto, sim, de 30%, 60% ou 100% para alguns setores. Nós poderíamos contestar vários deles.

O que ocorre é que nós precisamos botar em prática uma reforma tributária para que o sistema não fique iníquo, caótico, como o que existia, em que se sonegava muito imposto, inclusive. Agora o negócio vai ser eletrônico.

Então, o que nós temos aqui é que essa reforma interessa aos trabalhadores. O benefício está no *cashback*, ou seja — esse é um anglicismo, e nem deveria ser —, está na devolução de recursos para a cesta básica. Isso é que importa, isso é justiça fiscal, isso é justiça social.

Então, o que nós queremos dizer é que avançou, sim, porque a regressividade



diminuiu, que era uma marca do imposto sobre o consumo, e nós temos que caminhar para a progressividade. Essa é a proposta do nosso partido, o PSOL, para fazer justiça fiscal e justiça social. Nós queremos progressividade. Nós queríamos que entrasse já a renda concomitantemente, mas não foi o que aconteceu. Isso daria um equilíbrio e mostraria o caminho para se criar mais igualdade social.

É preciso mais povo para cobrar, para estabelecer outra correlação de forças, mas não deixa de ser um grande avanço. Por isso, vamos votar "sim".

O PSOL entende que, apesar das limitações de não fazer muitas das justiças, como 50% do *cashback*, e não 20%, nós não podemos aceitar a frase de que o Imposto Seletivo do outro lado é 0,25%, exatamente porque não defendem nem a saúde, nem o meio ambiente. Deveríamos alastrar para o agrotóxico o Imposto Seletivo. Isso, sim, deveria acontecer.

Obrigado.

Documento 78/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Lafayette de Andrada-REPUBLICANOS -MG

ORDEM DO DIA

10/07/2024-19:40

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado prestou homenagem ao ex-Governador e ex-Deputado Germano Rigotto, presente na Casa, destacando seu papel como precursor da reforma tributária no final dos anos 90. Ele relembrou a dedicação de Rigotto, que coordenou uma equipe e percorreu o País ouvindo diversos setores para propor mudanças no sistema tributário. Concluiu reconhecendo a contribuição de Rigotto na semeadura das ideias que culminaram na reforma tributária em curso.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro de homenagem ao ex-Governador e ex-Deputado Germano Rigotto, que está aqui nesta Casa e foi, tempos atrás, um dos precursores da reforma tributária. No final dos anos 90, ele coordenou uma grande equipe que propunha a reforma tributária. Percorreu todo o País, ouvindo todos os setores.

Portanto, é justa a homenagem e o reconhecimento ao ex-Deputado e ex-Governador Germano Rigotto, um dos que lançou a semente da reforma tributária que hoje estamos concluindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o registro que eu queria fazer.

Documento 79/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-19:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado homenageou o ex-Deputado e ex-Governador Germano Rigotto, destacando sua liderança e amizade. Relembrou a atuação de Rigotto como Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária e o parabenizou por sua grande liderança no Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Registro a nossa homenagem também ao Germano Rigotto, querido amigo de luta, Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária quando Mussa Demes era o Relator.

Parabéns, Germano Rigotto, grande líder do Rio Grande do Sul.

Documento 80/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-19:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Maria do Rosário-PT -RS
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada prestou homenagem ao ex-Governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, destacando seu papel como Deputado Federal por três mandatos e Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária. Ela expressou o reconhecimento e a honra que Rigotto representa para os gaúchos e para o Brasil.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Igualmente, Sr. Presidente, fica o nosso abraço e reconhecimento ao ex-Governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, Deputado Federal por



três mandatos e Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária. É uma honra para os gaúchos e gaúchas e para o Brasil.

Documento 81/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-19:44
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Eliza Virgínia-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a reforma tributária, afirmando que uma boa reforma deveria simplificar e reduzir a alíquota de impostos para aumentar a arrecadação, o que não ocorre com a proposta atual. Ela lamentou a rejeição de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, especialmente aquelas referentes aos hotéis e ao transporte de fretamento e turismo, que teriam ajudado esses setores a competir de forma justa. Expressou ceticismo em relação a uma reforma tributária elaborada pelo PT.

A SRA. ELIZA VIRGÍNIA (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, uma boa reforma tributária é aquela que simplifica, mas, sobretudo, reduz. Ela reduz a alíquota de imposto para poder o Governo aumentar a base e aumentar a arrecadação, que é o sonho do PT.

Essa reforma não está fazendo isso. E eu quero lamentar as emendas que foram recusadas, especialmente dos hotéis. Os hotéis agora vão ter que competir com os hotéis da OCDE, por exemplo, que têm somente um IVA de 10%. E aqui vamos ficar com 26%.

Também quero lamentar a recusa da emenda que fiz para os transportes de fretamento e de turismo, que não conseguimos colocar no sistema especial de alíquotas praticamente igual aos outros transportes que têm concessão pública.

Infelizmente, é isso, Presidente. Mas o que esperar de uma reforma vinda do PT? É achar que a raposa não vai tomar conta do galinheiro.

Obrigada, Presidente.

Documento 82/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-19:44
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Pedro Lupion-PP -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM



Sumário

O Deputado, como Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), destacou o intenso processo de negociação que ocorreu antes da votação da reforma tributária. Ele agradeceu aos integrantes do Grupo de Trabalho e ao Relator, Deputado Reginaldo Lopes, pelo atendimento de 18 pontos cruciais para o setor agropecuário, incluindo temas como cooperativismo, biodiesel, insumos agropecuários e devolução de créditos. Apesar de sua oposição ideológica e política, expressou satisfação com os avanços, mas reiterou sua discordância quanto à taxação das proteínas.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária — FPA, eu me sinto na obrigação de passar um histórico do que foi que aconteceu todos os dias para que nós conseguíssemos chegar a este momento de votação.

Tenho aqui nas minhas mãos... E quero fazer um destaque especial aos integrantes do Grupo de Trabalho, boa parte deles lhe acompanhando, Sr. Presidente, e inclusive acompanhando o Relator, o Deputado Reginaldo Lopes. Nós estamos, no dia de hoje, desde as 8h30min da manhã, em reuniões com os membros da diretoria da FPA, negociando ponto por ponto, item por item desse texto.

É sabido que o texto publicado nesta noite, o texto publicado a partir de ontem, não atendia à agropecuária brasileira. Tínhamos muitos óbices, muitos problemas e muitos pontos a serem resolvidos e discutidos.

Durante todo o dia de hoje, em mais de uma dezena de reuniões, com os mais diversos atores, inclusive com V.Exa., nós fomos avançando em cada um desses temas. À exceção da proteína na cesta básica, os pontos pleiteados pela Frente Parlamentar da Agropecuária no dia de hoje foram atendidos. Refiro-me aos pontos do cooperativismo, aos pontos do biodiesel e dos biocombustíveis, aos pontos relativos a insumos agropecuários, a óleos na cesta básica, a questão dos extratos de tomate, a questão de farinhas, questões importantes sobre a devolução de créditos, e temas que afetavam ou afetam diretamente o produtor rural.

Hoje, Presidente, apesar da minha posição ideológica, apesar da minha posição política — sou um Deputado de oposição, de direita, e todos sabem disso —, como Presidente da FPA, sinto-me à vontade com esses termos da Frente Parlamentar da Agropecuária atendidos. Dezoito temas foram atendidos durante as mais diversas reuniões de hoje.

Quero agradecer o empenho de cada um dos integrantes do grupo de trabalho, que teve paciência de discutir ponto por ponto conosco, para que chegássemos



a este momento.

Reitero a discordância em relação à taxação de proteínas. Disso, continuamos discordando, mas, na questão dos textos que foram atendidos, nós nos sentimos à vontade.

Obrigado, Presidente.

Documento 83/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-19:56

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado, como Relator do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, destacou o trabalho realizado para incluir a construção civil em um regime tributário específico. Ele mencionou a sensibilidade ao tratar das várias categorias dentro desse setor, como terrenistas, loteadores e construtores, conduzindo diversas reuniões e envolvendo especialistas, técnicos da Câmara, Receita Federal e Secretaria Especial da Reforma Tributária. Esclareceu que o projeto originalmente propôs um redutor de 20%, aumentado posteriormente para 40% após cálculos de impacto fiscal. Foram criados redutores adicionais para beneficiar economicamente menos favorecidos na compra de imóveis e aluguéis, destacando a redução tributária significativa para esses grupos. Ao concluir, reiterou o reconhecimento do setor pela abordagem aprimorada e defendeu a rejeição do destaque encaminhado pelo Deputado Ricardo Salles.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, posso falar por 3 minutinhos, como Relator?

Nós trouxemos a construção civil para o regime específico. Nesse modelo, nós tratamos caso a caso — nesse setor, há o terrenista, o loteador, o construtor, a imobiliária, um conjunto de atores —, com muita sensibilidade. Eu, pessoalmente, conduzi cinco reuniões, chamei todos os setores, os terrenistas, os loteadores, os incorporadores, as empresas da construção civil. Nós os colocamos em uma mesa; chamamos também os técnicos da Câmara dos Deputados, grandes consultores da reforma tributária, o José Evande, o Marco Antônio, o Fabiano; convocamos a Receita Federal do Brasil, para fazer os cálculos, os estudos, a análise dos impactos; convocamos também a Secretaria Especial da Reforma Tributária. Depois de um amplo debate, o projeto foi enviado com redutor de 20%, e nós passamos para 40% o redutor. Por quê? Porque nós chegamos ao cálculo de 40% como a redução necessária para manter a carga tributária. Se elevarmos o redutor para 60%, vai custar ao País,



a todos os brasileiros e brasileiras, 0,18% de aumento de carga tributária.

Presidente Arthur, nós criamos o redutor de ajuste de 100 mil reais na venda de imóvel para as pessoas de menor poder econômico; criamos o redutor para aquisição de lotes de até 30 mil reais e ainda reduzimos em 40% a alíquota. Nos aluguéis, nós elevamos para 60% a redução e ainda criamos um redutor social de 400 reais para as pessoas de menor poder econômico. Se elas alugarem uma casa por 500 reais, vão pagar imposto sobre 100 reais. Ainda criamos uma redução de 60%, ou seja, 10,8%.

Eu recebi o Ministro Salles, eu recebi todo o setor, e nós corrigimos e aperfeiçoamos o texto de maneira extraordinária. E o setor sabe e reconhece o grande avanço do grupo de trabalho.

Então, eu voto para rejeitar o destaque encaminhado pelo Deputado Salles.

Documento 84/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-20:24
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Soraya Santos-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada solicitou ao Presidente Arthur Lira permissão para fazer uma colocação sobre o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamentar a reforma tributária, destacando que conversou com o Relator, Deputado Reginaldo. Apontou que a alteração no IPI prejudicou a isenção na compra de táxis e carros adaptados para deficientes. Informou que conversou com o Deputado Reginaldo sobre o problema, que se comprometeu a fazer a adequação necessária, e o Senador Flávio Arns também trabalhará na correção. Por fim, destacou a gravidade do assunto, afetando deficientes e taxistas.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Presidente, Presidente, Presidente, Presidente Arthur, antes de chamar o próximo destaque, eu queria pedir a V.Exa. que me permitisse fazer uma colocação em relação à reforma. Eu já conversei com o Relator, mas queremos deixar isso claro aqui na Câmara. Isso é importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não existe isso no Regimento.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) (Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Mas olha só, Presidente, quando se mexeu com o IPI, nós criamos um problema, e eu já conversei sobre isso com o Deputado Reginaldo, porque



acabou prejudicando o setor na isenção da compra de táxi e compra de carros com adequação para deficientes. Isso bateu com essa lei e não vai dar tempo de ajustar neste momento, porque nós só tínhamos quatro destaques no PL. O Senador Flávio Arns vai fazer essa correção, e o Deputado Reginaldo se comprometeu a fazer a adequação.

Eu gostaria justamente, Deputado Reginaldo, de ouvir V.Exa., porque o assunto é grave. Nós estamos falando de carros para portadores deficientes, nós estamos falando da compra de carros por taxistas. Então eu gostaria de fazer este registro: que a Câmara dos Deputados...

Documento 85/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-20:24

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado mencionou um diálogo com a Deputada Soraya Santos e o Senador Flávio Arns sobre o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamentar a reforma tributária. Informou que eles ajustaram o texto para aumentar o benefício de 120 para 150 reais na compra de veículos para pessoas com deficiência e autismo, reajustado pela tabela FIPE. Esclareceu que também retiraram a base de cálculo do valor das adaptações dos veículos e propuseram excluir do seletivo veículos até 200 mil reais. Destacou que Soraya e Arns apelaram por uma atualização do texto conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dialogar de maneira fraterna. Eu recebi hoje na sala da reforma a nossa querida amiga Deputada Soraya Santos e também falei com o nosso querido Senador Flávio Arns, por telefone, mediado pela nossa querida Deputada. Nós melhoramos o texto do Governo, ampliamos o benefício do valor de 120 reais para 150 reais na compra do veículo, reajustado pela tabela FIPE, para beneficiar as pessoas com deficiência, as pessoas do TEA, do autismo. E ousamos ainda mais: tirar do seletivo até 200 mil reais. Também retiramos da base de cálculo do valor toda adaptação para a pessoa deficiente poder utilizá-la.

Também na classificação em relação às pessoas com deficiência, a Deputada Soraya faz um apelo junto com o Senador Flávio Arns para modernizarmos o texto a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, o que eu combinei com o Senador Arns? Quando a matéria chegar ao Senado, ele vai fazer algumas orientações a partir desse princípio do Estatuto, a matéria voltará à



Câmara e nós vamos discuti-la.

Quero agradecer à Deputada Soraya Santos, que retirou a emenda a partir desse amplo diálogo. A reforma amplia o benefício para as pessoas com deficiência, para as pessoas com transtorno do espectro autista.

Então, foi esse o nosso encaminhamento.

Obrigado, Deputado.

Documento 86/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-20:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o discurso da Deputada do PSOL, argumentando que armas não têm capacidade de matar, pois são objetos inanimados; são as pessoas que as utilizam para tal fim. Comparou essa situação à responsabilidade de um motorista em relação ao aumento do combustível, não do carro. Além disso, contestou a afirmação de que não haveria impostos, destacando o exemplo atual de um imposto proposto no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Por fim, defendeu que a maioria das armas ilegais é a utilizada em crimes, não as legais, e criticou o uso do Estado para impor ideologias contra a população, especialmente os mais pobres.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, existe um erro crasso no discurso da Deputada do PSOL: armas não matam. Quem mata são as pessoas. Arma é um objeto inanimado.

Os que dizem que armas matam são os mesmos que dizem que é o carro que vai pagar aumento de combustível, e não o motorista. Esse é o problema.

Outro problema: ficam dizendo que não vai haver imposto em nenhuma situação. Pois este de agora é um exemplo de um imposto que não há e que eles querem colocar. É isso.

Terceiro problema: as armas são utilizadas como objeto de crime. Ora, trata-se das armas ilegais em mais de 90% dos casos, não das legais. É uma mentira! Eles estão utilizando só a força do Estado para praticar a sua ideologia contra o povo, contra o pobre, que não vai conseguir comprar arma, porque o rico vai

continuar comprando.

Documento 87/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-20:44

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que a atual Legislatura está promovendo a maior reforma estruturante da economia brasileira, com impactos previstos para décadas. Afirmou que a regulamentação da reforma tributária, conforme Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, aumentará a competitividade, produtividade e PIB do País, além de colocar mais dinheiro no bolso dos brasileiros e gerar empregos de valor agregado. Agradeceu também ao Presidente Arthur Lira, ao Deputado Joaquim Passarinho e a outros líderes pela colaboração. Destacou ainda a importância de incluir proteínas na mesa dos brasileiros e mencionou o apoio do Presidente Lula e do Ministro Fernando Haddad.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Primeiramente, quero pedir atenção ao nosso Plenário. Inicio minha fala reconhecendo que nós estamos, esta geração, esta Legislatura, fazendo a maior reforma estruturante da economia brasileira.

Senhoras e senhores, não tenham dúvidas de que esta é uma reforma que vai marcar décadas e gerações. O Brasil vai voltar a crescer, porque nós vamos melhorar a competitividade e a produtividade de todos os setores econômicos. Vamos fazer o PIB crescer. O Brasil vai ficar mais rico, eu calculo em 2 trilhões de reais. Nós vamos colocar, em 10 anos, mais 6 reais mil no bolso do povo brasileiro. Nós vamos gerar empregos de valor agregado. Vamos romper essa armadilha da renda baixa, que impede o Brasil de ter crescimento sustentável.

E eu quero agradecer a um dos principais líderes desta reforma tributária, um grande brasileiro, sensível às questões do nosso povo, o nosso querido Presidente Arthur Lira. Em nome dele, comunico a esta Casa que o Relator vai acolher uma demanda que é de toda a sociedade brasileira, que é das vozes das ruas. Todos os Líderes aqui, de uma forma ou de outra, estavam preocupados em não acolher esse alimento tão importante na mesa do povo brasileiro. Eu sei que todos aqui, como também o Presidente Lula se manifestou, acreditam que nós devemos garantir ao povo brasileiro acesso à proteína, e à proteína de qualidade.

Deputado Joaquim Passarinho, acho que eu tenho que falar de V.Exa. também,



que é um membro atuante do nosso GT, militou muito conosco, foi muito leal nessa caminhada, um amigo, um irmão, com que convergimos durante todo o nosso processo.

Eu também tenho que agradecer a confiança não só do Deputado Joaquim Passarinho — todo mundo sabe que eu sou do partido desde criança. Nasci no PT e não escondo isso de ninguém. Eu não vou mudar de partido nunca, estou velho para mudar de partido — como do Deputado Luiz Gastão, do Deputado Moses Rodrigues, que puxou a indicação para que eu pudesse hoje, neste dia, ser o Relator-Geral. Foi um desafio enorme representar esse GT de sete grandes Deputados.

Faço uma referência também ao nosso grande Deputado Hildo Rocha, que presidiu por 4 anos a Comissão Especial da Reforma Tributária desta Casa. Registro também que o nosso grande Deputado Claudio Cajado deu uma contribuição extraordinária a este País, com o arcabouço fiscal, o regime de sustentabilidade fiscal do nosso País.

Eu acho que falei de todos os sete Deputados. Eu não fiz a conta nominal de todos. Mas quero em nome deles e em nome de todos os Líderes dizer a esta Casa que nós estamos acolhendo no relatório da reforma tributária todas as proteínas, carnes, peixes, queijos e, lógico, o sal, porque o sal também é um ingrediente da culinária brasileira.

(Palmas prolongadas.)

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - Eu quero pedir a todos os nossos Líderes da nossa Câmara que façamos juntos, de maneira simbólica, esta grande votação no Parlamento brasileiro, que sabe e reconhece que é fundamental colocar carne no prato do povo brasileiro todos os dias.

Vamos, juntos! Obrigado, Presidente Arthur Lira.

Obrigado a todos os nossos...

Eu quero também agradecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - Nós sempre trabalhamos e dialogamos com a sociedade. Fomos para as ruas sempre dialogar...

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Relator está na tribuna, gente! Por favor!

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - Deixo um beijo para o Deputado Augusto Coutinho. Eu acho que eu não o citei na primeira vez. Ele



trabalhou muito, muito. Foi muito leal, foi um grande parceiro nessa reta final. O Deputado Augusto Coutinho me acompanhou em todas as negociações — fica um beijo!

Eu quero também agradecer ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, meu irmão, meu parceiro. Trabalhamos juntos durante 1 ano, Deputado Aguinaldo Ribeiro. V.Exa. foi um dos responsáveis por fazer a Emenda 132 chegar a esta Casa. Fizemos uma grande amizade e parceria. Eu quero agradecer a V.Exa. do fundo do coração.

Eu quero agradecer ao Governo Federal, ao Presidente Lula e ao Ministro Fernando Haddad. O Ministro Fernando Haddad, o Bernard Appy e a sua equipe construíram uma grande unidade, com capacidade de diálogo. Fica o meu reconhecimento a toda a equipe do nosso querido Bernard Appy e ao grande Fernando Haddad.

Eu quero agradecer aos técnicos da Casa, que, junto conosco, sofrem aquela pressão na reta final. E sempre há aquele momento de exaltação. Então, eu quero pedir perdão aos consultores desta Casa por alguma voz mais alta ou por falta de sensibilidade em algum momento.

Eu quero, na pessoa do Evande, do Marco Antônio e do Fabiano, registrar meu eterno agradecimento. O Brasil deve muito aos senhores, ao Eduardo, à equipe da Roberta, a todos os técnicos, ao Hiran, ao Alessandro. Eu não consigo citar todos. Esta Câmara dos Deputados tem o melhor corpo técnico de consultoria, que ajuda nos trabalhos extraordinários de cada Deputado e Deputada que está nesta Casa.

(Palmas.)

É lógico que eu quero agradecer ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, na pessoa da minha Liderança, do meu amigo de sempre, o Deputado Odair Cunha, que fez a indicação para que eu pudesse participar, como o Deputado Zeca, na primeira etapa e no segundo tempo. Agradeço ao Deputado Odair Cunha. Minha eterna gratidão ao Partido dos Trabalhadores por essa indicação.

Então, é isso, pessoal. Vamos juntos reformar o Brasil, fazer o Brasil crescer como nunca e melhorar a vida do povo brasileiro!

Obrigado, Presidente Arthur Lira.

Documento 88/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-20:56

Domingos Sávio-PL -MG

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

O Deputado destacou a importância histórica da votação da Emenda nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2027, comparando-a à Constituição brasileira, devido ao seu impacto na alimentação dos 215 milhões de brasileiros. Ressaltou a necessidade de uma cesta básica nutritiva e saudável, com alíquota zero, incluindo proteínas essenciais como carne, leite e derivados. Agradeceu aos líderes e parlamentares envolvidos, especialmente ao Presidente Arthur Lira e ao Relator Reginaldo Lopes, pela sensibilidade e firmeza. Enfatizou que a decisão beneficiará todos os brasileiros, especialmente os mais pobres, promovendo justiça social e equilíbrio fiscal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós vivemos um momento histórico. Quando se vota uma matéria dessa natureza, a sensação que temos é de que estamos votando algo da importância da Constituição brasileira, porque fatalmente impactará na vida dos 215 milhões de brasileiros ou mais, especialmente quando falamos da alimentação deles.

Aqui não estamos falando da alimentação do pobre ou do rico, nós estamos falando da alimentação de todos os brasileiros. E nós estamos falando também de um setor que é a âncora deste País.

Nós temos orgulho de o Brasil ser, de fato, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas, com muita tristeza, vemos que ainda há fome no Brasil, vemos que ainda há dificuldade no Brasil para muitos adquirirem o alimento.

Portanto, é justamente por isso que esta Casa fez um destaque, em boa hora, na emenda à Constituição da reforma tributária. Teremos uma cesta básica com alíquota zero, mas não só isso. Dissemos: *"Teremos uma cesta básica nutritiva, saudável, regional."*

Pois bem, como poderia uma cesta básica ser nutritiva e saudável se não tivesse proteína? Portanto, essa é uma matéria que, de fato, deveria estar unindo a todos os brasileiros. E eu vejo com satisfação que vamos viver este momento agora: de nos unirmos todos no reconhecimento àqueles que produzem alimento, produzem a carne de boi, de suínos, as aves, os caprinos; àqueles que cuidam da piscicultura, produzem os peixes; àqueles que cuidam da bovinocultura de leite, produzem o leite, os derivados do leite. Incluir proteína é respeitar essa produção e, mais do que isso, é respeitar o brasileiro que depende da proteína para ter saúde, para ser saudável.

Portanto, essa é uma decisão de grande sabedoria.

Eu tenho que fazer um registro. Nós nos unimos, e, em um primeiro momento, havia um sentimento: *"Ora, não está no relatório. Não foi acatada a emenda."*



Vamos destacar". E aí eu quero agradecer ao Líder Altineu, quero agradecer à bancada, quero agradecer ao Deputado Pedro Lupion e à nossa FPA. Quero fazer um destaque à Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços, que eu tenho a honra de presidir, e ao João Galassi, Presidente da UNECS, que desde o primeiro momento alertava: *"Nós estamos lá na ponta, estamos no supermercado. Nós vemos a dificuldade do mais pobre para comprar. Às vezes, ele compra meio quilo de carne, porque o dinheiro não dá para comprar tudo o que gostaria".*

Aumentar o imposto sobre a carne, sobre a proteína, seria uma tragédia. Aumentar o imposto sobre o queijo, para nós mineiros!? Imagine aumentar o imposto sobre a muçarela! Aí importaríamos ainda mais da Argentina, além do leite em pó.

Eu volto aos agradecimentos. Quero agradecer a esses Líderes, a esses Parlamentares que, junto conosco, subscreveram essa emenda. Não é uma emenda minha, é uma emenda nossa. Foi do PL, do Deputado Rodolfo, que foi um dos primeiros a articular — é nossa. Mas eu sinto agora que ela é uma emenda do Plenário. Eu quero ser o conciliador que sempre procurei ser. Essa emenda é dos 513 Parlamentares.

Acredito que teremos unanimidade, mas, para isso, também é preciso registrar o meu reconhecimento à sensibilidade do Relator, o Deputado Reginaldo Lopes, que, antes mesmo de votarmos, foi de pronto à tribuna reconhecer que essa é uma necessidade do País. Ao mesmo tempo, eu quero fazer este registro com relação ao Presidente Arthur Lira.

O Presidente Arthur Lira é, óbvio, está preocupado com o equilíbrio fiscal. Em vários momentos, ouvi declarações dele no sentido de sua preocupação, mas ele obviamente sabe que o equilíbrio desta Pátria não se dá só pelo equilíbrio fiscal, mas também pelo equilíbrio entre homens e mulheres de bem, ao se entenderem e buscarem o que há de melhor para o Brasil.

Presidente Arthur Lira, acho que V.Exa., mais uma vez, mostrou firmeza na condução dos trabalhos desta Casa. Mas, ao lado da firmeza, há de haver sensibilidade. Prevaleceu, portanto, como fruto da firmeza e da sensibilidade, o equilíbrio. E é com esse espírito que eu quero agradecer a todos e dizer que o PL cumpriu um papel. Falo agora pela gentileza do Líder Altineu de me conceder este espaço como Vice-Líder.

O PL cumpriu, mais uma vez, um papel fundamental na história da democracia, mostrou que sabe ser oposição firme ao Governo, mas não é oposição ao País em momento algum. O PL se manifestou contra o projeto de lei por entender que nele ainda há muito que aprimorar, mas lutou pelo aprimoramento do projeto, defendeu emendas e se manteve no campo de batalha, destacou o que era necessário destacar. O PL saiu com o sentimento de vitória, porque isto vai afetar a vida de todos os brasileiros positivamente. E por que isso se tornou possível? Porque, no encerramento das votações, o destaque do PL, a emenda de nossa iniciativa foi acolhida e, mais do que isso,



está agora sendo votada.

Ainda me restam alguns segundos para votar. Eu ainda não votei, Presidente. Enquanto desço da tribuna, não esgote o tempo. Peço a V.Exa. 1 minuto, porque eu não abro mão de votar "sim", pela proteína na cesta básica e pela justiça social que se faz ao se conceder alimentação digna para todos — não só para quem pode por ela pagar, mas principalmente para aqueles que têm mais dificuldade.

Muito obrigado, Presidente.

Parabéns a todos os colegas!

Documento 89/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-21:04
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Jilmar Tatto-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o apoio do Presidente Lula à desoneração da cesta básica, incluindo as proteínas, como carne, conforme Emenda nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, garantindo a todos os brasileiros, especialmente aos mais pobres, o acesso a esses alimentos. Enfatizou o papel da bancada do PT e do Deputado Odair Cunha na articulação com o Governo e técnicos para alcançar essa inclusão. Ressaltou também que a regulamentação da reforma tributária reduzirá a alíquota padrão e beneficiará a população ao desonerar alimentos básicos, energia, água, esgoto e gás. Por fim, afirmou que a medida visa uma justiça tributária, taxando de forma justa os super-ricos e beneficiando a classe média e os mais pobres, promovendo um Brasil mais justo e desenvolvido.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Desde que começou o debate sobre a reforma tributária, o Presidente Lula sempre concordou que a cesta básica precisava ser desonerada, precisava ter sua alíquota zerada. E sempre disse que deviam ser incluídas na cesta básica também as proteínas — a carne, a picanha —, porque não faz sentido que o povo brasileiro, principalmente sua parcela mais pobre, não tenha o direito de comer carne, por causa da taxação.

Confesso que nós da bancada do PT estávamos muito angustiados, muito agoniados. E eu faço uma deferência ao meu Líder, Deputado Odair Cunha, que, junto com a bancada, tentou dialogar o tempo todo com o Governo, com a área técnica, para a inclusão das proteínas na cesta básica. E isso finalmente



acabou acontecendo. A sensibilidade do Presidente Lula fez com que a carne passasse a ser um elemento fundamental da cesta básica, de forma a desonerasse esse produto dos impostos.

Estão de parabéns o Relator e os Líderes.

É uma conquista do povo brasileiro.

Tentam confundir a população, dizendo que, com essa reforma tributária que estamos votando hoje, eventualmente, vai aumentar a carga tributária. Mentira! A alíquota padrão hoje no Brasil é de 34,4%. Vai baixar para 26,5%. Onde está o milagre? Está na desburocratização, na modernização. Está em fazer setores ligados a produtos supérfluos, a produtos que fazem mal à saúde pagarem mais impostos. A literatura tributária no Brasil — e todos concordam, independentemente da orientação ideológica — mostra que a oneração dos impostos recai justamente sobre os mais pobres, aqueles que têm um salário menor. Quando nós incluímos a carne e esses produtos da cesta básica na conta, cai a alíquota padrão. Portanto, todo o Brasil ganha, todo mundo ganha.

E é importante dizer que a cesta básica não é só a carne, mas também o arroz, a manteiga, a margarina, o feijão, as raízes e os tubérculos, o coco, o café, o óleo de soja, a farinha de mandioca, o trigo e o de milho, o açúcar, as massas alimentícias, o pão, os ovos, os hortifrutis e as frutas. A alíquota do alimento básico do povo brasileiro vai ser zerada. Isso significa que a população vai ter mais acesso a esses produtos e vai poder se alimentar melhor, com comida de boa qualidade, de preferência sem agrotóxico. Essa é a reforma tributária que nós estamos votando aqui, hoje.

E há uma emenda, também acatada pelo Relator, objeto de debate na bancada do PT, para fazer com que a tarifa de energia, de água, de esgoto, do gás também fosse desonerada. É importante que isso entre nessa cesta básica.

Por isso, todos ganham. Aqueles que ganham muito, os super-ricos, estão sendo taxados de forma justa, mas a classe média e a população mais desfavorecida, a população pobre deste País, pela primeira vez, vão ter uma justiça tributária. Essa justiça tributária só está sendo possível porque temos um Governo responsável, que não politizou, que não baixou o nível, que colocou toda a equipe do Ministério da Fazenda, junto com o Ministro Fernando Haddad, para discutir com todas as bancadas, com todos os Líderes, com todos os setores produtivos deste País. E falamos: *"Vamos fazer uma reforma tributária justa, em que todo o Brasil ganhe, em que possamos exportar produtos que tenham excesso no Brasil, em que possamos produzir, gerar empregos, desenvolver o País, investir em ciência e tecnologia, investir na ciência, na universidade, para que este País seja realmente um país não só de produtos primários, mas também de alta tecnologia"*.

É este o Brasil que nós queremos, é este o Brasil que está gerando emprego, é este o Brasil que está tendo desenvolvimento, é este o Brasil que está dando

certo e que está sendo dirigido pelo Presidente Lula.

Por isso, termino aqui, Sr. Presidente, parabenizando a bancada do Partido dos Trabalhadores, que foi aguerrida; do PCdoB; do PV; da Federação dos partidos do povo; elas estão juntas com o Governo Lula, para fazermos com que o povo receba cada vez mais os benefícios, as riquezas deste País, que é tão rico, mas também é tão desigual.

Documento 90/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:04
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Pedro Lupion-PP -PR
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogio a aprovação da Emenda nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, destacando que é uma vitória para o consumidor, a dona de casa e o pai de família. Destacou que a medida reduzirá o custo da carne e da proteína na mesa dos cidadãos, refletindo a vontade da população. Por fim, elogiou o trabalho do Grupo de Trabalho e do Relator da regulamentação da reforma tributária, afirmando que a decisão merece ser comemorada.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, me sinto na obrigação, como Presidente da FPA, de parabenizar a decisão acertada. É vitória do consumidor, é vitória da dona de casa, é vitória do pai de família. É carne mais barata, é proteína mais barata na mesa do cidadão. Nós temos muito que comemorar.

A Câmara dos Deputados está fazendo ser ouvida a vontade da população.

Parabéns, Presidente!

Parabéns ao Grupo de Trabalho e ao Relator.

Documento 91/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:12
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Erika Kokay-PT -DF
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou o compromisso do Presidente Lula com a inclusão da carne na cesta básica, lembrando que durante seu Governo, em 2023, houve um aumento significativo no consumo per capita de carne no Brasil, passando de 26 para 34 quilos por habitante. Ressaltou também que houve deflação nos preços da carne durante esse período, como na costela, com deflação de 11,23%, e na picanha, com 4,98%. Conclui reafirmando o apoio dos Parlamentares à inclusão da carne na cesta básica de acordo com a Emenda de Plenário nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, o Presidente Lula tem um compromisso e foi o primeiro a defender que nós tivéssemos a carne na cesta básica. Aliás, é bom lembrar que, durante o Governo Lula, em 2023, aumentou o consumo *per capita* de carne no Brasil, que havia chegado a 26 quilos por habitante e passou a ser de 34 quilos por habitante. É bom lembrar também que houve deflação da carne: a costela teve deflação de 11,23%, e a picanha, de 4,98%. Portanto, o Governo Lula definitivamente acabou com a fila do osso.

Viva a carne na cesta básica, que é um pleito do nosso Presidente e tem o apoio do conjunto dos Parlamentares desta Casa!

Documento 92/115

139.2024 Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:16
Publ.: DCD - 11/07/2024 - Rodolfo Nogueira-PL -MS
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a vitória da Oposição, do PL e da FPA, afirmando que a tributação da carne beneficiaria apenas grandes exportadores como a JBS, prejudicando pequenos frigoríficos, pecuaristas e produtores rurais e onerando a população. Acusou o Governo de estelionato eleitoral por prometer picanha e entregar apenas pé de frango. Afirmou que, vendo a iminente derrota, o Governo mudou seu voto para apoiar a carne na cesta básica, conforme Emenda de Plenário nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Destacou que a vitória é da Oposição, que lutou sem recuar pela pecuária, pelos produtores e pelo alimento na mesa dos brasileiros.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vitória da Oposição! Vitória do PL! Vitória da FPA!



Nós sabemos que a tributação da carne neste País beneficiaria somente a JBS, somente os amigos do rei que exportam carne e não são taxados na exportação, prejudicando os pequenos e médios frigoríficos no Brasil, prejudicando a pecuária do Brasil, os produtores rurais e os pecuaristas. E sabemos, também, que a conta cairia no bolso do povo brasileiro.

Esse Governo cometeu estelionato eleitoral: prometeu picanha e até agora só entregou pé de frango para o povo brasileiro. Agora, porém, aos 47 minutos, vendo que ia perder de lavada, mudou seu voto e vem votar a favor da carne na cesta básica, pensando em falar em favor da população brasileira.

Não, senhores! A vitória foi desta Oposição, que em nenhum minuto arredou o pé, voltou atrás ou pediu arreco. Nós estamos aqui lutando não só pela pecuária, não só pelo produtor rural, mas pelo alimento na mesa do brasileiro!

Viva a Oposição!

Documento 93/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:16

Otto Alencar Filho-PSD -BA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a grande vitória para o povo brasileiro com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, parabenizando todos os envolvidos. Ressaltou conquistas como a garantia de recursos para Estados e Municípios, a inclusão de carne e outras proteínas na cesta básica, o apoio a setores como Santas Casas e Igrejas, além da redução e simplificação de impostos para promover o desenvolvimento econômico e social.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje presenciamos uma grande vitória ao povo brasileiro. Parabéns a V.Exa. e a todos os envolvidos na reforma tributária!

Tivemos grandes vitórias: asseguramos os recursos para Estados e principalmente para Municípios; viabilizamos uma cesta básica nutritiva, em que estão incluídas a carne e outras proteínas; estamos apoiando setores importantes, como as Santas Casas e as Igrejas; e estamos reduzindo e simplificando os impostos no Brasil, para que possamos voltar a pensar em desenvolvimento econômico e social.



Então, mais uma vez, em nome do PSD e de todos os meus colegas, agradeço a todos o apoio. Vencemos hoje uma grande batalha.

Documento 94/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:20

Joaquim Passarinho-PL -PA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou agradecimento pela colaboração e seriedade do Congresso Nacional, destacando a união entre Oposição e Situação em prol do povo brasileiro. Agradeceu especialmente ao Deputado Reginaldo Lopes e aos sete membros do Grupo de Trabalho da regulamentação da reforma tributária pelo empenho nos últimos 60 dias, reconhecendo o esforço de secretários e assessores. Ressaltou que, apesar das divergências, houve determinação para entregar uma reforma tributária que inclui uma cesta básica de qualidade com proteína, conforme Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Por fim, afirmou que a vitória foi do Parlamento brasileiro, que trabalhou com firmeza e respeito para beneficiar a população.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria só aproveitar e fazer um agradecimento.

Acho que aqui se demonstrou que, quando o Congresso trabalha com seriedade, consegue vitórias. A vitória é do Congresso Nacional, a vitória é do Parlamento, que soube se postar, soube argumentar. Conseguimos juntar a Oposição e a Situação num pleito que é do povo brasileiro.

Queria agradecer ao Deputado Reginaldo Lopes, e não só a ele, mas a todos os sete membros do Grupo de Trabalho, que trabalharam muito durante esses 60 dias. Todo mundo aqui sabe — os secretários, os assessores — o quanto essa equipe se esforçou para entregar o melhor para o nosso País. Então, quero agradecer à melhor assessoria que esta Casa tem, Presidente.

Sei que, nos últimos dias, nós tivemos algumas divergências, mas agradeço a sua postura e determinação para podermos chegar a este momento e entregar um bom trabalho para o povo brasileiro e, no momento final, encerrar esta sessão com uma cesta básica de qualidade, com proteína.

Esta era a vontade que eu tinha: terminar este trabalho de maneira firme, volto a dizer, respeitando o Parlamento. Aqui não houve vencedor nem vencido. Quem venceu aqui foi o Parlamento brasileiro, que, com altivez, com trabalho e com argumentos, conseguiu trazer a melhor cesta básica e uma boa redação



final para o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, meus seis parceiros, companheiros. Nós conseguimos fazer um bom trabalho.

Documento 95/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:20

Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a aprovação histórica do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, como um marco equivalente à votação do Plano Real. Afirmou que, sob a liderança firme do Presidente Arthur Lira, a Câmara dos Deputados concretizou a reforma econômica mais significativa da história do Brasil. Lembrou ainda seu longo histórico de defesa por reformas tributárias desde 1991, enfatizando conquistas como a Lei do ICMS e o SIMPLES, que impulsionaram o setor agrícola e as micro e pequenas empresas. Informou que, ao aprovar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), reconhecido globalmente, prevê um Brasil menos travado, melhor posicionado para integrar a OCDE e atrair investimentos. Celebrou a união parlamentar, apesar das divergências, e concluiu que a votação representa um pacto social e federativo crucial para o futuro econômico do País.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas Federais do Brasil, este é um dia histórico para a Nação brasileira. Considero este dia tão importante quanto o dia em que, aqui nesta Casa, ajudei a liderar a votação do Plano Real.

Este é um momento que dignifica o Parlamento do Brasil, Presidente Lira, sob a sua condução. Sua condução firme e dinâmica conseguiu fazer com que a mais importante reforma econômica liberal da história do Brasil fosse aprovada na data de hoje.

Tivemos uma grande vitória em dezembro com a aprovação da Emenda Constitucional nº 132, fruto de mais de 30 anos de lutas deste Parlamento. Quando cheguei aqui, em 1991, apresentei a minha primeira PEC de reforma tributária, a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1991. Passaram-se 33 anos de lutas, de muitas Comissões Especiais criadas em todos os Governos. Nenhuma prosperou. Algumas se transformaram em emendas constitucionais



de matérias correlatas.

Tivemos, no meio do caminho, a aprovação da Lei do ICMS. Lá, eu, como Relator, incluí a isenção do ICMS sobre as exportações, porque os produtos industrializados, manufaturados, já estavam isentos do ICMS, do IPI e do PIS/COFINS.

Naquele momento, em 1996, iniciamos um novo marco na agricultura do Brasil, colaborando com a Lei Complementar nº 87, de 1996, que relatei, transformando o Brasil no maior exportador de *commodities* do mundo. Nesse momento, com a redução do imposto — era exportado o imposto, e não podia, não devia —, o Brasil passou a ter no agro a potência que é hoje.

Mas a reforma não saía. No mesmo ano, aprovamos o SIMPLES federal, mas os Estados e Municípios não aderiram. Em 2006, no SIMPLES I, II e III, eu estava presente. Em 2006 e 2007, esta Casa aprovou o Super-SIMPLES e o MEI, que foi outro marco divisor tributário no Brasil. Essa lei produz, hoje, com 9 milhões de empresas no Super-SIMPLES e 16 milhões de microempreendedores no MEI, 70% dos novos empregos. A participação relativa das micro e pequenas empresas e MEI no PIB, de 1996 até hoje, saltou de 17% para 30%. É pouco. Uma nação, um país que quer ser rico tem que ter metade da sua produção de bens e serviços nas micro, pequenas e médias empresas e fortalecer o cooperativismo. Esses são os dois instrumentos para enfrentar o grande capital nacional e internacional.

Não paramos por aí. Continuamos a luta em favor de um sistema tributário justo. Adotamos o modelo que conheci em 1987, quando eu era Secretário da Fazenda do Paraná, no Governo Alvaro Dias. Num convênio que eu fiz com a Secretaria da Fazenda de Berlim, conheci o IVA — Imposto sobre Valor Agregado. Na verdade, eu o havia conhecido na academia — mas na academia você olha, você lê, você estuda e já esquece. Vi que o IVA na União Europeia era a alavanca da justiça social e do crescimento econômico.

O que fizemos aqui hoje? Aprovamos o mais importante imposto de consumo já comprovado em 174 países do mundo. Por quê? Porque ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS são os cinco piores impostos do mundo, que acumulam uma negatividade na produção industrial, comercial e rural. A cumulatividade rural é de 12% do faturamento do agro — o agro fatura 1 trilhão e 120 bilhões de reais —, o que os agricultores perdem por ano no atual modelo. O agricultor brasileiro, agora, com o IVA, vai receber de volta esse valor. E os 7% de cumulatividade na indústria? Mataram a indústria brasileira. Agora a indústria vai receber de volta os seus créditos. E os 12% de cumulatividade nos serviços? Agora os serviços vão receber essa cumulatividade, porque o IVA é um imposto neutro na cadeia produtiva. Ele é uma regra de negócio; não é apenas um imposto arrecadatório.

Nós do Podemos, do PSDB e do MDB — estou falando em nome da Liderança desses três partidos, que são de centro — somos comprometidos com as reformas estruturais do nosso País. Por isso, como Vice-Líder, eu recebi a



incumbência de dizer que desde sempre defendemos a reforma tributária, assim como todas as reformas estruturais, para ajudar o Brasil a ser destravado. O Brasil é o País mais travado do mundo! Hoje, nós conseguimos destravar — isto é o mais importante — o mais iníquo e injusto sistema tributário do mundo. Temos o 184º pior sistema tributário do mundo, que coloca o Brasil para baixo, na 125ª posição de pior ambiente de negócios.

Agora, Deputado Cajado, o Brasil vai poder entrar na OCDE. O Brasil não entraria nunca na OCDE sem ter o IVA. Deputado Hildo Rocha, o Brasil vai ingressar no Primeiro Mundo, vai participar do grupo dos países ricos. Não adianta o Brasil ser a 8ª economia, se ele é o 125º pior ambiente de negócios.

Agora, com o projeto aprovado, temos que antecipar a vigência da parte estadual. Não tem cabimento aprovar para 2032 a parte estadual. Esta é a missão que teremos daqui em diante: se o projeto não ficou 100% de acordo com o que se queria, vamos votar outro projeto em seguida. É assim o Parlamento. As leis são dinâmicas.

Quero aproveitar e parabenizar o Deputado Reginaldo e o GT-1 pelo trabalho magnífico; a Consultoria; o GT-2, do qual faço parte, pelo magnífico trabalho relacionado ao Comitê Gestor do IBS e à partilha.

Presidente Lira, os Líderes, com esse comando, com essa unidade, fizeram com que esta Casa votasse um projeto inteiramente do Parlamento. Eu queria compartilhar essa vitória com os 513 Deputados, mas não é possível, porque não dá para compartilhar com quem não defendeu, com quem não votou a favor. É uma pena! Tenho dó daqueles que foram induzidos por pessoas que não conhecem, pessoas que produziram *fakes news* sobre temas tributários, mentiram! Pessoas que não conhecem não se dignaram a vir conhecer o sistema, não participaram do processo de discussão nesses últimos anos.

Mas eu entendo. Não é política isto aqui. Isto aqui é uma reestruturação que se chama pacto social e pacto federativo. A Nação se encontra hoje com o futuro. Em 30 anos, o Brasil vai triplicar o seu PIB. Esse é o desígnio que eu tenho, Presidente Lira, com a votação histórica de hoje. O Brasil vai voltar a crescer 6% a 7%, como cresce a China.

Viva o Brasil!

Viva o IVA!

Documento 96/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:28

Benedita da Silva-PT -RJ

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

A Deputada expressou gratidão ao Presidente da Casa pela condução do processo de apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, destacando a criação de um grupo de trabalho e a busca pelo consenso entre os parlamentares. Enfatizou que essa reforma representa uma entrega significativa para o povo brasileiro e reconheceu o empenho do Presidente e de seus colegas Deputados.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero, em nome da Secretaria da Mulher, parabenizá-lo, porque acompanhei, pela Secretaria, todo o seu esforço, com a criação do GT, com a sua determinação em fazer com que nós tivéssemos hoje a maior entrega desta Casa ao povo brasileiro.

V.Exa. teve a paciência e a generosidade de dialogar tanto com um lado quanto com o outro e encontrar um consenso que nos deu o maior número de votos para que essa reforma pudesse ser aprovada.

Está no currículo de V.Exa. esse feito. Da mesma forma, está no currículo do Deputado Reginaldo e de todos os seus companheiros esse feito. E está, sobretudo, Sr. Presidente, sem dúvida, no seu currículo o seu empenho em fazer com que esta Casa possa fazer entregas de alto nível. E essa reforma, que há tantos anos nós estávamos esperando, chega exatamente na sua Presidência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 97/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-21:32
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Afonso Hamm-PP -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da Emenda nº 766 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que inclui a proteína animal e outros produtos essenciais na regulamentação da reforma tributária. Sublinhou a luta da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), à qual se inclui, para garantir que carnes de corte, carne ovina, carne caprina, aves, suínos, queijos e sal fossem beneficiados com alíquota zero de imposto. Enfatizou ainda que essa medida não só beneficia a pecuária brasileira, mas também toda a população.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Presidente Arthur Lira, eu queria sublinhar a importância desse destaque. Ele é um destaque importante porque, desde o primeiro momento, lutamos pelo setor, para que fosse incluída a proteína animal: a carne oriunda da pecuária de corte, a carne ovina, a caprina e também duas carnes muito importantes, que são a de aves e a de suínos. Nós incluímos também, Deputado Domingos Sávio, os queijos, o que é muito importante, e também o sal. Então essa foi uma contribuição muito importante.

A pecuária brasileira agradece, mas também o povo brasileiro agradece, porque a alíquota incidente sobre esses produtos vai ser zero.

Nós lutamos na FPA — eu Deputado Afonso Hamm me incluo nessa luta estratégica —, Presidente, para zerar essa tributação. Portanto, é uma grande contribuição.

Documento 98/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:32

Claudio Cajado-PP -BA

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Agradeceu ao Líder do Partido Progressista, Deputado Doutor Luizinho, e ao Presidente do partido, Senador Ciro Nogueira, pelo apoio. Enfatizou a participação decisiva do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, na condução do processo, e agradeceu aos colegas que participaram do Grupo de Trabalho, destacando a colaboração exemplar. Afirmou que, apesar de haver alguma ideologia política na votação, a legislação visa beneficiar o Brasil como um todo, não apenas o Governo atual. Além disso, ressaltou os ganhos para o setor produtivo, profissionais liberais, indústria, agricultura, comércio e contribuintes, especialmente através do cashback em energia, saneamento, água e alimentação, incluindo proteína animal e queijos sem impostos. Por fim, expressou confiança na aprovação final no Senado e na sanção presidencial ainda este ano.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou no meu oitavo mandato consecutivo como Deputado Federal e, neste momento em que acabamos de votar a matéria mais importante deste ano, que é a regulamentação da reforma tributária, tenho que fazer alguns agradecimentos.

Agradeço, primeiro, ao Líder do partido, Deputado Doutor Luizinho, quem me



deu a oportunidade de demonstrar, em meu nome, mas em nome do conjunto dos meus colegas do Partido Progressista, quantas qualidades nós temos integrando essa agremiação política. E eu pude, ao lado de todos os meus colegas do Partido Progressista que construíram comigo sugestões para que nós as levássemos ao Grupo de Trabalho e tivéssemos o relatório que foi votado majoritariamente na noite de hoje, trazer a visão do Partido Progressista. A todos esse colegas eu estendo o meu agradecimento.

Quero agradecer ao Presidente do nosso partido, Senador Ciro Nogueira, por ter me dado a oportunidade de exercer, em nome da Bahia, relevantes papéis como este de ser um dos Relatores da reforma tributária.

Mas quero agradecer também a V.Exa., Presidente Arthur Lira, porque, quando o partido indica, V.Exa. autoriza, e, tanto neste ano, na reforma tributária, quanto no ano passado, no arcabouço fiscal, eu pude dar o meu melhor. Eu me envolvi, como em tudo que faço na vida, de cabeça, de corpo e de alma. Eu não tenho dúvida de que a colaboração que eu dei ao Grupo de Trabalho que V.Exa. criou entrega ao Brasil uma legislação moderna, contemporânea e que vai fazer com que esse sistema tributário que nós temos hoje, anacrônico, ultrapassado, prejudicial ao sistema produtivo nacional e, acima de tudo, aos contribuintes, fique no passado.

Em nome do Partido Progressista, eu posso garantir que nós votamos nesta noite uma lei histórica, que irá fazer com que o Brasil, com a implementação do novo sistema tributário nacional, cresça no mínimo 1% e possa chegar a 2% do PIB.

Por isso mesmo, eu não tenho palavras para agradecer a oportunidade que me foi dada. Pude retribuir ao meu partido, fazendo com que as sugestões, opiniões e críticas construtivas dos colegas Parlamentares pudessem estar hoje no texto que nós aprovamos.

Mas acima de tudo, Presidente, eu quero aqui também fazer um grande agradecimento a seis Deputados que integraram esse grupo e que parecia que eram da minha família, dada a identidade de pensamentos, a identidade de opiniões e a convergência de sentimentos altamente benéficos para o Brasil. Nós não tivemos nenhum interesse que não fosse republicano para fazer esse relatório. Eu quero agradecer ao Deputado Hildo Rocha, ao Deputado Moses Rodrigues, ao Deputado Luiz Gastão, ao Deputado Augusto Coutinho, ao Deputado Joaquim Passarinho e a ele, o grande Relator que foi homenageado conosco ao ser indicado como o subscritor desse projeto, o Deputado Reginaldo Lopes. Nós sete tivemos o compromisso inarredável de fazer o melhor que podíamos.

Na votação aqui, ainda que tenha havido um pouco de ideologia política, não deveria haver, porque nós estamos votando uma lei para o Brasil, e não para este Governo. Ao contrário, este Governo não vai nem se beneficiar tanto, porque a implementação ocorre a partir de 2026 e vai até 2032.



É uma legislação que vem ao encontro das aspirações do setor produtivo nacional, dos profissionais liberais e, acima de tudo, da indústria, da agricultura, do comércio e principalmente do contribuinte.

Eu fico muito feliz de conquistar, ao lado dos meus colegas correlatores, o *cashback*, que é o dinheiro de volta, traduzindo para o português, que vai atender à classe mais humilde na energia, porque não vai haver o pagamento de imposto; no saneamento; na água; na alimentação, agora incluída a proteína animal, que é carne de boi, é carne de ovelha, é carne de porco, é carne de frango, é peixe, são os nossos queijos. Isso faz com que a população passe a perceber que cada um de nós pensa nos seus eleitores e no conjunto da sociedade brasileira.

Presidente Arthur Lira, V.Exa. faz história, porque, se não fosse a sua liderança, nós não teríamos chegado aonde chegamos.

A bola agora vai para o Senado Federal. Eu não tenho dúvida de que lá os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras irão aprimorar ainda mais o texto, que voltará em caráter terminativo para que a Câmara dê a palavra final, e seguirá para a sanção presidencial.

Espero que consigamos fazer isso ainda neste ano, porque nós precisamos fazer com que esse novo sistema tributário brasileiro seja uma realidade.

Eu sei o quanto me custou, do ponto de vista físico, mental e emocional, chegar aonde chegamos. Como disse o Presidente na leitura inicial, ao abrir esta sessão, foram dezenas, centenas de horas, milhares de atendimentos. Mas nós não fizemos isso contrariados, fizemos com satisfação, porque cada pessoa, cada segmento produtivo, cada entidade de confederação, de federação, cada setor empresarial que nós recebemos vinha com o intuito de colaborar para que o projeto fosse aprimorado. Hoje, nesta votação, eu não tenho dúvida de que o projeto está muito melhor do que quando chegou.

Parabéns, Presidente Arthur! Eu só espero que V.Exa. não nos chame para reuniões às 23 horas, meia-noite, 1 hora, 2 horas da manhã. V.Exa. tem uma capacidade que eu não tenho de dormir pouco e estar bem. Mas esse esforço estará registrado nos Anais desta Casa com minha fala e de mais tantos quantos presenciaram o esforço coletivo que nós fizemos para que o Brasil tivesse, enfim, uma legislação tributária digna do seu tamanho, digna da sua competência e da capacidade produtiva do nosso povo.

Encerro aqui, mais uma vez, reconhecendo a dedicação de todos os meus colegas, mas, acima de tudo, deste Plenário, que corroborou com um trabalho altíssimo em benefício do povo brasileiro e da nossa Nação.

Vamos em frente! Parabéns, Brasil! Parabéns, Parlamento brasileiro!



Documento 99/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-21:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Eliza Virgínia-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a alegação da Situação de que foi mérito dela incluir a carne na cesta básica, conforme aprovado no Projeto de Lei Complementar nº 68, 2024, que regulamenta a reforma tributária. Informou que foi a Oposição que lutou por essa conquista. Enfatizou ainda sua participação ativa nas reuniões e lembrou que, em tempos passados, o Presidente Lula defendia a tributação da carne, limitando o acesso dos mais pobres a alimentos menos nobres.

A SRA. ELIZA VIRGÍNIA (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é muita cara de pau a Situação dizer aqui que foi vitória da Situação incluir a carne na cesta básica, quando foi a Oposição que lutou por isso. Eu vim às reuniões. Lutamos por isso. Há um tempo, quem estava querendo tributar a carne e dizer que o pobre só podia comer pé de galinha e carne de pescoço foi o Presidente Lula. Ele jamais queria isso.

Parabéns à Oposição desta Casa! Parabéns a todas as pessoas que vão poder ter proteína na cesta básica!

Documento 100/115

139.2024	Sessão Ordinária - CD	10/07/2024-21:40
Publ.: DCD - 11/07/2024 -	Julio Lopes-PP -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou seu agradecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados e aos Deputados Reginaldo Lopes e Claudio Cajado por conseguirem uma redução da alíquota de 1% sobre a exploração e exportação de petróleo para o Rio de Janeiro. Destacou a importância histórica desse feito e elogiou a competência, dedicação e esforço do Presidente na construção desse resultado. O Deputado enfatizou que essa medida aprovada no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, irá desonerar a produção e o investimento no Brasil, beneficiando tanto o Rio de Janeiro quanto o País como um todo.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -



Presidente, quero só agradecer muito a V.Exa., ao Deputado Reginaldo Lopes, ao Deputado Claudio Cajado e a todos por termos conseguido também para o nosso Rio de Janeiro uma redução da improvável e indevida alíquota de 1% sobre exploração e exportação de petróleo.

Agradeço muito. Estou muito feliz de ter participado deste dia histórico que V.Exa. construiu com tanta competência, dedicação e esforço.

Presidente, muito obrigado. O Rio de Janeiro e o povo do Brasil agradecem por desonerar a produção e o investimento no Brasil.

Documento 101/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:40

Pompeo de Mattos-PDT -RS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado agradeceu ao Presidente Arthur Lira pela generosidade e também ao Relator do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, pelo trabalho realizado. Destacou a luta contra a taxação dos fundos de pensão, especialmente das entidades fechadas de previdência complementar como PREVI, CASSI, fundo de pensão da Caixa Econômica, PETROS, entre outros no Brasil. Como membro da PREVI e do Banco do Brasil, enfatizou a importância da luta coletiva que resultou na aceitação das emendas, incluindo uma de sua autoria. Por fim, ressaltou que essa conquista é significativa não apenas para os funcionários do Banco do Brasil e da FUNPRESP, mas para todos os servidores públicos do País.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, agradeço a V.Exa. a generosidade.

Agradeço também ao Relator. Nós brigamos muito aqui por conta da taxação dos fundos de pensão, da previdência, e da saúde também. Os fundos de pensão, entidades fechadas de previdência complementar, estavam sendo taxados.

É um trabalho do Relator, de V.Exa., da PREVI, da CASSI, do fundo de pensão da Caixa Econômica, da PETROS, da ABRAPP, que envolve todos os fundos de pensão do Brasil. Eu posso falar porque sou da PREVI, sou do Banco do Brasil, e lutamos muito aqui. Foi uma luta coletiva, plural, de muitas mãos. E, ao final, ao cabo, o Relator acabou acatando as emendas. Inclusive, uma das emendas era de minha autoria.

Eu tenho gratidão, reconhecimento, respeito, e naturalmente precisamos celebrar isso, porque é uma conquista também para os funcionários do Banco do Brasil, da FUNPRESP, e para todos os servidores do nosso País.

Muito obrigado, Presidente Arthur Lira.

Documento 102/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:44

Túlio Gadêlha-REDE -PE

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou o Presidente Arthur Lira, o Deputado Reginaldo Lopes e todos os colegas envolvidos na apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Destacou que, apesar das divergências, o resultado alcançado foi o melhor possível. Por fim, expressou seu reconhecimento ao PSOL e à bancada por propor e trabalhar na construção dessa reforma, que considerou abrangente e benéfica para o povo brasileiro.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para concluir, Presidente, eu queria parabenizar V.Exa., o Deputado Reginaldo Lopes e todos os colegas que avançaram nessa proposta.

E queria dizer que, se nós encontrássemos aqui neste plenário dois Deputados que fossem muito próximos ideologicamente falando, e discutíssemos uma reforma tributária, nós não conseguiríamos construir um consenso entre esses dois Deputados. Então, dentre tantas divergências, nós fizemos o melhor possível. Cada um tem uma ideia, uma proposta, um projeto. É lógico que cada um aqui poderia melhorar o texto, mas o consenso entre todos seria impossível.

Assim, Presidente, só tenho a parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, V.Exa. e a bancada do PSOL, que propuseram e tentaram construir essa reforma redonda para entregá-la ao povo brasileiro.

Parabéns a todas e a todos! Vamos dar um passo à frente!

Documento 103/115

139.2024

Publ.: DCD - 11/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

10/07/2024-21:44

Vitor Lippi-PSDB -SP



Sumário

O Deputado agradeceu ao Presidente Arthur Lira e a todos os Deputados que contribuíram para a aprovação Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, tão esperada pelo povo brasileiro ao longo de 40 anos. Destacou que essa reforma transformará o sistema tributário brasileiro de um dos piores do mundo para um dos mais modernos, promovendo maior geração de empregos, competitividade e exportações, além de reduzir o Custo Brasil. Ademais, enfatizou que a população também será beneficiada com a redução dos impostos sobre o consumo, o que impactará positivamente nos preços dos alimentos e demais produtos.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente Lira, quero também cumprimentá-lo e agradecer, em nome do Brasil, a todos os Deputados que aguardavam essa reforma. O povo brasileiro está aguardando há 40 anos essa reforma.

Nós vamos deixar de ser o pior sistema tributário do mundo para estar entre os mais modernos e para o País gerar mais emprego, ter mais competitividade, mais exportação, reduzir o Custo Brasil e, o melhor, reduzir os impostos sobre o consumo da população. Vai baixar o preço da carne, dos alimentos e dos produtos sobre os quais hoje pagamos próximo a 40%, que será reduzido para 26,5%, aproximadamente. Estamos no caminho certo para ter um Brasil melhor, mais justo, que crie mais empregos e cresça muito mais do que cresce hoje.

Parabéns a todos os Parlamentares! Estou muito orgulhoso de ajudar a construir essa nova história deste País.

Obrigado.

Documento 104/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:47

Publ.: DCD - 11/07/2024 - Capitão Alberto Neto-PL -AM

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a importância crucial da reforma tributária para o futuro econômico do Brasil. Destacou que o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, busca modernizar e simplificar o complexo sistema tributário nacional, unificando impostos sobre consumo em um Imposto sobre Valor Agregado



(IVA) nacional. No entanto, alertou sobre os potenciais impactos negativos para a Zona Franca de Manaus (ZFM) e o setor de serviços, caso não sejam consideradas as especificidades regionais e setoriais. Argumentou ainda que a falta de clareza nas medidas propostas pode prejudicar a competitividade da ZFM e desencorajar novos investimentos na região, além de aumentar a carga tributária sobre serviços essenciais, como saúde e educação. Por fim, conclamou os parlamentares a ajustarem a reforma para garantir um equilíbrio justo entre os diferentes interesses econômicos e regionais do País, assegurando o desenvolvimento sustentável e a justiça fiscal.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, hoje, dirijo-me a esta tribuna para abordar um tema de extrema importância para o futuro econômico do nosso país: a Reforma Tributária. Este assunto é vital para a modernização e simplificação do nosso sistema tributário, que há muito tempo é reconhecido como um dos mais complexos do mundo. No entanto, precisamos analisar com profundidade as implicações desta reforma, especialmente no que se refere à Zona Franca de Manaus, ao setor de serviços e ao Brasil como um todo.

A Reforma Tributária aprovada no final de 2023 pela Emenda Constitucional 132 traz atualmente a urgência de tramitação no Congresso Nacional pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 68. A proposta de Reforma Tributária em discussão tem como um de seus principais objetivos a unificação de tributos, criando um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional. Esta reforma busca simplificar a estrutura tributária, atualmente composta por diversos impostos sobre consumo, como ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI. A ideia é que o IVA substitua esses tributos, o que, em teoria, tornaria o sistema mais eficiente e menos burocrático.

Em plenário, foram levantados diversos pontos de discussão, incluindo a alíquota do novo IVA, a forma de redistribuição das receitas entre estados e municípios, e os mecanismos de transição para o novo sistema. A proposta sugere uma alíquota única, o que pode afetar de maneira desigual diferentes setores e regiões do país.

É importante destacar que o Brasil possui uma ordem tributária complexa que abrange os níveis municipal, estadual, federal e nacional, com diversos códigos tributários. Além disso, existe uma ordem total que abrange todas as demais. A Zona Franca de Manaus sempre se manteve forte e alinhada ao Sistema Tributário Nacional vigente, regulando e controlando



obrigações acessórias para que insumos e produtos adentrem a região com prerrogativas fiscais, como isenção ou redução de tributos, controladas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Dado esse contexto, é notório que haverá impactos de diversas ordens:

Em primeira ordem, o PLP 68 não deixa claro e transparente o ponto de corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A falta de clareza sobre essa questão fundamental pode criar incertezas para as indústrias que operam na Zona Franca de Manaus.

Em segunda ordem, a atração de novos produtos a serem industrializados na ZFM, especialmente aqueles com alto valor agregado, está comprometida. Sem incentivos claros, torna-se difícil atrair novos investimentos para a região.

Em terceira ordem existe um risco de sucateamento das competências da Suframa, pois o texto original do PLP 68 não reconhece os atuais controles sobre o ingresso de produtos e insumos nacionais e estrangeiros na área administrada pela Suframa. Isso pode enfraquecer a capacidade da Suframa de regular e fiscalizar adequadamente a Zona Franca.

Em quarta ordem há erros conceituais ao longo do PLP, especialmente no capítulo que trata da ZFM e das Áreas de Livre Comércio (ALC). Por exemplo, os termos "insumo" e "produto" são semanticamente diferentes, e sua confusão pode prejudicar a industrialização de bens intermediários onde houver consumo no processo produtivo.

Em quinta ordem existe a exclusão dos incentivos fiscais para os setores de comércio e agropecuário na ZFM torna o Decreto-Lei 288 passível de questionamento judicial por constitucionalidade. Isso cria um ambiente de incerteza jurídica que pode desincentivar investimentos na região.

Outro ponto crítico da Reforma Tributária é o impacto sobre o setor de serviços. Este setor representa cerca de 70% do PIB brasileiro e emprega milhões de pessoas. Atualmente, os serviços são tributados pelo ISS, um imposto municipal. A proposta de IVA, com alíquota uniforme, pode resultar em um aumento da carga tributária sobre os serviços, que tradicionalmente têm uma base de tributação diferente da indústria e do comércio.

Especialistas e representantes do setor de serviços argumentam que essa mudança encareceria os serviços para os consumidores finais, tornando-os menos acessíveis. Em discussões no plenário, foi apontado que tal aumento de custos poderia levar a uma retração no consumo de serviços,



com efeitos negativos sobre a geração de empregos e o crescimento econômico. Além disso, os serviços essenciais, como educação e saúde, também seriam impactados, o que afetaria diretamente a população mais vulnerável.

Para o Brasil, as consequências de uma Reforma Tributária mal planejada podem ser abrangentes e severas. A unificação de tributos sem considerar as especificidades regionais e setoriais pode agravar as desigualdades econômicas e sociais do país. A concentração de riqueza nas regiões mais desenvolvidas, em detrimento das regiões que dependem de incentivos fiscais para atrair investimentos, aumentaria as disparidades existentes.

Em plenário, muitos parlamentares expressaram preocupação de que a reforma possa enfraquecer o pacto federativo, reduzindo a autonomia financeira dos estados e municípios. A redistribuição das receitas do IVA, se não for cuidadosamente calibrada, pode resultar em perdas significativas de arrecadação para algumas regiões, dificultando a prestação de serviços públicos essenciais.

Portanto, a regulamentação da Reforma Tributária carece de ajustes que mantenham o que foi disposto no Artigo 92-B, garantindo a competitividade da Zona Franca de Manaus utilizando-se de instrumentos fiscais, econômicos e financeiros. Caso contrário, haverá um desaceleramento da indústria no Amazonas.

A Reforma Tributária é, sem dúvida, necessária para modernizar e simplificar o nosso sistema tributário. No entanto, é crucial que essa reforma seja conduzida com responsabilidade, levando em conta as particularidades das diversas regiões e setores do Brasil. Precisamos garantir que a Zona Franca de Manaus continue a desempenhar seu papel fundamental no desenvolvimento regional e que o setor de serviços não seja sobrecarregado a ponto de comprometer sua viabilidade econômica.

Peço aos meus colegas parlamentares que considerem cuidadosamente os impactos desta reforma e trabalhem juntos para encontrar soluções que promovam a justiça fiscal, incentivem o desenvolvimento econômico equilibrado e garantam um futuro próspero para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no Programa *A Voz do Brasil*.



Documento 105/115

139.2024

Sessão Ordinária - CD 10/07/2024-21:47

Publ.: DCD - 11/07/2024 - Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, que propõe a regulamentação da reforma tributária. Expressou preocupação com a tramitação acelerada do projeto, criticando a falta de tempo adequado para análise de um texto extenso e complexo. Argumentou que a proposta, ao criar novos impostos como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e extinguir o ICMS e ISS, pode aumentar a desigualdade regional e gerar impactos negativos, como desemprego e aumento de preços na construção civil. Alertou também sobre a tributação dos motoristas de aplicativo, prevista no PLP, que poderia reduzir drasticamente a renda líquida desses profissionais. Por fim, defendeu um debate mais aprofundado e inclusivo sobre a reforma tributária, sugerindo uma Comissão Geral para ouvir os setores afetados e garantir uma regulamentação que promova um ambiente econômico saudável.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho hoje, a esta tribuna, para falar sobre o PLP 68/2024, que regulamenta a reforma tributária.

Ontem, durante a apreciação do requerimento de urgência para inclusão da matéria na pauta de hoje, no Plenário desta Casa, votei Não por compreender a importância desse assunto.

Votei favorável à PEC 45/2019, que instituiu a reforma tributária, por entender a importância do tema para o Brasil, para o ambiente de negócios do país, para os empreendedores e para toda população, já que o ambiente tributário brasileiro é, há mais de quarenta anos, uma floresta de tributos confusos que precisam ser simplificados e diminuídos.

Mas, preciso lembrar, o espírito da reforma sempre foi o de trazer transparência e combater as exceções que confundem e estrangulam o setor produtivo brasileiro. Infelizmente não está acontecendo isso.

A Câmara criou um grupo de trabalho, com sete integrantes, para



trabalharem o texto do Projeto de Lei Complementar que iremos votar hoje, mas, com o respeito que os integrantes do Grupo de Trabalho merecem o rito legislativo para essa votação está sendo atropelado.

Existem PLPs anteriores a esse de autoria do Governo e que não foram sequer discutidos ou apensados. O que temos, de forma prática, é um calhamaço com mais de 300 páginas e com 511 artigos, que foi apresentado na última sexta-feira. Ora, é absolutamente impossível que se consiga analisar o texto com a profundidade que a matéria merece.

O projeto estabelece a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), ao mesmo tempo em que extingue ICMS e ISS. Isso significa que estamos influenciando, diretamente, nas arrecadações de estados e municípios, o que é extremamente delicado. Corremos o risco de aumentar, ainda mais, a desigualdade regional entre entes da federação.

Senhor presidente, o meu temor é que, com a pressa em aprovar o que o Sr. Haddad e o Sr. Lula querem estarmos criando um monstro, inclusive com aumento da carga tributária. A indústria da construção civil, por exemplo, já avisa que, da forma que se encontra, a reforma tributária vai causar desemprego e aumento de preços no setor.

Ontem mesmo eu já tinha advertido que o texto traz a tributação sobre motoristas de aplicativo. O projeto prevê que esses motoristas, atualmente isentos do ISS, passarão a ser tributados com a criação dos novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), aumentando a carga tributária sobre seus rendimentos. O texto determina que os motoristas de aplicativos paguem 26,5% em impostos sobre o valor bruto de suas corridas, sem considerar os custos operacionais como: combustível, seguro e manutenção, que representam uma parte substancial de seus ganhos. Com essa mudança, a renda líquida dos motoristas será drasticamente reduzida, restando-lhes apenas de R\$13 a R\$ 33 de cada R\$ 100 ganhos após deduzir os impostos e despesas.

Reforma Tributária é um tema que mexe com o cotidiano de todos nós e não pode ser aprovado apenas para atender às exigências de um governo perdulário e que está buscando mais formas de arrecadar recursos para cobrir seu rombo fiscal. Fala-se em uma trava de 26,5% nos tributos, mas sabemos que é possível fazer o jogo do Imposto Seletivo e de outros impostos. E isso, na verdade, só vai acarretar mais confusão tributária. O Imposto Seletivo, que era para ser seletivo, nesse projeto está se



tornando uma nova mina de arrecadação do Governo.

O que vi de todo texto é que, contrariando a promessa durante a votação da PEC, estamos criando mais e mais exceções tributárias, privilegiando alguns poucos setores e prejudicando a maioria do setor produtivo nacional. Insisto que devemos estudar mais o projeto, analisar e ouvir os setores envolvidos, inclusive com uma Comissão Geral neste plenário, de forma a entregarmos a regulamentação da reforma tributária que ajude o Brasil a se desenvolver em ambiente econômico saudável.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido no Programa *A Voz do Brasil* e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 106/115

140.2024 Sessão Ordinária - CD 11/07/2024-09:20
Publ.: DCD - 12/07/2024 Coronel Assis-UNIÃO -MT
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a inclusão da carne, peixe, queijo e sal na cesta básica, isentos de tributos, como uma vitória para os menos favorecidos. Criticou a alegação de apoio do Presidente Lula à isenção, afirmando que a inclusão foi resultado de uma emenda da Oposição. Manifestou, também, preocupação com uma proposta de emenda à Constituição que aumentaria o controle do Governo Federal sobre as polícias estaduais, advinda do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Parlamentar defendeu a cooperação e integração, mas rejeitou o domínio federal, destacando a necessidade de valorizar os profissionais de segurança pública e estabelecer um piso nacional salarial para evitar a cooptação pelo crime organizado.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós tivemos aqui uma vitória do povo brasileiro: conseguimos colocar a carne na cesta básica, garantindo a isenção da tributação do IBS e da CBS sobre a carne, o peixe, o queijo e o sal. Essa é uma grande vitória do menos favorecido.

Pasmem: essa proposta não estava no texto original, que foi encaminhado lá do Poder Executivo a esta Casa Legislativa. Pasmem mais ainda: hoje nós vimos matérias circulando em periódicos pelo nosso País dizendo o seguinte: "*Com apoio de Lula, isenção para carnes é incluída no projeto de regulamentação*



da reforma". Realmente, isso é uma grande mentira, porque esse mesmo Presidente tinha declarado dias antes que era preciso estabelecer uma alíquota diferenciada entre carne de primeira e carne de segunda. Como eles apoiam isso? Eu digo aqui para você que está assistindo à sessão pela TV Câmara e pelos meios oficiais de divulgação desta Casa que eles aprovaram porque sabiam que iriam perder no voto, porque foi parte de uma emenda construída pela Oposição. Nós fizemos o nosso trabalho, que é defender o povo, o menos favorecido.

Sr. Presidente, outra coisa que nos traz muita preocupação e que vai chegar a esta Casa é uma proposta de emenda à Constituição sobre segurança, para integrar as polícias e aumentar a responsabilidade da União, advinda lá do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Ao que me parece, pelo que está sendo divulgado, essa proposta de emenda à Constituição, na verdade, visa aumentar o controle do Governo Federal sobre as polícias estaduais. Com certeza, nós iremos acompanhar isso de perto e não iremos admitir, porque queremos cooperação, queremos integração, mas domínio do ente federativo sobre o ente estatal, de maneira alguma!

Muito mais do que isso, iremos cobrar e iremos trabalhar textos para colocar nessa proposta de emenda à Constituição, visando a valorização dos profissionais de segurança pública. É inimaginável pensar que, em um extremo do País, o policial ganha "x" e, no outro extremo do País, o policial ganha "x" menos dez. Isso é muito ruim. Nós precisamos estabelecer um piso nacional da segurança pública. Isso é importante para que esse policial, esse profissional de segurança pública não seja cooptado, não seja levado para o lado do crime organizado, porque ele sofre assédio por ganhar pouco em determinados lugares do Brasil. Isso é fato. Nós precisamos de um grande programa de incentivo à moradia dos policiais, porque o policial não pode morar em um local vulnerável. Ele está investido do poder do Estado e, com certeza, é muito visado por isso.

Então, Sr. Presidente, nós estaremos atentos a essa proposta de emenda à Constituição, porque essa questão de ampliar poderes de determinados órgãos policiais realmente nos deixa muito preocupados. Isso tem que ser tratado com muita responsabilidade pelo Parlamento. Com certeza, na Comissão de Segurança Pública e aqui no Plenário, nós estaremos em cima disso, para não deixarmos que nos tornem um Estado totalitário, com guardas pretorianas a serviço de governo A ou B.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que a nossa fala seja divulgada nos meios oficiais de divulgação desta Casa.



Publ.: DCD - 12/07/2024
- Luiz Lima-PL -RJ

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a aprovação da reforma tributária, destacando o aumento das alíquotas para diversos setores, como restaurantes, passagem aérea e veículos. Apontou que a alíquota para restaurantes subiu de 21,25% para 26,50%, dificultando a vida dos empresários e estimulando o mercado informal. Ele também mencionou que a alíquota para passagens aéreas e veículos elétricos aumentou, resultando em custos adicionais para os consumidores. O Parlamentar destacou a ausência de representantes de Estados mais ricos no Grupo de Trabalho e acusou o Governo do PT de prejudicar o setor produtivo do país, tornando o Estado mais forte às custas da sociedade.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, feliz aniversário! Parabéns pelos seus 42 anos de vida!

(Risos.)

Desejo a V.Exa. muitas felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Muito obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ) - Presidente Gilberto, ontem foi aprovada nesta Casa a reforma tributária. Muitos Deputados da situação disseram que foi um dia histórico. Com certeza! Foi um dia histórico principalmente para o setor de restaurantes.

Está na capa do jornal *O Globo* — não sou eu quem está dizendo — que, no almoço em restaurante, a alíquota subiu de 21,25% para 26,50%. Está na capa do jornal *O Globo* e no *globo.com*.

Todo o setor de restaurantes do Brasil, que emprega milhares, milhões de pessoas, seja garçom, seja cozinheiro, seja entregador, teve esse aumento. Quando um dos trezentos e poucos Deputados que aprovaram a reforma tributária entrar em um restaurante, eu peço ao dono que o parabenize por dificultar a sua vida de empresário, porque certamente vai ficar mais difícil gerar emprego.

Houve mudanças no setor de chocolate, também no setor de vinho, que passa a ter Imposto Seletivo, partindo de 26,5%, de acordo com o teor alcoólico e outras recomendações.



A reforma tributária, que era para simplificar, virou um grande Frankenstein.

Outro ponto: passagem aérea. A alíquota vai subir de 14,25% — jornal *O Globo* — para 26,50%.

Então, quando o político estiver entrando no avião, o passageiro que está ali e pagou pelo bilhete — porque nós não pagamos nossa passagem quando viajamos do nosso Estado para cá, quem paga é o povo —, se o seu Deputado votou a favor da reforma tributária, pode agradecer a ele por você estar pagando 12% a mais na passagem.

Carro elétrico: a alíquota subiu de 30% para 34%. Carro a combustão: de 24,70% para 26,50%.

O Governo do PT usa uma fórmula que aniquila a Nação, aniquila o Estado. O Estado se faz forte com o dinheiro no bolso da sociedade, e não do Estado. O PT vai arrecadar mais? Vai. O Governo brasileiro vai arrecadar mais? Vai.

Um Deputado subiu à tribuna e disse que a cesta básica vai ficar 1 real mais barata, e que havia Deputado da direita dizendo que 1 real não era nada. Ô, cara-pálida, você está matando o setor produtivo do nosso País. Você está matando o setor que emprega as pessoas, que leva o recurso.

Com esse impacto nos restaurantes, o que vamos começar a ver? O estímulo ao mercado informal de quentinhas, por exemplo. No Rio de Janeiro, que tinha um setor de restaurantes fortíssimo em Copacabana, Ipanema, Leblon, Zona Sul, Zona Norte, Grajaú, Tijuca, Zona Oeste, Santa Cruz, Campo Grande, os donos de restaurantes vão ser estimulados a criar subempresas, empresas muitas vezes clandestinas, para fornecerem quentinhas, a fim de fugirem desse aumento de 21% para 26,50%.

Então, eu quero parabenizar cada Deputado aqui — e foram mais de 140 — consciente, inteligente, com visão de futuro. E quero lamentar a decisão do Governo do PT, equivocado, que rema contra o desenvolvimento do País, deixando-nos cada vez mais distantes de modelos econômicos como os dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão, da Austrália, países que prezam por uma sociedade forte, fazendo um Estado forte. Aqui eles querem um Estado forte para os próximos 2 anos e uma sociedade...

E outro detalhe que gostaria de lembrar aqui, Presidente Gilberto, é que o Grupo de Trabalho era composto por Deputados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, dois do Ceará e um de Minas, o Deputado Reginaldo Lopes, que representa o Governo. Não havia nenhum Deputado Federal no Grupo de Trabalho representando São Paulo, que envia para Brasília 538 bilhões de reais em tributos! Nada contra o Maranhão, mas havia Deputado do Maranhão, por exemplo, no Grupo de Trabalho, e o Maranhão não envia nem 1% dos tributos que São Paulo envia aqui para Brasília. Não tivemos Deputados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. E também não tivemos de Minas, porque quem representou



Minas foi o Deputado Reginaldo Lopes, que representa o Governo e era o Relator do projeto.

Resumindo, não havia, na discussão da reforma tributária, nos Grupos de Trabalho, Deputados dos Estados que mais enviam tributos para Brasília. Somados, esses seis Estados que participaram do Grupo de Trabalho — Ceará, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Pará e Minas —, juntos, não chegam a enviar para cá 10% do valor dos tributos enviados pelo Estado de São Paulo.

A votação da regulamentação da reforma tributária ontem foi uma vergonha, mas uma vergonha anunciada, que representa muito bem o PT, o Partido dos Trabalhadores. E eu vou repetir aqui: se há um partido que quer remar contra o desenvolvimento do País... Votou contra o Plano Real, votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, e vocês acham que eles vão apresentar uma reforma tributária positiva?

O tempo é o senhor da razão. Nos próximos anos, nós vamos ver a caca que o PT fez em relação à política econômica do nosso País.

Muito obrigado, Presidente Gilberto.

Documento 108/115

140.2024

Sessão Ordinária - CD

11/07/2024-09:48

Publ.: DCD - 12/07/2024

Chico Alencar-PSOL -RJ

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a simplificação e a alíquota zero para a cesta básica na recente reforma tributária, mas criticou a exclusão de armas e produtos ultraprocessados do Imposto Seletivo e a necessidade de maior cashback para itens populares. Expressou preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023, que propõe anistia a partidos políticos, considerando-a um ato de autoanistia e corporativismo, e questionou a decisão de votá-la virtualmente. O Parlamentar também destacou a importância das investigações da Polícia Federal sobre espionagem no Governo de Jair Bolsonaro para proteger a integridade democrática.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento. Meus parabéns! Que Deus o conserve com essa generosidade ímpar, com saúde e com fé na vida e no que



virá e na justiça entre os homens, entre os seres humanos.

Há uma celebração sobre a regulamentação da reforma tributária no que se refere às relações de produção e consumo que me parece um pouco exagerada. Essa regulamentação que aprovamos ontem é mais positiva que negativa? Sim. Há já a consolidação da redução daquele cipoal de impostos, da cumulatividade deles, da guerra fiscal entre os Estados. Isso tudo é muito importante, sem dúvida alguma. Também é evidente que uma cesta básica com alíquota zero interessa à população. A nossa luta é para que os descontos para quem produz cheguem a quem consome. Que as gôndolas dos mercados, que as pequenas quitandas possam ver nos preços aquilo que interessa à população, senão só os ricos de sempre vencerão.

É claro que no Imposto Seletivo, que é uma boa ideia, para aqueles produtos que afetam a saúde e o meio ambiente, nós queríamos ver, e colocamos aqui, as armas e munições inseridas. Mas a maioria do Plenário entendeu que não, que arma para o indivíduo é elemento vital; para nós, é de morte. É claro que queríamos também que os produtos ultraprocessados, que fazem mal à saúde, estivessem naquele item dos produtos que fazem mal à saúde, mas não conseguimos. É claro que queríamos um *cashback* maior, não apenas para energia, luz e gás, mas para outros produtos para o consumo popular.

A nossa expectativa — claro, toda reforma é um enunciado de decisões e princípios, mas tem que descer do papel para a vida —, o grande desafio, Deputado Otoni, é que o que colocamos na lei, que em geral é muito bonito, a começar pela Constituição, seja vivificado no cotidiano das pessoas, senão nós vamos continuar sendo aquele País que tem muitas leis, mas poucas efetivamente interferem para melhorar a vida da nossa gente. Nesse sentido, vamos acompanhar a realização dessa reforma e lutar por aquela que é fundamental, e que ainda não foi tocada, nem por iniciativa do Governo, nem por esta Casa: a reforma da renda, muito mal distribuída no Brasil, e a reforma do patrimônio, muito pouco gravado em relação às grandes fortunas. Os bilionários continuam numa boa neste País.

Por outro lado, entendemos que a alegria, até certa ressaca eufórica que toma conta da Casa hoje — encontrei alguns Deputados já se despedindo para o recesso —, vai ser contraditada por um projeto que está na pauta de hoje, a maior anistia já concedida a partido político na história. Esse projeto ofende a legislação que nós mesmos fizemos para garantir negros e mulheres com proporcionalidade e expressão nas chapas eleitorais. E dívidas até tributárias de partidos, que sempre a Justiça Eleitoral tem muito boa vontade para negociar, serão zeradas agora caso essa PEC — e é PEC — seja aprovada. A Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023, a nosso juízo, é um escândalo de autoanistia, de autocontemplação, de corporativismo político, o que não cabe no Brasil de hoje e contrasta com tudo que se discursou ontem em relação à reforma tributária.

A informação que temos é que há uma ampla maioria... Aliás, o Presidente Arthur Lira disse, na semana passada, que deixaria para agosto essa matéria.



Pelo visto, nós entendemos mal: agosto, não o mês, mas "a gosto", ao gosto dele e dos partidos majoritários na Casa, que querem votar essa matéria. Proposta de emenda à Constituição vai ser votada majoritariamente *on-line*. A presença no plenário está aberta desde as 6 horas da manhã. E é certo que não teremos 308 Deputados e Deputadas aqui ao meio-dia, às 13 horas — sei lá a que horas vai se votar isso —, para dar o seu voto presencial a uma proposta de emenda à Constituição. Parece-me que é outro elemento inédito, fora da pandemia também, votação de mudança na Constituição, inclusive essa de caráter tão nefasto para nós da Federação PSOL REDE, de maneira virtual. Isso é desvalorizar o próprio instituto da proposta de emenda à Constituição.

Por fim, Sr. Presidente, a Polícia Federal, muito operosa, está nas ruas para verificar os responsáveis por algo que é criminoso e que me reporta aos tempos da ditadura, que eu, quando jovem, vivi, sofri, enfrentei junto com tantos outros: a espionagem contra autoridades públicas, Parlamentares, jornalistas e um sem-número de pessoas, espionagem oficial e paralela na época do Governo anterior, de Jair Bolsonaro. Isso não se faz, isso não é decente, isso não é democrático. Os responsáveis por isso e toda essa rede de espionagem merecem uma apuração muito rigorosa. Felizmente isso está em curso. Há mandados de busca e apreensão e de prisão. E quem cometeu esse crime de viés, de vezo autoritário tem que ser responsabilizado.

Vamos apurar tudo porque a vida democrática não comporta desvio de patrimônio público por parte de quem quer que seja, joias da Presidência, não comporta fraude em cartão de vacinação, não comporta espionagem, não comporta tratativas e tentativas de golpe de Estado, o que todos nós aqui, por unanimidade, repudiamos.

Obrigado, Presidente.

Documento 109/115

140.2024

Sessão Ordinária - CD

11/07/2024-10:12

Publ.: DCD - 12/07/2024

Ronaldo Nogueira-REPUBLICANOS -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da segurança jurídica, monetária e nacional para o desenvolvimento econômico. Comentou sobre a reforma tributária recentemente aprovada, que deve reduzir a carga tributária de 35% para 28% do PIB ao longo do tempo. Enfatizou a sensibilidade da Câmara ao preservar a imunidade tributária das entidades religiosas, crucial para proteger seu papel social e comunitário, especialmente em situações de calamidade, como as enchentes no Rio Grande do Sul. Agradeceu à Casa pela preservação



desse dispositivo constitucional e pelo reconhecimento do trabalho social das entidades religiosas.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O desenvolvimento econômico depende de alguns fatores: segurança jurídica, segurança monetária e segurança nacional. No seu sistema monetário, o Brasil precisaria atuar da forma que atuou em 2016, quando conversou e realizou a modernização trabalhista, trazendo segurança jurídica nas relações do trabalho.

O nosso sistema tributário era confuso e comprometia mais de 35% do PIB, com mais de 52 tipos de impostos diferentes. Era confuso para quem arrecadava e confuso para quem pagava. Era muito difícil aquela situação.

Da proposta que veio a ser discutida no plenário desta Casa, a proposta inicial de iniciativa do Deputado Baleia Rossi, ontem a Câmara dos Deputados aprovou um texto possível. Segundo estimativa de alguns técnicos tributaristas, essa reforma vai proporcionar, no decorrer do tempo, uma redução da carga tributária de 35% do PIB para 28% do PIB.

Mas eu quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre a sensibilidade da Casa para com um tema muito preocupante da reforma. Refiro-me à parte que tratava de alguns dispositivos do Código Tributário Nacional que seriam inseridos no texto da reforma. Essa iniciativa, se tivesse prevalecido, teria ferido o princípio constitucional que diz respeito à imunidade tributária das entidades religiosas, que são entidades civis de direito privado. O Estado brasileiro é um Estado laico. Ele não pode intervir nas ações das entidades religiosas.

Vejam bem a importância das entidades religiosas no contexto do País. Nós não estamos falando aqui da profissão de fé de cada entidade religiosa, o que também é muito importante para a pacificação da Nação, mas do trabalho social importante que essas entidades realizam no seio da comunidade.

Nós tivemos um exemplo lá no Rio Grande do Sul, por ocasião das últimas enchentes. Quem estava presente no momento do acolhimento e do socorro àquelas pessoas que estavam sendo atingidas pela catástrofe? As igrejas, as entidades religiosas. Quem se mobilizou no Brasil todo, recolhendo donativos e encaminhando-os para aqueles que estavam precisando? Foram os voluntários ligados às entidades religiosas. Um exemplo: só a Igreja Assembleia de Deus de Porto Alegre, Sr. Presidente, tinha mais de 38 abrigos. Ela tanto atuou no acolhimento, no socorro, como no fornecimento de alimentos. No dia posterior ao da catástrofe, quem estava presente ajudando as famílias na reconstrução de suas casas? Eram as igrejas também.

Então, a sensibilidade da Casa precisa ser reconhecida, porque, primeiro, nós preservamos um dispositivo constitucional; segundo, reconhecemos a importância das entidades religiosas no contexto geral da sociedade, tanto na



pacificação do País como no relevante trabalho social que elas prestam à sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 110/115

140.2024

Publ.: DCD - 12/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Flávio Nogueira-PT -PI

11/07/2024-10:40

BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado fez um discurso destacando a importância da reforma tributária aprovada na Câmara, que ele considera uma das mais importantes da história recente. Elogiou a modernização do sistema tributário, destacando a eliminação de impostos sobre a cesta básica e a introdução de um "imposto do pecado" sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. O Parlamentar também comentou sobre a progressividade do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas e a redução de impostos sobre medicamentos, ressaltando a retomada do programa Farmácia Popular. Por fim, elogiou a política do Governo Lula, especialmente em relação à assistência à população carente e a diferença em comparação com o Governo anterior.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que acrescente o tempo de Liderança da Maioria — possivelmente não utilizarei todo o tempo.

Sr. Presidente, antes de V.Exa. se sentar nesta cadeira da Presidência, presidiu esta sessão a Deputada Célia Xakriabá, representante do povo originário do País, do nosso Brasil, da Terra de Santa Cruz.

Deputada, eu fiquei muito orgulhoso de vê-la presidindo esta sessão no início. Parabéns! Isso mostra que o País é diverso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, com a reforma tributária, esta Casa protagonizou uma de suas sessões mais importantes. Junto com o Governo, dialogando, nós fizemos com que o País entrasse nesse sistema tributário moderno.

Ainda está valendo o sistema antigo, de décadas, que já não tem mais sentido numa economia inovada, numa economia que acompanha a evolução dos tempos. Faz-se necessário, portanto, que esta Casa, não só na área tributária, mas em todas as áreas, acompanhe a evolução da sociedade, que nós representamos, pelo pacto social que existe entre a sociedade e os Poderes da



República, principalmente nesta Casa.

Sr. Presidente, eu destaco a cesta básica. Foi muito importante o diálogo havido entre o Governo, esta Casa, as Lideranças. O próprio Presidente Lula, em campanha, falava da necessidade de que todos pudessem ter à mesa, inclusive nos fins de semana, a picanha, a carne animal. Isso só poderia ser feito, evidentemente, com uma tributação zerada. E isso foi feito, para que todos neste País possam ter acesso, como diz a lei que vai vigorar, às carne bovinas, suínas, ovinas, caprinas, de aves, enfim, a produtos de origem animal.

Outro ponto importante é o "imposto do pecado", o Imposto Seletivo, que vai incidir sobre os itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Estamos num tempo em que é muito importante a preservação ambiental. É muito importante que tenhamos uma política de não degradação do meio ambiente, para evitar que muitas terras sejam desertificadas. A desertificação, no Nordeste e em outras áreas do País, está crescendo muito. Está acontecendo um aumento de terras desérticas, inclusive no meu Estado do Piauí. Por isso, taxar medidas que possam levar a essa desertificação é muito importante. Ontem, esta Casa, com o conjunto das Lideranças, no texto aprovado, incluiu o carvão na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo.

Outro ponto importante é a progressividade do Imposto Seletivo das bebidas alcoólicas. Nós já havíamos conversado sobre isso com setores da indústria de bebidas. Não fazia sentido uma bebida com teor alcoólico inferior ao de outra, às vezes, com gradiente enorme, ter o mesmo imposto. Então, esta Casa, com sabedoria, com as suas Lideranças, estabeleceu que uma bebida com alto teor alcoólico será taxada num percentual maior do que uma bebida com menor teor alcoólico.

Outro ponto importante são os medicamentos. O Presidente Lula retomou o Farmácia Popular, que estava fechado no Governo anterior. Logo que assumiu, ele tomou providências, o Ministério da Saúde entrou em ação e foi retomado o Farmácia Popular, que é muito necessário para o atendimento da população atingida pela pobreza. Isso mostra a diferença entre a política do atual Governo e aquela política econômica brutal, aquela política econômica selvagem, que não levava em consideração que existe uma disparidade no poder aquisitivo das pessoas. Há pessoas que podem ter acesso a qualquer remédio, a qualquer medicação, porque o poder aquisitivo as favorece, mas há muitas pessoas neste País que não têm como pagar uma consulta médica, não têm como comprar o medicamento prescrito. Essas pessoas não podem comprar o medicamento porque o poder aquisitivo delas é muito baixo. Dessa forma, nesta Casa, nós estabelecemos a redução de até 70% na alíquota dos medicamentos registrados na ANVISA ou produzidos por farmácias de manipulação.

Sras. e Srs. Deputados, nós devemos louvar muito o que fizemos ontem. Nós votamos e aprovamos uma reforma tributária moderna — repito —, que é necessária para alcançarmos a economia moderna que nós queremos. Por outro lado, é preciso levar em conta o que sempre disse o Presidente da República:



devemos baixar os juros.

Nós não temos medo, de maneira alguma, dos setores da economia que estão massacrando o Governo, dizendo que, se houver essa redução, o mercado financeiro cairá, o dólar subirá, o preço da gasolina subirá. No Governo anterior, o litro da gasolina chegou a custar 10 reais. Nós estamos num patamar muito inferior, graças à política econômica deste Governo, apesar do juro extorsivo que existe em razão da atuação do Banco Central.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que este meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 111/115

140.2024 Sessão Ordinária - CD 11/07/2024-10:48
Publ.: DCD - 12/07/2024 Coronel Chrisóstomo-PL -RO
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou satisfação pela aprovação da Emenda nº 440 ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que trata da reforma tributária. Destacou que sua emenda, que inclui carne na cesta básica, foi apoiada por colegas de diversas orientações políticas, incluindo a Esquerda, e recebeu incentivo do ex-Presidente Bolsonaro. Elogiou a importância da inclusão de proteínas na cesta básica para assegurar uma alimentação balanceada para a população, especialmente para famílias de baixa renda e crianças. O Parlamentar concluiu agradecendo a Rondônia e reafirmando seu compromisso com o povo e o agronegócio do Estado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou grato por me permitir falar para o meu povo de Rondônia e do Brasil.

Srs. Parlamentares aqui presentes, amanheci hoje mais feliz do que ontem.

Ontem eu apresentei a Emenda nº 440 ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que trata da reforma tributária. Sabem qual foi essa emenda? Foi a emenda da carne na cesta básica, a emenda deste Deputado Coronel Chrisóstomo, a Emenda nº 440.



Eu estou feliz, porque não fomos só nós da Direita que apoiamos a emenda. Os nossos colegas da Esquerda também a apoiaram. Eles também estão felizes, porque, na cesta básica, haverá carne, haverá proteína. Até a minha colega indígena ali está feliz da vida, porque o nosso povo indígena vai ter carne na cesta básica.

Eu estou feliz pelos nossos produtores de Rondônia, pelo agronegócio de Rondônia.

Eu não posso deixar de parabenizar uma turma que foi implacável na defesa dessa emenda: os assessores do meu gabinete. Quero parabenizá-los, porque essa emenda foi fruto do esforço deles também.

Eu quero falar agora de uma autoridade — se não fosse por essa autoridade, eu certamente não apresentaria essa emenda —: o Presidente Bolsonaro. Inicialmente, ele não queria que nós apresentássemos nenhuma emenda, mas, quando falamos da carne na cesta básica, tivemos total apoio do Presidente Bolsonaro, que nos incentivou a apresentar essa emenda ao projeto de lei complementar da reforma tributária. Diante do esforço do Presidente, que pediu que fizéssemos isto, eu apresentei a Emenda nº 440.

Agradeço também aos Deputados que me deram apoio. Agradeço muitíssimo a todos.

A inclusão das proteínas na cesta básica é essencial para assegurar uma alimentação completa e balanceada para a população brasileira, principalmente para as nossas crianças. As proteínas são fundamentais para a nutrição. Essa medida visa atender as necessidades nutricionais básicas, garantir a segurança alimentar e promover o bem-estar da população brasileira, especialmente das famílias de baixa renda.

As famílias de baixa renda é que recebem cesta básica, Presidente. Eu estou feliz, porque essa minha emenda, que foi aprovada por quase todos os Parlamentares nesta Casa, vai ajudar as famílias mais pobres. A cesta básica vai chegar com carne também!

Obrigado, Rondônia, por me colocar aqui. Estou aqui defendendo o nosso povo, o agro de Rondônia.

Peço que a minha voz vá ao programa *A Voz do Brasil*, Excelência.

Documento 112/115

140.2024

Publ.: DCD - 12/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

11/07/2024-12:16

Danilo Forte-UNIÃO -CE

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

O Deputado parabenizou o Presidente da Câmara e destacou o encerramento positivo do semestre, com avanços na reforma tributária, mencionando a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, como essencial para a simplificação das legislações tributárias e para aumentar a competitividade econômica do Brasil. Também reconheceu um erro na votação de dispositivo referente à inclusão de proteínas na cesta básica. Além disso, analisou a votação pelo Senado Federal de projeto sobre o hidrogênio verde, ressaltando a importância do tema para a economia, especialmente do Nordeste. Enfatizou a necessidade de um debate mais aprofundado sobre a matéria, defendendo um hidrogênio 100% verde. Pediu o adiamento da votação até agosto para garantir clareza e responsabilidade na transição energética do Brasil.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para parabenizá-lo pelo seu natalício, V.Exa. que é tão querido entre todos nós.

E quero fazer uma justa homenagem à Câmara dos Deputados, que encerra este semestre de forma digna, buscando fazer com que o Brasil possa avançar naquilo que é essencial, as medidas econômicas, a reforma tributária tão acalentada desde 1988. Desde a Constituinte o Brasil fala de reforma tributária.

E hoje nós temos a oportunidade de dizer ao Brasil que nós votamos o PLP 68/24, que é fundamental para fazer avançar a reforma tributária, para buscar garantir que o País tenha uma simplificação em todo esse emaranhado jurídico de mais de 5.600 legislações tributárias no País, uma simplificação que dê ao País a competitividade necessária para que o tamanho do Brasil possa se expressar também na economia mundial. E essa competitividade é que vai trazer de volta os investimentos e a geração de emprego no Brasil, que são fundamentais neste momento.

Então, acho que neste momento temos que nos orgulhar do papel que o Congresso Nacional teve neste primeiro semestre e também que nos preocupar com a correção de rumos das medidas que foram tomadas. O debate e a democracia são muito bons exatamente por causa disso.

Ontem mesmo, nós iniciamos uma votação com a preocupação muito clara de não aumentar a carga tributária no todo, dando o teto ali de 26,5% com relação à carga tributária atual, que supera os 34%. Haverá, de fato, uma redução na carga total, com ampliação da base dos pagamentos dos impostos, democratizando inclusive essa arrecadação.

E, por outro lado, quanto ao acordo que foi formulado aqui, apresento as minhas escusas, o meu pedido de desculpa. No tardar da hora da votação, lamentavelmente, votei equivocadamente no que diz respeito à questão das



proteínas, quando o compromisso nosso era exatamente de também inserir as proteínas na cesta básica, porque elas são fundamentais para garantir a boa alimentação ao povo brasileiro.

Graças a Deus, isso não ocasionou nenhum transtorno na votação da matéria. E me solidarizo aqui inclusive com os demais Deputados — por volta de meia-noite houve essa votação — que equivocadamente votaram, como foi o meu caso. Faço aqui esse reconhecimento.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos aqui, no fechamento do semestre e na pressa muitas vezes de entregar para a população brasileira matérias que são importantes para os insumos, para a retomada da economia brasileira, para os instrumentos de base, deixar de falar de outra questão.

Todos nós sabemos aqui do carinho, do apreço, da admiração que eu tenho pelo Deputado Arnaldo Jardim, um verdadeiro grande Parlamentar, reconhecido pela sua capacidade de trabalho não só no setor de energia, mas também no setor do cooperativismo, do empreendedorismo em âmbito nacional, inclusive preside a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. E aqui quero externar um apelo ao Deputado Arnaldo Jardim, que é nosso mestre em muitas matérias que aqui são votadas.

Foi votada no Senado, na semana passada, a questão do hidrogênio verde. Essa questão do hidrogênio verde é muito valorosa para nós que defendemos as energias renováveis, para nós que defendemos o Nordeste brasileiro, para mim, no caso particular, com relação ao meu Estado do Ceará, que tem uma preocupação muito grande com a energia do sol e a energia do vento. Isso mudou a economia do meu Estado.

Eu fiz a primeira emenda, Deputado Arnaldo Jardim, para cursos de instalação e manutenção de energia fotovoltaica no Estado do Ceará. O primeiro curso foi dado no IFCE — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no *campus* de Caucaia, por uma emenda de minha autoria, Deputado Danilo Forte, lá pelos anos de 2014 ou 2015. Hoje nós temos quase 20 mil jovens no Ceará trabalhando nessa área, formados nos mais diversos cursos que se ampliaram a partir dessa iniciativa. É um setor que tem uma significância muito grande para a nossa economia.

A perspectiva hoje, com o crescimento da geração de energia tanto do sol como do vento e com a complementariedade que foi construída no Brasil — o Brasil hoje tem uma produção excessiva de energia —, é exatamente buscar, na inovação, na reindustrialização e no hidrogênio verde, uma alternativa até para colocar essa energia.

Diante disso, na matéria que foi votada no Senado, diferentemente da matéria inicial que foi votada aqui na Câmara, foram acrescentadas algumas questões positivas e negativas.



A questão positiva é quando cria um espaço para incentivar a construção da planta do hidrogênio verde, que precisa ser mais bem discutida com relação a esse incentivo, a esse subsídio que vai ser dado.

No entanto, esse subsídio não pode servir para alimentar geração de energia já constituída, amortizada, quando se resgata, inclusive, a ampliação da possibilidade do uso do sistema de geração de energia como um todo para alimentar a eletrólise ou para garantir o hidrogênio verde. Quando ampliamos essa base com energias já amortizadas, estamos inibindo a contratação de novos projetos, estamos inibindo a geração de novos empregos e de novos investimentos, que ainda tem um potencial incalculável a ser atingido pelo Nordeste brasileiro.

Por outro lado, uma preocupação grande foi a ampliação da possibilidade da carbonização nessa geração, aproveitando os insumos de energias já consolidadas, que estão colocadas no sistema, para a geração do hidrogênio verde. Então, isso também diminui o potencial do hidrogênio limpo que queremos produzir no Brasil.

É uma discussão que precisa ser feita de forma mais ampla, quando abrimos a possibilidade de 4 quilos para 7 quilos, quando sabemos que hoje o Brasil tem um potencial de entregar para o mundo inteiro um hidrogênio 100% verde, gerado 100% a partir da energia limpa.

Então, eu acho que são questões relevantes que precisam ser aprimoradas. Eu acho que esse é um debate que se está iniciando.

Assumo aqui o compromisso com V.Exa., Deputado Arnaldo Jardim, que temos condição de, na retomada dos trabalhos, no início de agosto, colocá-la como um dos primeiros pontos de pauta.

Peço também aos colegas, aos demais representantes dos diversos segmentos da sociedade brasileira que possamos, da mesma forma como foi acordada a votação, na primeira vez, da matéria com relação ao hidrogênio verde, de novo, construir esse consenso, garantindo, na sua essência, aquilo que é fundamental, que é um hidrogênio capaz de mudar a transição energética do Brasil.

O Brasil não pode construir uma transição energética indo para frente e, ao mesmo tempo, trazer junto consigo os penduricalhos do passado.

Ontem mesmo, nesta Casa, na discussão da reforma tributária, o carvão mineral estava isento de tributação. Houve um debate aflorado e a compreensão das relatorias, que entenderam que o carvão mineral não poderia estar isento quando a própria reforma tributária estava impondo uma tributação ao petróleo e aos demais minérios, na busca de contribuir para diminuir essa deficiência fiscal, essa busca de garantia de uma arrecadação satisfatória para atender às demandas do País.

Então, o carvão mineral foi incorporado da mesma forma que os demais setores



minerais. Isso é importante porque mostra amadurecimento. Como nós não podemos fazer a transição energética, tentamos com isso abrigar fontes poluidoras, fontes que emitem carbono, fontes que contribuem para o aquecimento global. Da forma que o substitutivo foi votado no Senado, há uma expectativa com relação a esse abrigo.

Diante disso, o que eu peço aqui ao nobre Deputado Arnaldo Jardim, por quem eu tenho todo o respeito e admiração, é que possamos postergar essa votação até o início de agosto, quando teremos condições de amadurecer o projeto que foi votado no Senado. Esta Casa estava, até ontem, totalmente focada na reforma tributária, todos nós. Agora temos o prazo desse recesso branco para poder analisar, numa maior profundidade, aquilo que poderá ser, sem sombra de dúvida, a grande transformação da economia brasileira.

São bilhões de investimentos que estão batendo à nossa porta. O mundo está ávido por uma transição energética para diminuir o aquecimento global, para modificar o rumo que as mudanças climáticas estão tomando hoje. E o Brasil está assumindo um protagonismo com muita responsabilidade. Essa é a responsabilidade que o Brasil precisa ter perante o mundo. Nós somos a Nação que mais produz energia limpa, que mais produz energia renovável no mundo.

Nós não somos contra o advento de incorporar o etanol, que é uma grande vitória do Brasil, do PROÁLCOOL ainda, e uma grande revolução do agro brasileiro, na formatação da geração do hidrogênio verde. E precisamos excluir, de fato, aquilo que nos contamina, que transforma o hidrogênio verde em hidrogênio cinza. O mundo não quer comprar hidrogênio cinza. O mundo quer comprar hidrogênio verde. E essa certificação...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k.

Neste momento, o painel já registra 413 Deputados.

Desculpe-me. Eu não tinha observado. Vou conceder mais um tempo ao Deputado Danilo Forte para que conclua.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Danilo Forte, para concluir.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Não podemos contribuir para que haja uma má informação ou uma deformação sobre essa perspectiva de protagonismo do Brasil na transição energética mundial. Isso poderá contaminar o hidrogênio, na medida em que nós estamos abrindo espaço na legislação brasileira para a possibilidade desse hidrogênio contaminado na geração cinza. Esse é o apelo que eu faço. Tenho a convicção de que o Deputado Arnaldo Jardim terá essa compreensão e de que todo o Brasil ganhará.



Não vão ser 15 dias a mais, 15 dias a menos que vão prejudicar o Brasil numa pauta tão importante e que precisa estar muito clara para o mundo inteiro. Nós não estamos aqui fazendo leis para inglês ver. Nós estamos fazendo leis para consolidar o desenvolvimento do Brasil e ajudar na reindustrialização e na geração de emprego. É isto o que queremos: avançar no desenvolvimento econômico.

Muito obrigado a todos.

Ao Deputado Arnaldo Jardim, deixo o meu abraço.

Documento 113/115

140.2024

Publ.: DCD - 12/07/2024 -

Sessão Ordinária - CD

José Guimarães-PT -CE

11/07/2024-14:00

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamentou a reforma tributária, destacando a colaboração entre o Governo, liderado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Câmara dos Deputados, sob a liderança de Arthur Lira. O Parlamentar ressaltou a responsabilidade fiscal do Governo Lula, o impacto positivo das reformas econômicas e a necessidade de reduzir as altas taxas de juros para estimular o crescimento econômico. Classificou o acordo para votação do Projeto de Lei nº 858, de 2024, do Senado Federal, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), como outro exemplo de cooperação bem-sucedida. Agradeceu a colaboração dos líderes partidários, incluindo os da Oposição, e enfatizou a importância do trabalho conjunto para a estabilidade econômica, a geração de empregos e o controle da inflação no Brasil.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em que pese a minha quase exaustão e de muitos de nós que ontem tivemos um momento muito forte, que eu quero registrar aqui, que foi a votação da regulamentação da reforma tributária, especialmente a sua regulamentação que está contida no PL 68, que foi relatada pelo Deputado Reginaldo Lopes, um dos sete membros do grupo de trabalho constituído por V.Exa., em um amplo e intenso diálogo com o Governo, com o Ministro Haddad e com todas as Lideranças desta Casa, eu penso que ontem nós demos algo importante ao País e transformamos todo o trabalho que foi feito em abril, maio e junho num momento forte, de importante protagonismo desta Casa para com o Brasil.



Essa interação do nosso Governo, através do Ministério da Fazenda, com o Presidente Arthur Lira, com os Líderes todos desta Casa, todos — ainda que no momento final da votação do mérito tenha havido votos contrários de alguns Líderes, porque, afinal de contas, ainda tivemos 142 votos contrários ao projeto que foi relatado e aprovado por 336 votos do Plenário desta Casa, ainda que isso tenha acontecido, eu confesso a V.Exa. que estou no quinto mandato como Deputado Federal, e foi uma das matérias mais bem discutidas, com o melhor diálogo.

Ouvimos tanta gente, o grupo de trabalho, que eu penso que foi uma discussão madura. E aprovamos aquilo que era necessário para oferecer ao País um caminho que estabilize a nossa economia, que sinalize para o futuro e que possa gerar aquilo que é fundamental para o nosso Governo: empregos para a população, para o povo brasileiro.

Aliás, a discussão e votação desta reforma, da sua regulamentação, é o coroamento de tudo o que nós fizemos ano passado, da PEC da Transição à reforma tributária, várias matérias que para alguns era impossível serem votadas. O novo regime fiscal, quanto tempo levamos para discutir essa matéria? Foram feitos ajustes, foram feitas vinculações, houve o fim do tal teto de gastos. Nós introduzimos um novo modelo fiscal no Brasil que já dá os primeiros resultados.

Claro, sempre há o fio da navalha entre a necessidade de nós fazermos investimentos, o que é fundamental para desenvolver o País, sobretudo, aumentar o investimento público para gerar riqueza e emprego para o nosso País, consolidar os programas sociais, e a necessidade de manter a rigidez fiscal nas contas públicas. Como diz o Presidente Lula, nenhum Governo do Brasil teve mais responsabilidade fiscal do que os três mandatos do Presidente Lula. E os resultados estão aí.

Ainda que algumas forças do mercado apostassem em baixo crescimento — desde o ano passado, as projeções eram todas de que o Brasil cresceria menos de 1%; ano passado, a projeção inicial era de 0,8% —, terminamos o ano com o Brasil crescendo quase 3%. Isso foi fundamental, porque esse crescimento vem acompanhado de alguns pressupostos que são fundamentais para o Brasil, como o controle da inflação. Ocorreu o contrário, a inflação não aumentou. Sempre é dito pela autoridade monetária que o risco de aumento de inflação é o caminho para não baixar juros.

Nós fizemos tudo o que era necessário para que a autoridade monetária, o Banco Central, baixasse em maior velocidade as altas taxas de juros que, muitas vezes, na maioria dos países, comprometem o crescimento econômico, comprometem a geração de emprego e o programa que está em execução, fruto do resultado soberano do eleitorado brasileiro. Houve o controle da inflação e o aumento da rigidez com que nós operacionalizamos o Orçamento aqui, os compromissos do Governo, até porque nós estamos terminando o semestre com a mais importante votação do ano, com uma coisa que nenhum outro Governo conseguiu fazer este ano. Todos os compromissos para empenhos e



pagamentos de emendas de bancada nós cumprimos 100%.

O relatório que foi apresentado pelo Ministro Alexandre Padilha, do ponto de vista da execução orçamentária, do Ministério da Saúde e de outras áreas, tem aquilo com que nós nos comprometemos, como pagamento das emendas impositivas, dos 50% das emendas de investimento, daquelas emendas que são liberadas, as chamadas emendas Pix, e, além disso, o pagamento das emendas de Comissão até o dia 30 de junho.

Este é o Governo que tem responsabilidade com a estabilidade institucional, que tem responsabilidade com o controle inflacionário, que exige da autoridade monetária cada vez mais rigidez, mas que baixe as taxas de juros, porque talvez a única trava que ainda esteja freando o crescimento da economia brasileira sejam as taxas de juros praticadas no Brasil, que são exageradas e não se coadunam com o esforço que esta Casa fez o ano todo de 2023 e está fazendo este ano.

Portanto, Sr. Presidente, nós chegamos a esta quinta-feira ainda votando aqui algumas matérias que são o coroamento para que entremos em recesso no mês de julho, dando ao País as condições para que o Ministro Haddad possa pilotar a economia brasileira, tomando medidas para cada vez mais o Brasil crescer, gerar renda e gerar emprego, que é o objetivo de todos nós.

E termino, Sr. Presidente, esta minha fala agradecendo toda a parceria que fizemos nesta Casa, o diálogo permanente que fizemos e estamos fazendo com o Presidente Arthur Lira, o diálogo com os Líderes partidários, até mesmo os Líderes da Oposição, com quem sempre mantivemos um diálogo de alto nível, como ainda há pouco estávamos fazendo para a votação do PL 858, que veio do Senado Federal.

Esta é a grande política! Esse é o jeito de dialogarmos neste Plenário, este Plenário que tanto já fez pelo Brasil, do ponto de vista da democracia. Esses momentos, Presidente Arthur Lira, têm que ser e precisam ser ressaltados, pela contribuição que esta Casa está dando ao Brasil.

Esta Casa não faltou ao meu Governo, ao nosso Governo, em todas as matérias. Garantiu estabilidade, aprovou as medidas encaminhadas pelo Ministro Haddad. E nós podemos dizer, Presidente Arthur Lira, que estamos com a consciência tranquila. Eu, pelo menos, vou dormir hoje à noite, quando estiver me dirigindo ao meu Estado do Ceará, o sono dos justos, porque fiz o meu melhor. E V.Exa. foi um parceiro importante e estratégico na votação dessas matérias de interesse, em primeiro lugar, do Brasil e, em segundo lugar, do Governo do Presidente Lula.

Nós somos muito gratos por esse esforço que foi feito! O Brasil haverá de reconhecer, no futuro, o impacto desta reforma que foi trabalhada, construída a muitas mãos aqui dentro. Mas sem a sua determinação, Presidente Arthur Lira, e do Ministro Haddad, nós não teríamos chegado a uma conclusão tão boa para



o Brasil.

Por isso, eu quero, neste momento, uma vez que ainda não está encerrada a sessão e estamos apenas esperando as emendas de redação virem ao plenário — não é, Deputada Bia? —, dizer que o meu sentimento, Presidente, é de gratidão. Deputado Hugo Motta, que está aí ao seu lado, demais Líderes presentes, o meu sentimento é de gratidão pela paciência que V.Exas. tiveram nos momentos difíceis, nos momentos de divergência, nos momentos de tensionamento.

Essa é a grande política! Este aqui é o espaço do diálogo, do contraditório, do convencimento, e não o espaço da briga. Muito pelo contrário, temos que brigar muitas vezes pelas causas que cada um aqui defende, mas o meu respeito, queridos Líderes dos partidos que compõem a base do Governo, é eterno por tudo o que V.Exas. fizeram ao me ajudarem a liderar o Governo do Presidente Lula nesta Casa.

Ficam aqui, Presidente, os meus agradecimentos a todos os partidos, do campo da Esquerda, do campo do Centro, e até a alguns setores da centro-direita, que nos ajudaram no diálogo para conseguirmos aprovar tantas matérias importantes para o nosso querido Brasil.

Portanto, eu quero terminar, ainda esperando a votação de duas ou três matérias na data de hoje, mas com o sentimento, Presidente Arthur Lira, de gratidão a toda esta Casa por tudo o que V.Exas. fizeram pelo Brasil, pelo nosso Governo e pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares.

Documento 114/115

140.2024	Sessão Ordinária - CD	11/07/2024-17:00
Publ.: DCD - 12/07/2024 -	Alice Portugal-PCdoB -BA	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS, ressaltando seu impacto na modernização do sistema e no desenvolvimento do Brasil. Enfatizou a importância de garantir a isenção da cesta básica, incluindo proteína animal, e aplaudiu o papel do Presidente Lula e do Presidente da Câmara, Arthur Lira. Criticou, contudo, a aprovação da não tributação rígida do comércio de armas. Defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de



2023, que impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para as candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme previsto na Constituição Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos no dia seguinte à reforma tributária. Foram décadas discutindo a possibilidade de uma modernização do nosso sistema tributário. Tivemos o envolvimento dos diversos setores da sociedade, das estruturas sindicais, do Fisco, dos interesses relacionados à previdência e aos fundos de pensão dos trabalhadores das estatais e de planos de saúde corporativos.

Na minha compreensão, nós aprovamos ontem um texto da maior importância para o Brasil. Hoje é o dia seguinte. E o que muda no Brasil diante dessa aprovação? Na minha compreensão, a expectativa de facilitação do desenvolvimento, a expectativa de pavimentação de um caminho em direção a um plano nacional de desenvolvimento, porque este plano nacional de desenvolvimento é que abrirá perspectivas para que nós possamos diminuir as desigualdades.

A afirmativa de que o Brasil é pobre é real, mas ele é muito mais desigual do que pobre. E é exatamente em relação a esse fato que eu quero fazer uma exaltação, porque não tive chance de ontem dizer que efetivamente foi um feito a aprovação da reforma tributária, com a correção de uma série de questões que nos dividiam. Aliás, cada Parlamentar aqui tinha pontos de vistas especiais, exclusivos, mas nós conseguimos o maior consenso possível. Constituímos as demarcações de isenções; garantimos, com essa regulamentação, que a cesta básica isenta de impostos, tarifa zero, chegue à mesa do brasileiro e incluimos a proteína animal nessa cesta. A Oposição nesta Casa queria transformar esse fato no seu argumento, no seu prato principal, mas o prato que irá à mesa dos trabalhadores brasileiros, que será servido pelo Presidente Lula e por esta Câmara dos Deputados, será um prato completo: carboidratos e proteínas.

Quero exaltar a participação, naquele contexto, do Presidente Lula, que sempre defendeu as três refeições ao dia para o nosso povo, especialmente o mais pobre; do Líder José Guimarães, que tem sido esse guerreiro, esse pacificador, esse articulador incansável em relação à busca de que esta Câmara tenha um papel estratégico na construção das saídas para o desenvolvimento nacional e pela manutenção da democracia; do Presidente Arthur Lira, pelas mãos do qual passaram todos os reclamos dos segmentos do empresariado brasileiro, dos segmentos da economia e que, sem dúvida, abriu portas para esses segmentos trazerem as suas opiniões.

Resultante de um Grupo de Trabalho muito qualificado, saiu esse projeto aprovado ontem com aquela explosão de felicidade em relação a esse prato



completo para a mesa dos brasileiros.

Infelizmente, a nota negativa foi a aprovação da não tributação de forma rígida do comércio de armas no Brasil. Este é um problema que nós teremos que resolver na discussão acerca de uma segurança pública que realmente trabalhe a prevenção, a conscientização, articulada transversalmente com as diversas áreas da educação e dos direitos humanos em nosso Brasil.

Por isso mesmo, eu quero exaltar o Senado da República e a ele apelar. Não é possível, hoje, ouvir de eminentes Senadores, especialmente de um deles, que o Senado não tem prazo para tratar da matéria; que não tem pressa de analisar a reforma tributária. É muito importante que o exemplo da Câmara seja seguido no Senado e que aquela Casa vote a reforma tributária de maneira célere, antes do recesso — temos até o dia 17, legalmente. Nós fizemos o dever de casa. Acredito que possamos ser liberados a partir desta última votação. Contudo, regimentalmente, o Senado tem tempo hábil para regulamentar a reforma tributária.

É o que o povo brasileiro espera.

Por último, em relação à PEC 9, quero dizer que a autonomia dos partidos não pode ser ferida. Há várias formas de organização na sociedade: associações de trabalhadores, de moradores, de profissionais, de intelectuais, de poetas, sindicatos de classe, aos quais eu sou absolutamente vinculada e dos quais sou oriunda. E, sem dúvida, há aquelas organizações que são típicas das ideias. Essas organizações, com corolário opinativo, são os partidos políticos. Não é possível ferir a autonomia dos partidos políticos.

Os partidos políticos do Brasil, é óbvio, existem de todo tipo. Existem aqueles que são sucursais de interesses econômicos, mas existem também os partidos autênticos, oriundos, filhos da luta dos melhores filhos do povo. Eu própria sou filiada a vida inteira ao mesmo partido, desde os 16 anos de idade — e não me façam contas. E, obviamente, tenho clareza de que um partido de 101 anos, como o Partido Comunista do Brasil, não é um partido que use mal recursos públicos ou que não se submeta às regras. Por isso, cumprimos a cota para negros. Por isso, cumprimos, honramos e ajudamos a construir, desde o nascidouro, a cota para mulheres, a cota de gênero, e defendemos a reserva de cadeiras.

Ferir de morte a autonomia dos partidos, impedindo que eles tenham possibilidade, inclusive, de arbitrar sobre como e onde investir, é absolutamente descabido quando se pretende o seu fortalecimento!

Esta democracia só avançará com partidos que funcionem; com os partidos tendo possibilidade, inclusive, de opinar sobre o destino das opiniões de seus Parlamentares, do ponto de vista da construção das suas democracias internas. Isso é algo indispensável: fortalecer partidos, e não cada um ser uma instituição. É assim que se dissolve unidade; é assim que se dissipam influências e que outras influências acabam adquirindo robustez, ao invés das



ideias.

Por isso mesmo, a partir daquilo que foi realizado de articulação, a PEC 9 é palatável. Fortalece os partidos; pune os partidos, fazendo-os pagar pelo que não cumpriram, quer sejam multas eleitorais, quer sejam multas pelo não cumprimento de cotas.

Para finalizar, Presidente, com sua tolerância, eu aplaudo a bancada negra, inclusive inusitada, inédita nesta Câmara, por ter assim compreendido, porque haverá cobrança de multa, parcelada que seja, mas terão os partidos que não cumpriram a cota que pagar por isso. Mas, ao mesmo tempo, temos, acima de tudo, dentro da expectativa de fortalecer o nosso sistema político nesta nossa jovem, mas ainda imperfeita democracia, que fortalecer as organizações sociais, que são os partidos políticos, como elementos fundantes da disputa de ideias, da busca de hegemonia opinativa na sociedade para a construção de uma sociedade mais justa.

É assim que penso. Por isso votaremos "sim" a essa PEC.

Documento 115/115

140.2024

Sessão Ordinária - CD 11/07/2024-19:39

Publ.: DCD - 12/07/2024 - Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que trata da regulamentação da reforma tributária, destacando-a como um passo crucial para a modernização do sistema tributário brasileiro. Parabenizou o Presidente Lula e o Presidente da Câmara, Arthur Lira, pelo papel na condução do processo. A reforma incluiu a ampliação da Cesta Básica com alíquota zero para carnes e produtos essenciais, a isenção de impostos para 383 medicamentos, e a criação de um imposto seletivo sobre produtos prejudiciais.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.



Ontem foi um dia histórico para o Brasil. Com grande orgulho e satisfação, celebramos a aprovação da regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Esta conquista representa um passo fundamental para a modernização e simplificação do nosso sistema tributário, trazendo justiça e eficiência para a nossa sociedade.

Gostaria de parabenizar o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por sua liderança e visão na condução deste processo crucial para o desenvolvimento do nosso país. Agradeço também ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pela sua habilidade em articular e coordenar os esforços necessários para que esta importante etapa fosse alcançada.

Este avanço na Reforma Tributária não teria sido possível sem o empenho e a dedicação de todos os parlamentares que se debruçaram sobre o tema com responsabilidade e compromisso. Parabenizo cada um de vocês por este trabalho árduo e pelo resultado que hoje celebramos.

Os principais destaques das matérias aprovadas merecem ser ressaltados:

Ampliação da Cesta Básica: A inclusão de carnes bovina, suína, ovina, caprina, de aves e outros produtos essenciais na cesta básica nacional, com alíquota zero, é uma medida que beneficia diretamente as famílias brasileiras, garantindo alimentos de qualidade a preços mais acessíveis.

Redução de Impostos para Medicamentos: A isenção total para 383 medicamentos e a redução de 60% para todos os outros registrados na Anvisa ou fabricados por manipulação são passos importantes para tornar os tratamentos de saúde mais acessíveis, aliviando o peso financeiro sobre os cidadãos.

Imposto Seletivo: A criação do "imposto do pecado" sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas, e a inclusão de carros elétricos e apostas, é uma medida que visa desestimular o consumo desses itens e promover um estilo de vida mais saudável e sustentável.

Cashback para Famílias Carentes: A devolução de impostos para famílias inscritas no CadÚnico, com renda per capita de até meio salário-mínimo, é uma medida justa que assegura que aqueles que mais precisam terão um alívio financeiro significativo.

Regras para Imóveis e Pets: A redução de alíquotas para operações com bens imóveis e medicamentos veterinários, vacinas, soros e planos de saúde para pets demonstra sensibilidade às necessidades da população,



garantindo condições mais favoráveis para diversos setores.

Teto para a Carga Tributária: A limitação da carga tributária a 26,5% a partir de 2033 e o mecanismo para revisão de benefícios asseguram que a reforma será implementada de forma equilibrada, sem sobrecarregar os contribuintes.

Senhoras e Senhores, a aprovação desta regulamentação é um marco que trará benefícios a longo prazo para nossa economia e para todos os brasileiros. Este é apenas o início de uma jornada de transformação e justiça tributária. Continuemos trabalhando juntos para que o Brasil seja um país mais próspero e igualitário.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.
